

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

PETRA SCHNNEIDER LIMA DOS SANTOS

PROGRAMA DE FORMAÇÃO ESPORTIVA ATLETA NA ESCOLA NA REDE PÚBLICA
MUNICIPAL DE ARAPIRACA (2013-2014): UMA ANÁLISE DA POLÍTICA DE
MASSIFICAÇÃO DA PRÁTICA ESPORTIVA

MACEIÓ
2017

Petra Schneider Lima dos Santos

Programa de Formação Esportiva Atleta na Escola na rede pública municipal de Arapiraca
(2013-2014): uma análise da política de massificação da prática esportiva

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira do Centro de Educação da Universidade Federal de Alagoas, como pré-requisito para a obtenção do grau de Mestre em Educação.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Georgia Sobreira S. Cêa
Coorientadora: Sandra Regina Paz da Silva

Maceió
2017

Universidade Federal de Alagoas – UFAL
Campus de Arapiraca
Bibliotecário Responsável: Nestor Antônio Alves Junior
CRB - 4 / 1557

S237p Santos, Petra Schneider Lima dos
Programa de Formação Esportiva Atleta na Escola na rede pública municipal de Arapiraca (2013-2014): uma análise da política de massificação da prática esportiva / Petra Schneider Lima dos Santos. – Maceió, 2017.

162 f.

Dissertação [Mestrado] – Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGE, Centro de Educação – CEDU, Universidade Federal de Alagoas – UFAL , Maceió, 2017.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Georgia Sobreira dos Santos Cêa .
Coorientadora: Prof.^a Dr.^a Sandra Regina Paz da Silva.

Bibliografia: p. 130-137.
Apêndices: p. 138-162.

1. Prática esportiva - Massificação. 2. Política Nacional do Esporte. 3. Programa Atleta na Escola. 4. Prática esportiva escolar - Arapiraca. I. Cêa, Georgia Sobreira dos Santos. II. Silva, Sandra Regina Paz da. III. Título.

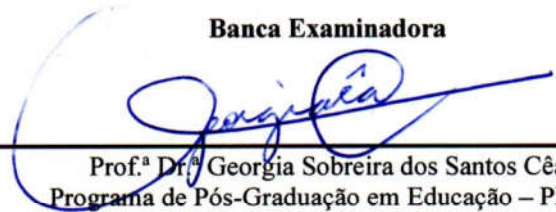
CDU: 796(813.5)

Petra Schneider Lima dos Santos

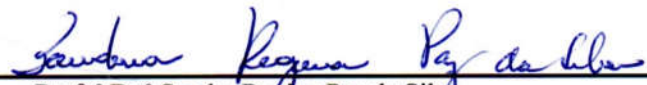
Programa de Formação Esportiva Atleta na Escola na rede pública municipal de Arapiraca
(2013-2014): uma análise da política de massificação da prática esportiva

Dissertação submetida ao corpo docente do Programa
de Pós-Graduação em Educação Brasileira da
Universidade Federal de Alagoas e aprovada em
13/11/2017.

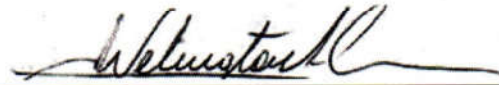
Banca Examinadora



Prof.^a Dr.^a Georgia Sobreira dos Santos Cêa
Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE
Universidade Federal de Alagoas – UFAL
Campus A. C. Simões
(Orientadora)



Prof.^a Dr.^a Sandra Regina Paz da Silva
Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE
Universidade Federal de Alagoas – UFAL
Campus A. C. Simões
(Coorientadora)



Prof. Dr. Wellington Araújo Silva
Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE
Universidade Estadual de Feira de Santana - UEFS
(Examinador Externo)



Prof.^a Dr.^a Elione Maria Nogueira Diógenes
Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE
Universidade Federal de Alagoas – UFAL
Campus A. C. Simões
(Examinador Interno)

Joelma de Oliveira Albuquerque

Prof.^a Dr.^a Joelma Oliveira Albuquerque – UFAL
Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE
Universidade Federal de Alagoas – UFAL
Campus de Arapiraca
(Examinador Interno)

Prof.^a Dr.^a Kátia Maria Silva de Melo
Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE
Universidade Federal de Alagoas – UFAL
Campus A. C. Simões
(Examinador Interno Suplente)

Ao Meu Pai querido Leôncio Pereira (*in memoriam*) e minha Mãe Beta Lima, amores da minha vida que me possibilitaram a busca por uma formação e orgulho de ser filha da classe trabalhadora.

Aos alunos que me motivam a cada dia transmitir os conhecimentos sistematizados pela humanidade, os quais me permitem exercer a docência não por uma mera obrigação, mas em resposta a uma formação que vislumbra a transformação da realidade.

Dedico.

AGRADECIMENTOS

À **Deus**, o qual não se explica de forma científica mas, por meio da Fé, sinto seu poder atuando em minha vida. Obrigada **Deus**, sou grata por esta vitória!!!

Agradeço a todos que contribuíram com o percurso do mestrado, os quais por diferentes momentos contribuíram de forma significativa, extremamente importante para a concretização deste sonho. Vocês são parte importante na minha história, os levo comigo sempre.

A minha família, em especial a meus pais, pelo apoio e incentivo às escolhas que tomei, ser professora como **Beta Lima** (mãe) e **Leôncio Pereira**, meu eterno exemplo (pai).

A minha orientadora **Georgia Cêa**, mulher prestativa, enfática e pontual para o crescimento acadêmico frente à universidade. Agradeço por todos os momentos de orientação, amplos de aprendizagem, marcados pelo acolhimento e contribuição na minha caminhada acadêmica. Você é um exemplo de compromisso e respeito.

À Prof^a **Sandra Regina**, que de forma especial coorientou este trabalho mediante a sua rotina de luta na universidade, és um brilho em pessoa que ilumina a todos onde passa.

Ao Prof^o **Walter Matias**, um doce de pessoa que durante estes anos de mestrado não mediu esforços para contribuir na pesquisa através das disciplinas e enquanto coordenador do PPGE.

À Prof^a **Joelma Albuquerque** pelos saltos qualitativos que me destes neste caminhar. Obrigado minha mestre, amiga e acima de tudo meu espelho enquanto companheira de luta na transformação do real.

À Prof^a **Elione Nogueira** pelas contribuições significativas através da disciplina mediante a exuberante forma de tratar das políticas públicas e como para repensá-las. “*Você é Top*”!

Ao Prof^o **Weligton Araújo**, pela prontidão em ser membro desta banca examinadora enquanto referência para discutir a temática em questão.

Ao amigo **Widis Pinheiro** por ter sido instrumento de Deus antes da seleção.

À **Tatiane Trindade**, uma amiga na jornada da qualificação profissional pelo apoio e motivação na conclusão deste trabalho.

As minhas companheiras de mestrado, que são amigas e sempre me deram força durante estes dois anos de estudo **Vanessa Sátiro, Jéssika Nascimento, Geisa Carla e Fabiana Malta**.

Às amigas **Rosangela Omena e Júlia Nunes** pela acolhimento sempre que precisei.

Ao amigo *Paulo Henrique* pelo apoio e carinho me dado durante o processo da finalização desta dissertação.

Aos *Professores de Educação Física de Arapiraca*, colegas de trabalho parceiros na arte de educar que não mediram esforços para contribuir com esta pesquisa.

À *FAPEAL* pela bolsa.

Deus abençoe a Todos!

RESUMO

A dissertação tem como tema a política de massificação da prática esportiva em escolas públicas. O estudo toma como objeto a experiência do *Programa de Formação Esportiva na Escola - Atleta na Escola* na rede pública municipal de Arapiraca, em Alagoas, nos anos de 2013 e 2014. O Programa Atleta na Escola, realizado nacionalmente em 2013 e 2014, foi uma iniciativa do Ministério da Educação, em conjunto com os ministérios do Esporte e da Defesa, que objetivou massificar a prática esportiva em escolas públicas, visto a realização dos Jogos Olímpicos que ocorreram no Brasil em 2016. O programa foi anunciado como forma de contribuir para o desenvolvimento do espírito olímpico, identificar talentos esportivos, e elevar o desempenho escolar e esportivo para a formação integral de estudantes. Frente à amplitude e à finalidade do programa, este estudo problematizou em que medida a lógica de massificação do fenômeno esportivo, motivada por megaeventos realizados no Brasil, contribuiu para a escola, professores e estudantes, proporcionou a valorização e o fortalecimento da prática esportiva como objeto da ação pedagógica de escolas públicas. Para tanto, o objetivo geral da pesquisa consistiu em conhecer a dinâmica de funcionamento do Programa Atleta na Escola na rede municipal de Arapiraca, durante os anos de 2013 e 2014, de modo a identificar possibilidades, limites e contradições de tal estratégia de formação esportiva. Os parâmetros teórico-metodológicos da pesquisa, de abordagem qualitativa, foram apoiados no materialismo histórico-dialético. Os procedimentos metodológicos incluíram: revisão da literatura; levantamento e análise documental e entrevistas semiestruturadas gravadas e transcritas. A amostra do estudo incluiu sujeitos de cinco escolas públicas de Arapiraca (5 professores e 8 estudantes), além da coordenação municipal do programa. Para a análise do corpus da pesquisa foi utilizada a técnica de análise de conteúdo, o que permitiu identificar as seguintes categorias explicativas do objeto: formação esportiva escolar, democratização da Educação Física, precarização da/na formação. A análise da experiência do Programa Atleta na Escola em Arapiraca revelou que, embora tenha ocorrido o contato dos alunos com a prática esportiva, a materialidade tomada como objeto foi marcada pela precarização, imprevisto e descontinuidade. Foi possível constatar a desarticulação do programa em relação às políticas esportivas em geral, muito embora o desenho operacional e a orientação teórica do programa tenham sido orientados por uma concepção de pirâmide esportiva, em que o topo é o esporte de alto rendimento, descaracterizando o esporte enquanto elemento da cultura corporal. Os dados das escolas pesquisadas de Arapiraca revelam que o programa foi marcado por contradições, equívocos e fragilidades em sua materialidade, que traduzem problemáticas inerentes à política de massificação da prática esportiva da qual ele foi expressão. De forma mais ampla, se conclui que a supervalorização de megaeventos, que orientou a implementação do *Programa de Formação Esportiva na Escola - Atleta na Escola*, não repercutiu na articulação da prática esportiva com a proposta pedagógica das escolas brasileiras de forma ampla, e, de forma particular, das escolas alagoanas.

Palavras-chaves: Massificação da prática esportiva. Política Nacional do Esporte. Programa Atleta na Escola. Prática esportiva escolar - Arapiraca.

ABSTRACT

The theme of this work is the policy of massification of sports practice in public schools. The study has as its object the experience of *the Program of Sports Training in School - Athlete in the School* in the municipal public network education of Arapiraca, in the state of Alagoas, in the years of 2013 and 2014. The Athlete in School Program, happened nationally in 2013 and 2014, it was an initiative of the Ministry of Education, together with the Ministries of Sport and Defence, which aimed to massify sports practice in public schools, since the Olympic Games took place in Brazil 2016. The program was announced as a way to contribute to the development of the Olympic spirit, to identify sporting talents, and to increase school and sports performance for the integral formation of students. In view of the breadth and purpose of the program, this study has questioned the extent to which the logic of massification of the sport phenomenon, motivated by mega-events carried out in Brazil, contributed to the school, teachers and students, provided the valorization and strengthening of sports practice as an object of the pedagogical action of public schools. In this way, the general objective of the research was to know the dynamics of the Athlete at School program in the municipal network of Arapiraca, during the years 2013 and 2014, in order to identify possibilities, limits and contradictions of such strategy of sports training. The theoretical-methodological parameters of the research, of qualitative approach, were supported in historical-dialectical materialism. The methodological procedures included: literature review; survey and documentary analysis and semi-structured interviews recorded and transcribed. The study sample included subjects from five Arapiraca public schools (5 teachers and 8 students), besides the municipal coordination of the program. The experience analysis of the Athlete in the School program in Arapiraca revealed that, although the students' contact with the sports practice occurred, the materiality taken as object was marked by precariousness, improvisation and discontinuity. It was possible to verify the disarticulation of the program about sports policies in general, although the operational design and theoretical orientation of the program were guided by a sports pyramid concept, in which the top is the high performance sport, what is discharacterizing the sport as an element of body culture. The data of the studied schools of Arapiraca reveal that the program was marked by contradictions, mistakes and weaknesses in their materiality, which reflect problems inherent to the politics of massification of the sports practice of which it was its expression. In a more large conception, it has been concluded that the overvaluation of mega events, which guided the implementation of *the Sports Training Program in School - Athlete in the School*, did not have repercussions on the articulation of sports practice with the pedagogical proposal of Brazilian schools and in a particular way in schools of Alagoas state.

Keywords: Massification of sports practice; National Sports Policy; Athlete in School Program; sports practice in schools of Arapiraca.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa da Revisão de Literatura	25
Figura 2 - Modelo de Alocação de Recursos	40
Figura 3 - Modelo Piramidal Esportivo	41
Figura 4 - Fluxograma das etapas de competições dos Jogos Escolares	59
Figura 5 - Total de escolas por esfera	60
Figura 6 - Materiais adquiridos com recurso do programa	80
Figura 7 - Página de inserção dos dados da etapa escolar	84
Figura 8 - Realização da etapa escolar em duas escolas da rede	89

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Corpus Documental de Investigação	27
Quadro 2 - Programas de Esporte Educacional no Brasil (2003 a 2013)	49
Quadro 3 - Documentos oficiais do Programa Atleta na Escola	56
Quadro 4 - Documentos do Relatório de Adesão do PAE em Arapiraca (2013-2014)	64

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Quantitativo de alunos participantes do Programa Atleta na Escola em Arapiraca (2013-2014)	67
Tabela 2 - Dados do Sistema PDDE Interativo sobre as escolas que aderiram ao PAE em Arapiraca – Etapa Escolar 2014	68
Tabela 3 - Recursos do PAE para escolas municipais de Arapiraca em 2013 e 2014	84
Tabela 4 – Quantidade e percentual de estudantes participantes do PAE em Arapiraca em 2014 – Etapa escolar	89

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAETI - Centro de Apoio as Escolas de Tempo Integral
CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBAt - Confederação Brasileira de Atletismo
CBCE - Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte
CBD - Confederação Brasileira de Desporto Escolar
CBDE - Confederação Brasileira do Desporto Escolar
CBV - Confederação Brasileira de Voleibol
CD/FNDE - Conselho Deliberativo do Fundo Nacional Desenvolvimento da Educação
CEFDESC - Coordenação de Educação Física e Desporto Escolar
CF - Constituição Federal
CID - Centro de Iniciação Desportiva
CIE - Centro de Iniciação ao Esporte
CIEF - Centro Integrado de Educação Física
CND - Conselho Nacional do Desporto
CNE - Conferência Nacional do Esporte
CNED - Campanha Nacional de Esclarecimento Esportivo
CNEF - Campanha Nacional de Educação Física
COB - Comitê Olímpico Brasileiro
CONBRACE - Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte
CONICE - Congresso Internacional de Ciências do Esporte
CPB - Comitê Paralímpico Brasileiro
CPI - Comissão Parlamentar de Inquérito
CBJ - Confederação Brasileira de Judô
DED - Departamento de Educação Física e Desportos
DEF - Divisão de Educação Física
DIESPORTE - Diagnóstico Nacional do Esporte
EAR - Esporte de Alto Rendimento
ETP - Esporte para Todos
FHC - Fernando Henrique Cardoso
FIFA - Federação Internacional de Futebol
FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
INDESP - Instituto Nacional de Desenvolvimento do Desporto
INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
JEAL - Jogos Escolares de Alagoas
JEB's - Jogos Escolares Brasileiros
JEJ - Jogos Escolares da Juventude
LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MD - Ministério da Defesa
ME - Ministério do Esporte
MEC - Ministério da Educação
MET- Ministério do Esporte e Turismo
PAR - Plano de Ações Articuladas
PBM - Plano Brasil Medalhas
PDDE - Programa Dinheiro Direto na Escola
PDEL - Plano Decenal de Esporte e Lazer
PEE - Programa Esporte na Escola
PED - Plano de Educação Física e Desporto
PELC - Programa Esporte e Lazer da Cidade
PNED - Plano Nacional de Educação Física e Desporto
PPP - Projeto Político Pedagógico
PST - Programa Segundo Tempo
SEB - Secretaria de Educação Básica
SEED - Secretaria de Educação Física e Desportos
SIMEC - Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle
SNEAR - Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
2 OS CAMINHOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS	21
2.1 CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS	21
2.1.1 A revisão de literatura	23
2.1.2 A pesquisa documental	26
2.1.3 O trabalho de campo: as entrevistas e a técnica de análise de conteúdo	28
2.2 DA ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DO ESTUDO	31
3 POLÍTICA DO ESPORTE NO BRASIL: DO ESTADO NOVO AOS MEGAEVENTOS ESPORTIVOS	33
3.1 O ESPORTE NA ERA VARGAS (1930/ 1945)	34
3.2 A POLÍTICA ESPORTIVA NO POPULISMO (1946/1964)	35
3.3 A DITADURA MILITAR E O MODELO PIRAMIDAL ESPORTIVO (1964/1985)	37
3.4 A REFORMULAÇÃO DO ESPORTE BRASILEIRO NA “DÉCADA PERDIDA” (1980/1994)	42
3.5 SOBRE O ESPORTE NO GOVERNO DE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO (1995/2002)	44
3.6 A AGENDA DA POLÍTICA ESPORTIVA BRASILEIRA (2003/2013)	46
3.7 CONTINUIDADES E RUPTURAS EM RELAÇÃO AO PAE: DO ESTADO NOVO AOS GOVERNOS LULA DA SILVA E DILMA ROUSSEFF	50
4 O PROGRAMA DE FORMAÇÃO ESPORTIVA ATLETA NA ESCOLA	53
4.1 O PONTO DE PARTIDA: MARCO TEÓRICO-CONCEITUAL	53
4.2 DESENHO TÉCNICO-OPERACIONAL	58
4.3 O PROGRAMA ATLETA NA ESCOLA NO MUNICÍPIO DE ARAPIRACA	63
4.3.1 Adesão	66
4.3.2 Financiamento	76
4.3.3 Etapa Escolar	83
4.3.4 Etapa Municipal	93
4.4 PROGRAMA ATLETA NA ESCOLA EM ARAPIRACA: EM BUSCA DE SIGNIFICADOS	96
5 A EXPERIÊNCIA DO PROGRAMA ATLETA NA ESCOLA EM ARAPIRACA SOB O PONTO DE VISTA DOS SUJEITOS PARTICIPANTES	99

5.1 BREVE DESCRIÇÃO DO TRATAMENTO DO CONTEÚDO DAS ENTREVISTAS	99
5. 2 CATEGORIAS DE CONTEÚDO DA PESQUISA	101
5.2.1 Formação esportiva escolar	101
5.2.2 Democratização da Educação Física	108
5.2.3 Precarização da formação esportiva	116
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	123
REFERÊNCIAS	130
APÊNDICE A - Detalhamento da revisão de literatura	138
APÊNDICE B - Detalhamento de	140
APÊNDICE C – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido dos entrevistados	148
APÊNDICE D - Instrumento A- Coordenador do Programa Atleta na Escola	160
APÊNDICE E - Instrumento B – Professor	161
APÊNDICE F - Instrumento C – Estudante	162

1 INTRODUÇÃO

A pesquisa intitulada “Programa de Formação Esportiva Atleta na Escola: uma análise da política de massificação da prática esportiva” foi motivada, principalmente, pela nossa participação nas etapas escolares do Programa Atleta na Escola (PAE) como professora atuante na disciplina de Educação Física, no município de Arapiraca, nos anos de 2013 e 2014. Além disso, se espera colaborar com o enfrentamento de problemáticas significativas na área das políticas públicas, relacionadas com Epistemologia, Formação de Professores e Prática Pedagógica, eixos investigativos da pesquisa matricial da Rede LEPEL – Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação Física, Esporte e Lazer¹ – que trata dos pilares para a constituição da área (TAFFAREL, 1998).

Nos últimos anos, o esporte tem tido prestígio na agenda governamental, visto que o Estado brasileiro deu atenção para os megaeventos esportivos, mediante a atual conjuntura política, econômica, social e cultural do país, fortemente marcada pela ideia de competitividade internacional. Dessa forma, foi fortalecida a retórica da contribuição do esporte para o fortalecimento econômico e político do país, como indicam vários estudos (ESPÍRITO SANTO, 2013; FIGUEIREDO, 2013; FIGUERÔA; MEZZADRI; MORAES E SILVA, 2014; MASCARENHAS, 2012; MATIAS, 2013). Nesse contexto, o Estado brasileiro se volta para a criação de políticas públicas de esporte que retomam o modelo piramidal esportivo, adotado no país no período ditatorial, que se baseia na identificação e seleção de talentos esportivos e, dessa forma, a Educação Física volta a se vincular à perspectiva da massificação esportiva (FIGUEIREDO, 2013; MATIAS, 2013; NASCIMENTO, 2016; REIS et al, 2015).

Estudar a política esportiva brasileira, principalmente a partir dos anos de 2003², é buscar a compreensão do modo como a Educação Física e as políticas de esporte educacional estão localizadas na agenda política brasileira, na qual os megaeventos estão inseridos. Entre aquelas políticas está nosso objeto de estudo, o **Programa de Formação Esportiva na Escola - Atleta na Escola (PAE)**, que foi implementado na tentativa da massificação

¹ Membro do grupo de pesquisa desde 2010, contribuindo com a produção do conhecimento das problemáticas significativas da Cultura Corporal, no âmbito da Educação Física, Esporte e Lazer e neste estudo em especial no campo das políticas públicas.

² A data considera a chegada ao poder do presidente Lula da Silva e suas iniciativas quanto à busca do protagonismo do Estado no que diz respeito às correções das antigas distorções presentes nas políticas esportivas e educacionais do Brasil, o que também foi anunciado como pretensão do governo Dilma Rousseff. No contexto desses governos, identifica-se a preocupação com a Educação Física no que tange à “[...] influência do poder normativo dos megaeventos esportivos a partir de sua força simbólica e econômica a qual apresenta em sua composição características de alto rendimento” (REIS, 2015, p.125).

esportiva aliada à ideia do esporte como direito social³.

O programa, que foi desenvolvido sob responsabilidade do Ministério da Educação (MEC) em conjunto com o Ministério do Esporte (ME) – especialmente a Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento (SNEAR) – e o Ministério da Defesa (MD), foi motivado, basicamente, pela realização de megaeventos esportivos no Brasil. Criado em 2013, o programa foi extinto em 2015 e suas atividades, desenvolvidas no biênio 2013-2014, envolveram 44 mil estabelecimentos de ensino de mais de 4 mil municípios brasileiros e mais de 4 milhões de estudantes (AGÊNCIA CÂMARA NOTÍCIAS, 2016).

O objetivo do programa está norteado pela difusão da prática desportiva entre os estudantes de todo o país, desenvolvendo valores olímpicos e paraolímpicos⁴, de modo a identificar jovens talentos para formação educativa integral e contribuir na elevação do desempenho escolar e esportivo (BRASIL, 2014).

O Atleta na Escola foi um programa do Governo Federal que se desenvolveu por meio de parcerias envolvendo governos estaduais e municipais e escolas públicas e privadas. No âmbito governamental, o Programa envolveu o MEC, ME e MD, além do Comitê Olímpico (COB) e Paraolímpico (CPB) Brasileiro e as Confederações Brasileiras de Atletismo (CBAt), Judô (CBJ) e Voleibol (CBV) (MEC, 2013).

Quando foi lançado em 2013, o programa era composto pelas modalidades olímpicas Judô, Voleibol e Atletismo. Na modalidade Atletismo, se acrescentou o Arremesso de Peso em 2014. Em 2015 a pretensão era de se ter handebol e basquetebol compondo o quadro de modalidades esportivas. Quanto às modalidades Paraolímpicas, o Programa incluiu: Atletismo, Bocha, Futebol de Cinco (deficiência visual), Futebol de Sete (paralisia cerebral), Goalball, Judô, Natação, Tênis de Mesa, Tênis em Cadeira de Rodas e Voleibol Sentado. As escolhas destas modalidades foram estabelecidas pelos critérios dos órgãos institucionais responsáveis e que tiveram como referência os esportes que fazem parte do Plano Brasil Medalhas 2016, dos Jogos Escolares da Juventude e Paraolimpíadas Escolares e que podem ser desenvolvidas no ambiente escolar (NASCIMENTO, 2016).

O programa foi composto de duas grandes ações:

³ O programa apresenta sua fundamentação considerando o Art. 217 da Constituição Federal (1988) “É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não-formais, como direito de cada um” (BRASIL, 1988).

⁴ Originalmente, esses valores estão inseridos numa filosofia humanista, proposta pelo Barão Pierre de Coubertin, que visa fazer do esporte um meio para desenvolver valores éticos e morais, tornar a sociedade preocupada com a humanidade por meio da cultura de paz olímpica, segundo os valores da **Amizade, Respeito e Excelência** (COSTA, 2007) (grifo nosso).

1) **Jogos Escolares** - competições compostas de várias etapas:

- Etapa Escolar - organizada pelas escolas e financiada pelo PAE;
- Etapa Municipal – organizada pela Secretaria Municipal de Esporte ou Educação, conta com recursos disponibilizados pela Lei 12.395/11⁵;
- Etapa Estadual/Regional – Organizada pelas Secretarias de Estado de Esporte e ou Educação. Conta com recursos disponibilizados pela Lei 12.395/11 e pelo Programa Atleta na Escola;
- Etapa Nacional – Organizada pela COB e CPB financiada com recurso da Lei 10.264/01⁶.

2) **Centro de Iniciação Esportiva** – para o acolhimento dos talentos esportivos identificados nos Jogos Escolares.

O financiamento do PAE era realizado pelo Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) e Planos de Ações Articuladas (PAR); os estados, municípios e escolas poderiam aderir ao programa diretamente no *site* do PDDE Interativo. Cada escola que aderisse receberia R\$ 1.000,00 (um mil reais), mais R\$ 3,00 por aluno referente ao censo escolar do ano anterior para a compra de materiais determinados na lista de itens financiáveis e reparos nas unidades (MEC, 2013).

No final das competições, as escolas deveriam inserir os resultados da etapa escolar dos três primeiros colocados em cada modalidade, incluindo fotografias na galeria digital do sistema do PDDE Interativo⁷.

O PAE aparece articulado com o Plano Decenal de Esporte e Lazer (PEDEL) e o Plano Brasil Medalhas (PBM) na perspectiva da formação esportiva para a identificação e seleção de estudantes das escolas do Brasil, os quais deveriam apresentar um

⁵ Do adicional de 4,5% (quatro e meio por cento) de que trata o inciso II deste artigo, 1/3 (um terço) será repassado às Secretarias de Esporte dos Estados e do Distrito Federal ou, na inexistência destas, a órgãos que tenham atribuições semelhantes na área do esporte, proporcionalmente ao montante das apostas efetuadas em cada unidade da Federação, para aplicação prioritária em jogos escolares de esportes olímpicos e paraolímpicos, admitida também sua aplicação nas destinações previstas nos incisos I, VI e VIII do art. 7o desta Lei (BRASIL, 2011).

⁶ A Lei 10.264/2001 sanciona que “dois por cento da arrecadação bruta dos concursos de prognósticos e loterias federais e similares cuja realização estiver sujeita a autorização federal, deduzindo-se este valor do montante destinado aos prêmios”, devem ser destinadas: oitenta e cinco por cento ao Comitê Olímpico Brasileiro, e quinze por cento ao Comitê Paraolímpico Brasileiro, sendo observado, em ambos os casos, o conjunto de normas aplicáveis à celebração de convênios pela União. Conforme o § 1º, “dez por cento deverão ser investidos em desporto escolar e cinco por cento, em desporto universitário e II – serão exclusiva e integralmente aplicados em programas e projetos de fomento, desenvolvimento e manutenção do desporto, de formação de recursos humanos, de preparação técnica, manutenção e locomoção de atletas, bem como sua participação em eventos desportivos” (BRASIL, S/P, 1998).

⁷ Disponível em: <http://pddeinterativo.mec.gov.br/>. Acesso em 30 de Jun de 2016.

desenvolvimento esportivo superior nas competições escolar, municipal, estadual e nacional para então serem encaminhados para os centros de treinamento.

A partir da investigação acerca do marco teórico conceitual e do desenho técnico-operacional do Programa Atleta na Escola, sob inspiração dos estudos de Reis et al (2015), identificamos a necessidade de um estudo que contribua para que este tipo de programa, enquanto política para o esporte educacional, possa ser repensado e avance com suas pretensões na escola, portanto nos propomos a responder à seguinte problemática: qual a contribuição do Programa de Formação Esportiva Atleta na Escola para escola, estudantes e professores no município de Arapiraca frente a um projeto de formação humana que se materializa através da escola e do trabalho pedagógico?

Para nos ajudar a problematizar o programa e compreender sua realidade em Arapiraca, utilizamos questões tais como: de que forma o PAE se materializou nas escolas de Arapiraca? O programa permitiu desenvolver valores olímpicos e paraolímpicos entre os jovens e adolescentes numa perspectiva de formação integral que concorra para a elevação do desempenho escolar e esportivo dos estudantes? Quais os limites e as possibilidades para sua realização no interior da escola? Qual a contribuição para a escola, estudantes e professores? O programa tem oferecido aos professores de Educação Física nas escolas elementos conceituais, operacionais e metodológicos para o desenvolvimento da formação humana, via trabalho pedagógico esportivo? Que valores e princípios o programa têm agregado nas escolas para alcançar os objetivos pretendidos?

A partir desse conjunto de questionamentos, o objetivo geral do estudo consistiu em conhecer a dinâmica de funcionamento do Programa Atleta na Escola na rede municipal de Arapiraca, durante os anos de 2013 e 2014, de modo a identificar possibilidades, limites e contradições de tal estratégia de formação esportiva.

A pesquisa incluiu três objetivos específicos: 1) Identificar os antecedentes históricos da relação entre o esporte e a Educação Física no Brasil destacando continuidades e rupturas com o PAE; 2) Apresentar o marco teórico-conceitual e o desenho técnico-operacional do PAE, analisando a sua implementação e execução em Arapiraca; 3) Explicitar e analisar as categorias de conteúdo emanadas das entrevistas para identificar possibilidades, limites e contradições na experiência do Programa em Arapiraca .

A investigação revelou que houve inconsistências que residem desde o objetivo geral do programa, suas bases metodológicas, dinâmica de implementação, fundamentos e política de financiamento que orientam a política de formação esportiva do Programa Atleta na Escola e sua materialidade no universo do trabalho pedagógico escolar que não tem como

prerrogativa a formação humana que supere o modelo hegemônico esportivo (TAFFAREL et al, 2013), mas se baseia em uma lógica de massificação do fenômeno esportivo, retornando ao modelo piramidal através da identificação de talentos esportivos para o topo da pirâmide do alto rendimento (BUENO, 2008).

Outros autores, entre eles: Taffarel (2009), Bracht (2000, 2005), Castellani Filho (2008, 2010) e Oliveira (2009) já criticavam a perspectiva de políticas públicas esportivas que utilizam o espaço da escola para a identificação de talentos através da massificação esportiva, retornando ao modelo da pirâmide esportiva para alcançar os mais aptos, considerando a escola como celeiro de atletas descaracterizando a função social da escola e da Educação Física.

Ainda nesta direção, estudos específicos sobre o PAE em nível nacional, tais como Nascimento (2016), Reis (2015), Reis et al (2013), apontaram este programa enquanto política pública que de fato determina o desenvolvimento esportivo num espaço que não é de formação de atletas para atender à lógica do alto rendimento por via da massificação esportiva.

Estes estudos nos inspiraram a pensar sobre a materialidade desse programa em Arapiraca, considerando os limites e possibilidades identificados desde a orientação para adesão, organização e realização das etapas para gestores e professores, financiamento, a implementação, espaços e materiais destinados para a prática esportiva, formação escolar e esportiva dos estudantes, e a realização das etapas escolar e municipal, aspectos que o estudo pretende problematizar, visto que o papel da escola é fornecer o acesso aos bens culturais historicamente e socialmente construídos pelo homem, permitindo condições necessárias para o desenvolvimento psíquico e para a formação humana dos sujeitos inseridos na escola. A averiguação desta hipótese ocorreu a partir da exploração das fontes de estudo: referenciais teóricos, documentos oficiais do programa e entrevistas, aspectos que serão detalhados a seguir no item referente às questões metodológicas.

2 OS CAMINHOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

2.1 CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

O estudo investigou aspectos de uma política específica, a partir de uma realidade dada, os parâmetros teórico-metodológicos da pesquisa estão apoiados no materialismo histórico-dialético, compreendido como uma “[...] possibilidade teórica (instrumento lógico) de interpretação da realidade” (PIRES, 1997, p. 85). Aplicada ao fenômeno educacional, tal perspectiva “[...] pode ser empreendida quando conseguimos descobrir sua mais simples manifestação para que, ao nos debruçarmos sobre ela, elaborando abstrações, possamos compreender plenamente o fenômeno observado” (PIRES, 1997, p. 88).

Em função da problemática que envolve o Programa Atleta na Escola, especialmente na realidade investigada, a opção pelo materialismo histórico-dialético se justifica por ser um método⁸ de interpretação da realidade caracterizado por meio do

[...] movimento do pensamento através da materialidade histórica da vida dos homens em sociedade, isto é, trata-se de descobrir (pelo movimento do pensamento) as leis fundamentais que definem a forma organizativa dos homens durante a história da humanidade (PIRES, 1997, p.87).

O método, que não se reduz a técnicas de pesquisa, pressupõe a relação entre sujeito e objeto, o que possibilita que o objeto seja conhecido pelo sujeito e permite ao sujeito se apropriar das características do objeto. Além disso, tal método permite a compreensão das diferentes determinações do objeto, pois estas “[...] são traços pertinentes aos elementos constitutivos da realidade” (NETTO, 2009, p.685).

As políticas sociais representam uma síntese de várias determinações e relações complexas e contraditórias estabelecidas entre Estado e sociedade civil, sendo necessária a investigação do pesquisador a partir de sucessivas aproximações para compreender este objeto em movimento. Ao utilizar o método, teremos uma visão crítica para identificarmos explicações sobre nosso problema de pesquisa, de modo que “[...] o pensamento faça movimentos lógico-dialéticos na interpretação da realidade, com o objetivo de compreendê-la para transformá-la” (PIRES, 1997, p.92).

⁸ Tal método tem sido questionado na atualidade sobre sua vitalidade e possibilidade de existir como referência na compreensão da realidade, mas vale ressaltar que muitos pensadores reconhecem as interpretações marxistas como as mais completas e originais desta sociedade que ainda sobrevive mediante a sociedade capitalista como teoria de interpretação de cunho importante, pertinente e atual, que precisa ser contextualizada constantemente (SANTOS, apud PIRES, 1997)

A respeito da importância das categorias em estudos orientados pelo referencial materialista histórico-dialético, Kuenzer (1998) destaca que existem dois tipos de categorias: as metodológicas e as de conteúdo, e só é possível separá-las didaticamente, visto que se constituem mutuamente ao longo da investigação. As categorias metodológicas equivalem a leis objetivas e, portanto, universais, no sentido de que permitem investigar qualquer objeto, numa realidade qualquer. Assim, sendo universais, “[...] não substituem a investigação e o contato com o conteúdo na compreensão de um objeto, tomado na especificidade e de sua relação com os outros objetos e com a totalidade” (KUENZER, 1998, p. 66). Para a análise empreendida nesta dissertação, a contradição e a totalidade foram destacadas como as categorias metodológicas orientadoras do estudo⁹.

Considerando que o real por si só já é contraditório, o movimento é a manifestação da contradição (ANDERY, 2004, p. 408), a categoria que “[...] é a fonte do desenvolvimento da força motora, que faz avançar e condiciona a passagem do objeto (formação material) de um estágio de desenvolvimento para outro”. O método abordado reconhece a existência das contradições e “[...] acredita que a contradição é uma condição universal da existência da matéria, uma forma universal do ser” (CHEPTULIN, 2004, p. 286).

Além da contradição, a totalidade é outra categoria central no materialismo histórico dialético; não se concebe enquanto “[...] soma de partes ou como mero conjunto de dados empíricos de um objeto”; a totalidade é a “[...] síntese de múltiplas determinações do todo” (ANDERY, 2004, p. 411). Esta categoria não possui identificação com todos os fatos, mas com “[...] a realidade como um todo estruturado, dialético, no qual ou do qual um fato qualquer (classes de fatos, conjunto de fatos) pode vir a ser racionalmente compreendido” (KOSIK, 2002, p. 44). Ao tratar desta categoria, não nos referimos ao todo, mas ao conjunto das determinações acerca do objeto, capazes de serem apreendidas pelo pesquisador.

Pela natureza do referencial teórico-metodológico e pela especificidade do objeto de estudo, a pesquisa se insere em uma abordagem qualitativa e de caráter exploratório (GIL, 1999), o que permite descobrir com maior amplitude as características da realidade que se pretende investigar. A pesquisa envolveu estudos bibliográficos e documentais e trabalho de campo, o qual teve como base relatos de sujeitos diretamente envolvidos com o PAE em cinco escolas públicas de Arapiraca, como se destacará adiante. Dessa forma, a pesquisa combinou estudo teórico, análise documental e análise do conteúdo de entrevistas com pessoas que participam de uma dada experiência prática do problema alvo da investigação.

⁹ As categorias de conteúdo serão destacadas no item 1.1.3, logo adiante, que trata das entrevistas e da técnica de análise de conteúdo.

2.1.1 A revisão de literatura:

Para a realização da tarefa de revisão de literatura, cumprimos três passos importantes, destacados a seguir.

A) Levantamento e seleção das publicações

Quanto aos estudos teóricos, destacamos a importância do aprofundamento da revisão de literatura sobre a Política Nacional de Esporte, buscando compreender o percurso histórico desta e seu reflexo na atual organização esportiva nas escolas do país. Esses aspectos, tratados mais detidamente no capítulo 2, nos permitiram fundamentar a análise do PAE a partir das evidências que emergiram a partir da análise documental e da pesquisa de campo.

Desta forma, realizamos inicialmente uma pesquisa bibliográfica na busca de referenciais teóricos – na forma de livros, artigos de periódicos, dissertações e teses, trabalhos em eventos – que pudessem contribuir com a elaboração do quadro de referencial de análise dos achados da pesquisa.

No caso dos artigos de periódicos, a pesquisa privilegiou a busca na base *Scielo* (*Scientific Electronic Library Online*), no Portal de Periódicos da CAPES e, de forma complementar, no Google Acadêmico. As dissertações e teses consultadas foram buscadas no Banco de Teses e Dissertações da CAPES e em repositórios digitais de universidades, notadamente quando alguma referência citada em obras estudadas parecia relevante para o estudo. Foram privilegiados trabalhos apresentados no Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte (CONBRACE) e no Congresso Internacional de Ciências do Esporte (CONICE) – especialmente aqueles apresentados nos grupos de trabalhos temáticos (GTT) Escola e Políticas Públicas –, reúnem grupos de trabalho e que produzem conhecimento sobre a área. Escolhemos trabalhos apresentados a partir de 2013, pois foram publicados após o início do PAE e no período de realização dos megaeventos esportivos.

A revisão da literatura é parte da investigação científica de suma importância para o pesquisador, visto que possibilita uma maior apropriação, assim como uma maior aproximação do objeto de estudo a partir do que foi produzido socialmente. Entende-se que a revisão de literatura “[...] é um mapeamento teórico do estado atual de conhecimento sobre o tema”, pois ampara o pesquisador a compreender a viabilidade de sua pesquisa desde sua referência teórica como também sua condição de produção atual (CASTRO, 2001, p. 5).

Diante das inúmeras produções sobre um tema amplo que é o esporte, não temos condições de realizar tal aproximação em todos os itens encontrados, assim, filtramos apenas

aquilo que dizia respeito ao Programa de Formação Esportiva Atleta na Escola, bem como trabalhos acadêmicos que mais se aproximaram da discussão deste objeto de investigação. Assim, esquadrihamos materiais que dialogassem com os processos de elaboração, implementação e avaliação deste programa, tendo como ponto de partida o levantamento de pesquisas e discussões teórico-metodológicas já realizadas e que se preocuparam com o esporte na escola de forma mais geral, e, em Arapiraca, de forma mais específica.

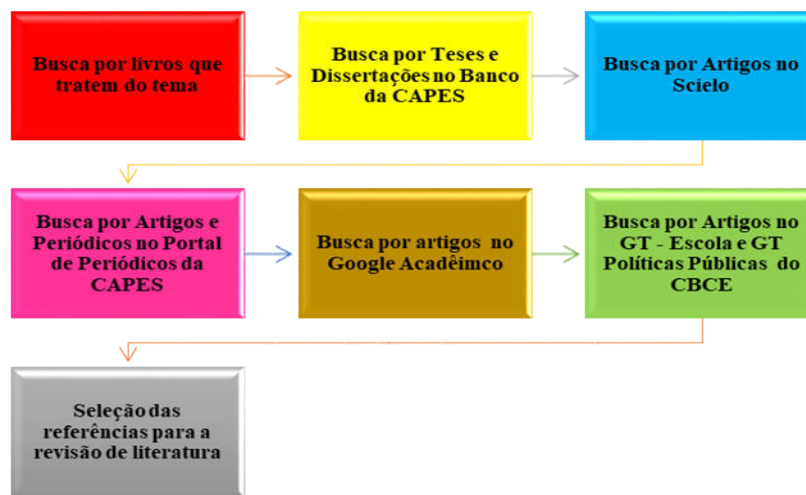
Seguindo a orientação de Alves (1992), tiveram prioridade na revisão de literatura as fontes bibliográficas que julgamos ser de boa qualidade sobre o tema desejado e que resultaram de estudos recentes (ATHAYDE, 2014; BUENO, 2008; FIGUEIREDO, 2013; LINHALES, 1996; MANHÃES, 2002; NASCIMENTO, 2016; REIS, 2015; STAREPRAVO, 2011, 2005; TAFFAREL; SANTOS JÚNIOR; SILVA, 2013; VERONEZ, 2005, entre outros). Tais investigações têm demonstrado as facetas que o Estado brasileiro tem assumido em momentos específicos de sua história por meio de políticas no campo esportivo. No plano analítico mais amplo, observamos que a presente pesquisa de mestrado possui sua problemática e consequentes objetivos inseridos no contexto de tais pesquisas, sendo que este estudo possui a pretensão de compreender mais uma faceta do Estado – historicamente datada e geograficamente marcada –, desta vez com base no Programa de Formação Esportiva Atleta na Escola, implementado em 2013 e 2014 no estado de Alagoas, especificamente no município de Arapiraca.

Por permitir que se avance na produção na área da pesquisa, Alves (1992) destaca que a revisão de literatura possui relevância social, pois a produção do conhecimento não é isolada, é uma construção de toda uma comunidade científica que coletivamente contesta e complementa a cada nova investigação diferentes objetos de estudo, contribuindo para o estudo dos temas. Desta forma, a revisão de literatura foi fundamental desde o início da investigação, uma vez que

[...] a proposição adequada de um problema de pesquisa exige, portanto, que o pesquisador se situe nesse processo, analisando criticamente o estado atual do conhecimento em sua área de interesse, comparando e contrastando abordagens teórico-metodológicas utilizadas e avaliando o peso e a confiabilidade de resultados de pesquisa, de modo a identificar pontos de consenso, bem como controvérsias, regiões de sombra e lacunas que merecem ser esclarecidos (ALVES, 1992, p. 53).

A seguir, é possível compreender na Figura 1 – intitulada “Mapa da Revisão de Literatura” –, como se deu este processo:

Figura 1 – Mapa da Revisão de Literatura



Fonte: A autora (2017)¹⁰.

Uma vez compreendida a importância da revisão de literatura, foram privilegiados estudos referentes ao campo da Política do Esporte no Brasil, em geral, e estudos que trataram de programas relacionados a tal política, em especial aquele que é objeto deste estudo.

A revisão de literatura nos proporcionou condições para construir reflexões e considerações a respeito da produção existente, os aspectos importantes que deviam ser considerados, bem como o esforço por parte do pesquisador na elaboração teórica a respeito do objeto de investigação.

Alves (1992) destaca que

[...] esse esforço de elaboração teórica é essencial, pois o quadro referencial clarifica o racional da pesquisa, orienta a definição de categorias e constructos relevantes e dá suporte às relações antecipadas nas hipóteses, além de construir o principal instrumento para interpretação dos resultados da pesquisa. A pobreza interpretativa de muitos estudos, várias vezes apontada em avaliações da produção de conhecimento na área de educação [...], deve-se essencialmente à ausência de um quadro teórico criteriosamente selecionado (ALVES, 1992, p. 55).

A partir destas considerações, o texto construído no capítulo 2 está fundamentado na revisão de literatura realizada a partir da leitura de teses, dissertações, periódicos, livros, entre outros, acerca das políticas públicas de esporte, em especial aquelas que problematizaram as

¹⁰ O Apêndice 1 desta dissertação detalha os passos da seleção dos materiais utilizados para a revisão de literatura.

políticas e programas com objetivo de compreender a massificação esportiva. Ressaltamos que estes materiais também contribuíram para a definição das categorias de análise e para a forma de abordagem do objeto de estudo ao longo de toda a dissertação.

B) Leitura e fichamento do material selecionado:

Após o levantamento e seleção inicial da literatura, foram realizados dois exercícios importantes para a construção da dissertação: a) leitura atenta do material, que foi um item indispensável para a ampliação do conhecimento e que permitiu abrir novos horizontes, interesses e perspectivas em relação ao objeto de estudo, conforme indicado por Simões (2005), e b) fichamento do material estudado, exercício que se constitui na “[...] forma mais elementar de anotações de conteúdos pesquisados” (SIMÕES, 2005, p. 12) e que permitiu identificar citações importantes para o texto da dissertação, além de contribuir para a compreensão geral da política de esporte no Brasil e para o sentido do PAE nesse contexto.

C) Exercício reflexivo-relacional:

Neste último passo da revisão de literatura, considerando a relação entre leitura e fichamento, buscamos compreender a problemática do nosso objeto de estudo a partir de elementos que fazem parte deste universo chamado “esporte”, pois agrega discussões que vão desde políticas públicas para o esporte nacional, até sua posição no espaço escolar.

Esta atividade nos forneceu elementos para “[...] iluminar o caminho a ser trilhado pelo pesquisador, desde a definição do problema até a interpretação dos resultados” (ALVES, 1991, p. 54), nos dando condições para realizar a descrição do problema na área de estudo e a possibilidade de realizar análises do objeto da pesquisa a partir do referencial teórico.

1.1.2 A pesquisa documental:

No tocante à pesquisa documental, foram buscados documentos referentes à elaboração, implementação e financiamento do PAE nas páginas eletrônicas do Ministério da Educação – incluindo a página do Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle do Ministério da Educação (Simec) –, do Ministério do Esporte e da Secretaria de Educação do Estado de Alagoas.

No caso de Arapiraca, realizamos uma visita à Secretaria de Educação e Esporte do município para localizar documentos oficiais da realização do PAE nos anos de 2013 e 2014. Foi disponibilizado um material encadernado contendo registros diversos sobre o PAE, organizado após o encerramento do programa pelo Departamento Pedagógico – Divisão Educação Física/ Cultura Corporal –, segundo informações da referida secretaria. Pela ausência de título deste material, o denominamos de “Relatório de adesão do Programa Atleta na Escola (2013 – 2014) no Município de Arapiraca”¹¹.

Do conjunto de documentos encontrados sobre o PAE, selecionamos aqueles que se referem explicitamente ao programa e que constituem seu marco regulatório mais geral. Três materiais compuseram o *corpus* documental da investigação, conforme detalha o Quadro 1 apresentado a seguir:

Quadro 1 – Corpus documental da investigação

DOCUMENTO	ORIGEM	ASSUNTO
Resolução/ CD/FNDE Nº 11 de 7 de maio de 2013.	Página Eletrônica do MEC.	Institui o Programa de Formação Esportiva Atleta na Escola.
Manual de orientações – Programa Atleta na Escola.	Página Eletrônica do Programa Atleta na Escola.	Apresenta orientações sobre o programa visando auxiliar na sua execução na etapa escolar.
Relatório de adesão do programa Atleta na escola – (2013 e 2014) no município de Arapiraca.	Secretaria Municipal de Educação e Esporte de Arapiraca.	Materiais diversos sobre o Programa Atleta na Escola em Arapiraca.

Fonte: A autora (2017)

Para sistematizar os dados encontrados nos documentos, realizamos uma análise para a exploração dessas fontes com base nas inferências de Evangelista (2009). Segundo a autora, documentos de política são

[...] produtos de informações selecionadas, de avaliações, de análises, de tendências, de recomendações, de proposições. Expressam e resultam de uma combinação de intencionalidades, valores e discursos; são constituídos pelo e constituintes do momento histórico. Assim, ao se tratar de política é preciso ter clareza de que eles não expõem as “verdadeiras” intenções de seus autores e nem a “realidade”. Como fontes de concepções, permitem captar a racionalidade da política, desde que adequadamente interrogados. A interrogação metódica desse tipo de evidência

¹¹ Os registros do PAE em Arapiraca reunidos neste material serão discriminados no capítulo 3 desta dissertação.

procura apreender suas incoerências, seus paradoxos, seus argumentos críticos ou pouco razoáveis. Trata-se de desconstruí-los para captar aspectos da política educacional da qual são, simultaneamente, expressão e proposição (EVANGELISTA, 2009, p. 9, grifos da autora).

Assim, mediante esta afirmativa da autora, no caso do Programa Atleta na Escola, buscamos explorar os documentos selecionados no corpus documental da pesquisa de modo a identificar a racionalidade do PAE, como também suas conexões com a política de massificação esportiva de forma mais geral. Para facilitar esta tarefa, foi feito o mapeamento e a caracterização dos materiais encontrados sobre o PAE buscando apreender sua lógica interna.

2.1.3 O trabalho de campo: as entrevistas e a técnica de análise de conteúdo

O trabalho de campo envolveu sujeitos de cinco instituições de ensino de Arapiraca que participaram do PAE:

- Escola de Ensino Fundamental Fernando Collor de Mello (participação em 2013 e 2014);
- Escola de Ensino Fundamental Pedro Correia das Graças (participação em 2013 e 2014);
- Escola de Ensino Fundamental Crispiniano Ferreira de Brito (participação em 2013);
- Escola de Ensino Fundamental 31 de Março (participação em 2013 e 2014);
- Escola de Ensino Fundamental Professor Luiz Alberto de Melo (participação em 2013 e 2014).

Para o trabalho de campo, foram seguidas as normas definidas pelo Conselho Nacional de Saúde na Resolução CNS n° 466/2012 e o projeto foi protocolado na Plataforma Brasil, sendo devidamente aprovado pelo Comitê de Ética da Universidade Federal de Alagoas (UFAL)¹².

A amostra incluiu 14 sujeitos que atenderam ao critério de envolvimento direto nas ações e etapas escolares do programa nos anos de 2013 e/ou 2014, sendo eles: coordenadora

¹² Os documentos exigidos pelo Comitê de Ética e anexados na Plataforma Brasil estão no APÊNDICE B desta dissertação.

do Programa de Formação Esportiva Atleta na Escola na Secretaria Municipal de Educação Esporte de Arapiraca; cinco professores de Educação Física com formação na área e oito estudantes¹³.

No tocante às entrevistas, utilizamos as do tipo semiestruturadas por considerar que elas “[...] partem de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa, e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas do informante” (TRIVIÑOS, 1987, p. 146).

O instrumento definido para as entrevistas foi um questionário (Apêndice 3) que apresenta perguntas importantes que se relacionam com o tema da pesquisa. As entrevistas foram gravadas e transcritas, e as informações e os depoimentos oriundos destas foram tratados com a técnica de análise de conteúdo, que permitiu o tratamento categorial do *corpus* produzido, a fim de se elaborar inferências a respeito do objeto pesquisado (FRANCO, 2008; MINAYO, 2003). De forma geral, a técnica da análise de conteúdo foi utilizada para se “compreender o que foi coletado, confirmar ou não os pressupostos da pesquisa e ampliar a compreensão de contextos para além do que se pode verificar nas aparências do fenômeno” (SOUZA JUNIOR; MELO; SANTIAGO, 2010, p. 34). A análise de conteúdo compreende

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos a descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) desta mensagem (BARDIN, 2011, *apud* CÂMARA, 2013 p. 182).

Foram observadas as etapas básicas da técnica de análise de conteúdo, conforme indicadas por Bardin (1979, *apud* BENITES *et al*, 2016), para o tratamento do corpus das entrevistas: 1) Pré-análise, quando foi organizado o conteúdo expresso nas transcrições das entrevistas; 2) Exploração do material, visando a identificação das ideias e mensagens mais significativas, considerando a problemática e os objetivos da investigação e, por fim, 3) Tratamento dos dados e interpretações, momento em que foi realizada a codificação do material, através da categorização dos dados, de modo a definir as categorias emanadas do conteúdo das entrevistas que melhor poderiam explicitar o objeto de estudo. Seguindo tal percurso analítico, as três etapas básicas nos permitiram tratar de modo contínuo e progressivo o conteúdo das entrevistas.

¹³ Quando trechos das entrevistas foram citados neste trabalho, os respondentes serão identificados da seguinte maneira: COORD (Coordenação do PAE em Arapiraca); PROF1, PROF2, PROF3, PROF4, PROF5 (professores 2); EST1, EST2, EST3, EST4, EST5, EST6, EST7, EST8 (estudantes).

Na pré-análise, as gravações das entrevistas foram ouvidas de forma atenta e os depoimentos dos entrevistados foram transcritos literalmente. As transcrições foram lidas e relidas, de modo a compreender o conjunto dos depoimentos, e foram destacados trechos considerados significativos para o enfrentamento da problemática do estudo. Vários destes trechos estão citados ao longo do texto¹⁴.

Na exploração do material, os temas norteadores das entrevistas – implementação do PAE; desempenho esportivo e escolar; papel da escola; avaliação do PAE –, definidos a partir dos itens constantes dos roteiros das entrevistas, foram considerados como unidades de contexto. A exploração desse material resultou no recorte de trechos das transcrições que constituíram, por sua vez, unidades de registro, que correspondem “[...] ao menor segmento de conteúdo a ser considerado como unidade de base” (SOUZA JÚNIOR; MELO; SANTIAGO, 2010, p. 37).

Por meio da seleção, decomposição e reordenamento de conteúdos relevantes das entrevistas, capazes de contribuir mais decisivamente para o tratamento da problemática do estudo, os dados foram tratados e interpretados, em um exercício de categorização que representou uma forma determinada de “[...] ordenação da realidade investigada, na intenção de apreendê-la conceitualmente” (SOUZA JÚNIOR; MELO; SANTIAGO, 2010, p. 35). Como resultado, foram definidas as seguintes categorias de conteúdo: 1) Formação Esportiva Escolar; 2) Democratização da Educação Física e 3) Precarização da/na Formação Esportiva.

O conteúdo das transcrições, desde o processo de organização até as interpretações, nos permitiu realizar inferências sobre a implementação do Programa Atleta na Escola em Arapiraca enquanto política esportiva no âmbito da escola para os estudantes. Essas inferências serviram de pistas para a análise propriamente dita, tendo em mente as categorias analíticas definidas – contradição e totalidade –, a contribuição dos referenciais teóricos, as informações documentais, os dados objetivos, os depoimentos dos entrevistados e as categorias de conteúdo destacadas.

A partir do conjunto teórico, documental e empírico, foram definidas categorias de conteúdo, compreendidas como aquelas que “[...] servem de critério de seleção e organização da teoria e dos fatos a serem investigados, a partir da finalidade da pesquisa, fornecendo-lhe o princípio de sistematização que vai lhe conferir sentido, cientificidade, rigor e importância” (KUENZER, 1998, p. 62). Em outras palavras, categorias de conteúdo nada mais são do que a aplicação das leis universais ao particular, de modo que o pesquisador realiza um “[...]”

¹⁴ Os trechos das entrevistas usados como citações são identificados da seguinte forma: COORD (coordenadora do PAE); PROF (professores entrevistados, numerados de 1 a 5) e ALUNO (numerados de 1 a 8).

movimento que vai do geral para o particular na exposição e do particular ao geral na investigação e na exposição” (KUENZER, 1998, p. 66). A realização de cada etapa da exploração das entrevistas e a sistematização das categorias de conteúdo do estudo serão detalhadas no capítulo 4, embora elas tenham relação com o conjunto dos capítulos da dissertação.

2.2 DA ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DO ESTUDO

Os capítulos da dissertação foram organizados com a intenção de apresentar os principais temas e dimensões da pesquisa, de modo a revelar da melhor maneira possível o objeto de estudo, à luz da problemática da investigação.

No capítulo 2, intitulado *Política do Esporte no BRASIL: do Estado Novo aos Megaeventos Esportivos*, destacaremos as contribuições da revisão de literatura, apresentando interpretações que dialogam com nosso objeto de estudo no que diz respeito aos antecedentes históricos da relação entre esporte e Educação Física no Brasil. Partimos do pressuposto que a criação do Programa Atleta na Escola (PAE) encontra relação com tais antecedentes, por meio de continuidades e rupturas históricas. Entre as principais referências estão Athayde (2014); Bueno (2008); Bracht e Almeida, (2013); Figueiredo, (2013); Linhares, (1996); Manhães (2002); Nascimento (2016); Reis (2015); Starepravo (2011); Taffarel, Santos Júnior e Silva (2013); Veronez (2005), entre outros.

No capítulo 3, *O Programa de Formação Esportiva Atleta na Escola*, apresentaremos a dinâmica e o funcionamento do PAE a partir de um panorama geral, compreendendo a sua configuração no que diz respeito ao marco teórico-conceitual e ao desenho técnico-operacional (REIS et al, 2015); de modo particular, faremos a descrição e análise de como este programa ocorreu em Arapiraca no que diz respeito a sua implementação e execução. Para estas duas tarefas, consideramos documentos oficiais do PAE produzidos por instâncias nacionais e locais e buscaremos respaldo na literatura pesquisada. Utilizamos Nascimento (2016), Nascimento *et al* (2015), Reis (2015) e Reis *et al* (2015) como as principais contribuições teóricas para a construção deste capítulo. Além disso, alguns depoimentos de entrevistados serão citados para colaborar com a compreensão da experiência do PAE em Arapiraca.

No capítulo 4, cujo título é *A Experiência do Programa Atleta na Escola em Arapiraca*, realizamos a exploração das categorias de conteúdo Formação Esportiva Escolar, Democratização da Educação Física e Precarização da/na Formação Esportiva, definidas

como aquelas que contribuem significativamente para a apreensão crítica e fundamentada das possíveis contribuições e contradições do Programa de Formação Esportiva Atleta na Escola, considerando a especificidade da experiência do PAE na rede pública de Arapiraca.

Nas conclusões da dissertação, apresentamos as principais evidências da pesquisa e apontamos possibilidades de estudos futuros que possam revelar outras dimensões do PAE.

Esperamos, com esta pesquisa, contribuir com a produção do conhecimento científico no campo da Política Nacional para o Esporte Educacional, por meio da análise das potencialidades, possibilidades, limites e contradições do Programa de Formação Esportiva na Escola – Atleta na Escola, bem como problematizar em que aspectos programas desta natureza possibilitam, efetivamente, a ampliação das oportunidades esportivas para os estudantes da educação básica do nosso país.

Neste sentido, a principal intenção da dissertação é ampliar a discussão sobre o esporte educacional, a fim de contribuir com o aprofundamento da compreensão de programas esportivos no país e com a construção de referenciais para o estabelecimento de políticas públicas comprometidas com uma concepção de esporte e educação como elemento da cultura corporal e desenvolvimento da pessoa humana.

3 POLÍTICA DO ESPORTE NO BRASIL: DO ESTADO NOVO AOS MEGAEVENTOS ESPORTIVOS

O capítulo 3 desta dissertação tem como objetivo principal identificar antecedentes históricos da relação entre esporte e Educação Física no Brasil. Pressupomos que esses antecedentes influenciaram a criação do Programa Atleta na Escola (PAE), assim como seus objetivos e formato técnico-operacional.

A política de Esporte no Brasil foi construída historicamente em um processo de continuidades e rupturas desde os anos 1930, quando Estado brasileiro assume o papel de principal agente das políticas sociais, até o período da realização dos megaeventos esportivos. Neste horizonte, o setor esportivo brasileiro tem utilizado uma política incentivadora do esporte no espaço da escola, utilizando-o de modo instrumentalizado, apostando na massificação esportiva e no alto rendimento (BRACHT e ALMEIDA, 2003; MASCARENHAS, 2012).

O Programa em análise é reflexo das políticas de esporte implantadas no país, pois revela, na atualidade, a massificação esportiva entre estudantes nas escolas, motivada pelos megaeventos esportivos, que possuem interesses políticos, econômicos e sociais num dado momento histórico. Resgatar o breve histórico da política esportiva nacional se faz necessário para nos permitir identificar quais elementos de rupturas e continuidades cada momento histórico apresenta em relação ao Programa Atleta na Escola.

A periodização adotada neste capítulo corresponde a diferentes momentos políticos do Brasil, revelando informações acerca da política de esporte nacional e seus principais enfoques. Esta divisão não teve objetivo maior além de situar a política de esporte em geral com cada momento histórico e político no Brasil. Tomamos o ano de 1930 como ponto de referência enquanto marco temporal importante de desenvolvimento e modernização do Brasil, em virtude do processo de industrialização, a partir do qual o Estado brasileiro passa a conduzir as políticas sociais, políticas educacionais e primeiras ações institucionais de esporte. Concluimos o capítulo com a Agenda Esportiva Brasileira (2003/2013), destacando programas, projetos e expectativas sob a lógica dos megaeventos esportivos. Esta organização se justifica em função da relação entre a realidade educacional e esportiva e os aspectos econômicos, sociais, políticos e culturais, os quais não devem ser desconsiderados.

3.1 O ESPORTE NA ERA VARGAS (1930/ 1945)

Este período histórico é caracterizado por reformas políticas marcadas pela transição de uma sociedade agroexportadora para urbano industrial e foram determinantes para o rumo do capitalismo no país. Veronez (2005, p. 168) afirma que

[...] a partir dos anos 1930 houve uma mudança no padrão de intervenção do Estado na sociedade e, em especial, no setor esportivo, mais intensamente a partir do período da Era Vargas conhecido como Estado Novo (1937-1945).

Destaca-se, neste período, a forma de organização esportiva adotada pelo Estado em nível nacional durante a década de 1930, constituída de um padrão “totalitário, centralizado, burocrático e corporativista” (VERONEZ, 2005, p. 170). As concepções ideopolíticas do governo neste período demonstram a segurança nacional, a ênfase eugênica da raça brasileira¹⁵, a mão de obra fisicamente adestrada e capacitada como expressões disciplinares para a sociedade brasileira (LINHALES, 1996).

Nesta direção, o esporte aparece como instrumento para a formação do “caráter e biofísico da raça ou nação segundo os princípios higiênico-eugênicos, dominantes na intelectualidade de então”; sendo, portanto, um agente de formação dos indivíduos da época (BUENO, 2008, p.103).

As primeiras ações institucionais legais do Brasil, com a finalidade de instituir políticas públicas de esporte, se deram com a profissionalização do futebol e, em seguida, com a união dos dirigentes das ligas e a unificação do profissionalismo de outras modalidades esportivas (LINHALES, 1996; SARMENTO, 2006; VERONEZ, 2005).

Através do Decreto Lei nº 3.199 em 1941, que estabeleceu as bases de organização dos desportos no país, houve a organização de entidades de representação nacional (federações e confederações) com a finalidade de regulamentar as entidades esportivas, definir a função do estado para com o esporte e administrar as práticas esportivas (STAREPRAVO, 2005).

No tocante à Educação Física, destaca-se, na Constituição de 1937, no artigo 131, a obrigatoriedade da disciplina nas escolas primárias, normais e secundárias e, no artigo 132, a

¹⁵ De acordo com Castellani Filho (2010, p.30), “a Educação Física no Brasil, desde o século XIX, foi entendida como um elemento de extrema importância para o forjar daquele indivíduo ‘forte’, ‘saudável’, indispensável à implementação do processo de desenvolvimento do país [...]”. Outros sinais do caráter eugênico da Educação Física podem ser encontrados na Constituição brasileira de 1934, quando atribui competência à União, aos estados e aos municípios para “estimular a educação eugênica”.

orientação para a combinação da disciplina moral com o adestramento físico na educação ofertada pelos estabelecimentos de ensino (CASTELLANI FILHO 1999).

Neste sentido, o Estado Novo concebeu inserir duas linhas de projetos políticos ideológicos nos campos educacional e esportivo. O primeiro referente a questões higienistas e eugênicas e o segundo referente à preparação de um corpo produtivo para melhorar a condição de defender a pátria em relação aos inimigos internos e externos, assim como para disciplinar e preparar a força de trabalho para o trabalho industrial (BUENO, 2008).

Betti (1991) afirma que neste período foi explicitada a obrigatoriedade da Educação Física nas reformas de ensino ocorridas durante os anos de 1930 a 1946, devido à crença na potencialidade da disciplina em implantar nos jovens o que era de interesse do Estado: os valores morais e cívicos. Utilizava-se, para tanto, um método de inspiração francesa embasado no conteúdo físico e pedagógico e que fazia uso de jogos e esportes, visando valorizar o “[...] esforço individual, a disciplina, a formação de hábitos, adaptação da ordem vigente, a obediência e a preparação para o trabalho [...] e o aperfeiçoamento moral” (GOYAZ, 2003, p. 46).

Assim, identificamos o esporte sendo utilizado como sustentação de seus preceitos políticos ideológicos para com a sociedade. A ordem disciplinar através do sistema corporativista adotado pelo Estado Novo funda uma relação mais estreita entre o Estado e o esporte. Tal relação pode ser vista como uma herança deste período político; como afirma Manhães (2002, p. 25), “[...] todas as medidas definidoras de política, conceito e prioridades, no campo do esporte, foram originárias do período chamado Estado Novo, permanecendo inalteradas até hoje, com modificações apenas periféricas ou formais”.

3.2 A POLÍTICA ESPORTIVA NO POPULISMO (1946/1964)

O período de 1945 a 1964, caracterizado como regime democrático, marcado pelo retorno ao “apelo nacional desenvolvimentista com base no populismo” (BUENO, 2008, p. 124) revela a continuidade da estrutura organizativa do esporte estabelecida durante o Estado Novo. Embora o apelo ideológico de marca higienista e eugênica não estivesse mais presente, não houve mudança significativa no padrão de política pública para o esporte definido no período do Estado Novo (BUENO, 2008; LINHALES, 1996; VERONEZ, 2005). Esta afirmativa pode ser constatada através da Constituição Federal de 1946, onde não há menção ao esporte, nos termos do modelo estabelecido pelo Estado novo. Constata-se, no período populista, um único ato legislativo, o Decreto-Lei n.º 9.912/46, que possuiu relação com a

política esportiva, concedendo ao Presidente da República a responsabilidade de construção de praças de esportes e da nomeação de comissão para estudos e propostas específicas para o assunto (BUENO, 2008, p. 125).

Segundo Linhares (1996, p. 117),

O período em questão caracterizou-se como etapa de grande desenvolvimento esportivo para diferentes modalidades, embora o destaque e liderança seja do futebol. O esporte brasileiro se fortalece como setor de atuação do Estado, que mantém, sem alterações, a estrutura organizativa de atrelamento e tutela criada em 1941. Se tal sistema permanece intacto em seu formato legal, isso não significa, entretanto, que se tenha mantido afastado das estratégias e dos interesses políticos que permearam a “democracia populista”.

Conforme Bueno (2008), neste momento histórico no Brasil foi realizada a Copa do Mundo de 1950, sendo o segundo megaevento esportivo realizado no país¹⁶. Neste cenário, o estádio do Maracanã foi construído com recursos governamentais, transformando-se num projeto nacional de reconhecimento internacional devido à capacidade organizativa dos dirigentes esportivos (BUENO, 2008).

Vale destacar, segundo o autor, dois pontos negativos em relação ao megaevento: a derrota da seleção brasileira na final da Copa do Mundo de 1950 para o Uruguai e a desvalorização das delegações de atletas para os Jogos Olímpicos e Jogos Pan Americanos¹⁷ (BUENO, 2008), pois “[...] a política de esportes da CBD [Confederação Brasileira de Desportos] se resumia, no fundo, a tocar o grande projeto de ampliação da representação internacional do futebol brasileiro” (SARMENTO, 2006, p. 93-94).

Em relação à Educação Física, neste período, Bueno (2008, p.129) destaca três aspectos:

1. No governo de Juscelino, o professor Alfredo Colombo assume a Divisão de Educação Física, sendo o primeiro civil a dirigir a DEF, numa direção social as ações do órgão, porém dotado de estilo pragmático e liberal;
2. Lançamentos de periódicos com material de pesquisa e ensaios, aumento de oferta de cursos de extensão universitária, aperfeiçoamento e estágios técnicos-pedagógicos;

¹⁶ O primeiro megaevento esportivo foi a Copa Sul-Americana de Futebol realizada em 1919 (CUNHA *et al*, 2015).

¹⁷ Bueno (2008) ressalta que este ponto negativo revela que o Comitê Olímpico Brasileiro neste período era uma entidade sem poder financeiro e de representação para as demais modalidades do esporte de alto rendimento. “Apesar do baixo investimento, o período foi de desenvolvimento qualitativo no EAR. Surgiram atletas de fama mundial como Éder Jofre e Maria Esther Bueno; o basquete masculino se tornou bicampeão mundial (1959 e 1963) e melhorou o desempenho em outras modalidades nas competições internacionais” (BUENO, 2008, p.127).

3. Campanha Nacional de Educação Física (CNEF)¹⁸, instituída pelo Decreto n.º 43.177/58, com o objetivo de “promover as medidas necessárias ao desenvolvimento da Educação Física à sua difusão, ao aperfeiçoamento dos especializados, bem como à instalação de Centros de Educação Física” (BRASIL, 1958).

Segundo Bueno (2008), os resultados insatisfatórios nas competições internacionais e a precária infraestrutura para o esporte no país passaram a ser uma justificativa para aproximar o esporte da Educação Física, com a perspectiva de se privilegiar o esporte de alto rendimento (EAR). Betti (1991) concorda com Bueno (2008), destacando justamente que, nesse período histórico, o esporte competitivo passa a influenciar a Educação Física. Nesta direção, constatamos os primeiros passos de uma política esportiva voltada para o esporte de alto rendimento, sendo objetivo para evidenciar o Brasil no mundo. Tal privilégio irá marcar o papel da Educação Física com o esporte nas décadas seguintes (BUENO, 2008; LINHALES, 1996; VERONEZ, 2005).

3.3 A DITADURA MILITAR E O MODELO PIRAMIDAL ESPORTIVO (1964/1985)

O período da Ditadura Militar nos permite compreender como este momento histórico influenciou o atual contexto das políticas esportivas no Brasil e, em especial, o formato assumido pelo Programa Atleta na Escola.

A Educação Física, durante a ditadura militar, reaparece como meio para promover as capacidades físicas da população, não mais propagando a eugenia da raça, que foi alvo do Estado Novo. Essa promoção da Educação Física esteve aliada à definição do esporte como um canal para despontar o Brasil em relação aos países desenvolvidos, numa perspectiva de potência olímpica e, para tanto, a política de esporte no período ditatorial aliou o esporte de massa ao esporte escolar, com ênfase no esporte de alto rendimento (BUENO, 2008).

Nesta direção, as políticas da época orientavam para o desenvolvimento do esporte de alto rendimento no espaço escolar, vislumbrando um melhor desempenho do país em competições internacionais. Bueno (2008) destaca que nos primeiros anos do regime militar, através da portaria 148/1967 do Ministério da Educação, o conceito de Educação Física foi claramente associado ao desenvolvimento de atividades físico-desportivas, com a indicação

¹⁸ A campanha ganhou expressão com o Decreto n.º 53.741/1964 que reafirmou o dever do Estado para com o esporte e reconheceu série de problemas: as falhas de implementações de antigos objetivos; a insatisfação com a performance dos atletas nas competições internacionais; a deficiência de oferta dessa infraestrutura esportiva nas escolas; a falta de profissionais especializados, e por último, o **reconhecimento da desigualdade do acesso ao esporte** (BUENO, 2008, p. 129, grifo do autor).

de que as sessões de Educação Física fossem substituídas por competições esportivas. Outro aspecto desta subordinação foi a criação do Departamento de Educação Física e Desportos (DED) no âmbito do Ministério da Educação, em 1970, que ficou responsável pela coordenação de ações do poder público tanto para a Educação Física quanto para o setor esportivo (LINHALES, 1996). Anos depois, a Lei Federal nº 6.251/75 e o Decreto-Lei nº 80.228/77, que instituíram a Política Nacional de Educação Física e Desportos e definiram a elaboração do Plano Nacional de Educação Física e Desporto (PNED), completaram a legislação orientadora do período, reforçando as ideias de massificação e do esporte de alto rendimento (BRASIL, 1975; 1977).

Essa subordinação da Educação Física às premissas do esporte de alto rendimento (BRACHT, 1992; BUENO, 2008; LINHALES, 1996; MANHÃES, 2002), décadas depois, ficará explícita na proposição do PAE, como veremos adiante.

De maneira sintética, é possível afirmar que a Educação Física e o esporte na ditadura militar eram utilizados como objetos de:

[...] aparelhamento e instrumentalização a fim de conferir sustentação ao projeto de sociedade [...] e] legitimação da hegemonia dos grupos que se instalaram no poder. Para isso, a racionalização do planejamento – similar em outros setores de intervenção estatal – constituiu elemento paradigmático para a construção das políticas públicas de Educação Física/esporte (REIS, 2015, p. 85).

Naquele cenário, era possível constatar estratégias do Estado¹⁹ numa perspectiva de utilização do esporte como “[...] instrumento ideológico, de projeção internacional, com caráter nacionalista e de grande valor para controle social da juventude” e muitas das ações direcionadas ao setor esportivo estavam diretamente associadas ao setor educacional (NASCIMENTO, 2016, p. 71). O conjunto de políticas e ações do período voltadas para o

¹⁹ Entre essas medidas podem ser citadas: a criação do Departamento de Educação Física e Desportos, que “[...] estabeleceu objetivos para elevar o nível do desporto estudantil e da recreação, melhorar a qualidade do ensino e das pesquisas nas escolas de Educação Física, criar cursos de especialização, construir instalações esportivas” (VERONEZ, 2005, p. 239); a elaboração do Diagnóstico da Educação Física e Desportos, que abrangeu os mais diferentes dados e setores relativos à Educação Física e aos esportes, a partir dos quais o poder público poderia “determinar uma política nacional para o setor, fundada em bases científicas e racionais” (LINHALES, 1996, p. 139); a criação da Loteria Esportiva, em 1969, definida como fonte de recursos financeiros para os programas de Educação Física e o desenvolvimento de esportes (LINHALES, 1996); a definição da Política Nacional de Desenvolvimento da Educação Física e Desporto (PNDE), no período de 1976 a 1979, e a elaboração do o Plano Nacional de Educação Física e Desportos (PNED – 1976 - 1979) pelo MEC (NASCIMENTO, 2016); o desenvolvimento da Campanha Nacional de Esclarecimento Esportivo (CNED), de cunho publicitário, que foi utilizada como estratégia ideológica do governo do período para promover o esporte e a prática de atividade física para toda a sociedade, incluindo a transmissão de vários eventos televisionados (LINHALES, 1996); o movimento *Esporte para Todos*, influenciado pela Carta Europeia de Esporte para Todos, em 1975, que no Brasil foi adaptado aos valores e interesses dos governos militares, ao contrário da orientação do documento europeu de democratização do esporte, sem a perspectiva competitiva (REIS, 2015); a divulgação da campanha *Mexa-se!*, em 1975, em parceria com a TV Globo (LINHALES, 1996).

reconhecimento do esporte como “direito” estava “[...] sob forte inspiração liberal-funcionalista” (LINHALES, 1996, p. 140), no sentido de associar a prática esportiva ao ideário do regime militar.

Referindo-se ao período ditatorial, Bueno (2008, p. 132) afirma que

Na dimensão de nação, o esporte é visto internamente como forma de prover legitimidade ao regime e identidade e coesão ao povo. A Educação Física é dada a função de prover capacidade física à população. Externamente, o desenvolvimento do esporte torna-se aspecto fundamental para afirmar o País entre as nações desenvolvidas, espécie de projeto Brasil Potência Olímpica.

O modelo de organização desportiva do período indicava a necessidade de produção uma elite desportiva para participar de competições nacionais e internacionais e de investimento em espaços e equipamentos, além da implementação de “[...] programas que estimulassem a Educação Física, o desporto estudantil, à prática desportiva de massa e ao desporto de alto nível” (BRASIL, 1976). Esta elite desportiva seria selecionada entre a “massa praticante” (COSTA, 1971, p. 20), advinda da comunidade, e, caso identificado algum atleta com potencial, este seria encaminhado para o alto rendimento (LINHALES, 1996). Nessa perspectiva, é possível identificar a intencionalidade de articulação do esporte de massa com o esporte educacional, tendo como foco o esporte de alto rendimento, indicado como prioridade (BRACHT, 1992; BUENO, 2008; LINHALES, 1996; NASCIMENTO, 2016; REIS, 2015).

Esse movimento desportivo que parte da massificação esportiva para a definição de uma elite de esportes de alto rendimento ficou conhecido como o Modelo Piramidal Esportivo, assim justificado por Costa (1971, p. 20):

É considerado ideal o sistema de organização que produz uma elite desportiva originária da massa praticante, enquanto o que se orienta para a seletividade de representação demonstra inconstância nos resultados, além de usar a comunidade como meio e não como fim. Em termos econômicos isto significa ser o investimento – traduzido por instalações na infraestrutura: rede escolar, equipamento básico urbano, centros de Educação Física/Desporto etc. – encargos prioritários do Estado, além da ação implícita normativa, enquanto o custeio – manutenção, administração, funcionamento, representação etc. – constitui a contrapartida principal da comunidade.

Dessa forma, para Costa (1971), ao Modelo Piramidal Esportivo estava atrelada uma determinada perspectiva de alocação de recursos, conforme se vê na Figura 2 abaixo:

Figura 2 - Modelo de Alocação de Recursos



Fonte: (COSTA, 1971, p. 21).

Esse modelo passou a ser, desde então, alvo de diversas críticas (BRACHT, 1992; BUENO, 2008; CASTELLANI FILHO, 2008; LINHALES, 1996; REIS, 2015).

Castellani Filho (2008, p. 134) indica que “[...] a base e o centro da pirâmide servem tão-somente para dar sustentação ao esporte de alto rendimento”. Na mesma direção, Bueno (2008, p. 142) afirma que o modelo representativo desta formatação piramidal coloca “[...] o esporte escolar em sua base, o esporte de massa (lazer/recreação, condicionamento da população, etc.) como estágio intermediário e, no estágio superior, tido como prioritário para os governos de então, o esporte de elite ou o EAR [...]”. Bueno (2008) assim reinterpreta graficamente o Modelo Piramidal Esportivo, conforme a Figura 3 a seguir:

Figura 3 - Modelo Piramidal Esportivo



Fonte: Bueno (2008)

A representação que Bueno (2008) traduz a lógica básica do Modelo Piramidal Esportivo: “[...] quanto maior for a população abrangida, melhor será a amostra obtida, não pelo processo aleatório, pois não se busca a média e sim pela identificação de *outliers* no espectro superior da amostra” (BUENO, 2008, p. 140-141, grifo do autor). Assim, toda essa sistemática coloca a Educação Física submissa à lógica da instituição esportiva, sujeitando o esporte escolar às ações do sistema esportivo nacional.

Do ponto de vista dos governos militares, essa lógica era assim justificada:

A ação do Governo deve-se fazer sentir incorporando efetivamente a prática da Educação Física e dos desportos às atividades escolares; proporcionando recursos financeiros e disciplinando o seu uso, de modo a garantir a infraestrutura física e técnica que o setor reclama; orientando os investimentos na área da Educação Física e dos desportos, segundo os objetivos e as prioridades estabelecidas em cada caso; assegurando o interesse e a participação de número crescente de brasileiros em todas as modalidades desportivas; através de programação e incentivos adequados (PNED, 1976, p. 39).

A existência de uma base limitada de atletas de alto rendimento no Brasil – os quais eram frutos de clubes, associações comunitárias ou descobertos por outras vias – evidenciou a necessidade de a população brasileira urbana e escolar desenvolver a aptidão física, com o propósito de aumentar a base de atletas de alto rendimento através da massificação esportiva (BUENO, 2008). É nesse contexto que surgem os primeiros jogos escolares no Brasil, que tiveram início em 1969, inspirados no modelo piramidal desportivo. Arantes, Martins e Sarmiento (2012, p. 918) informam que

A nomenclatura dos jogos sofreu algumas alterações durante este período [ditatorial]. Entre 1969 e 1975 os jogos se chamaram Jogos Estudantis Brasileiros (Jeb's). De 1976 a 1984 se chamaram Jogos Escolares Brasileiros (Jeb's). Nos anos de 1978, 1980 e 1982 aconteceram os Campeonatos Escolares Brasileiros (Ceb's), que foram classificatórios para os Jeb's que aconteceram nos anos de 1979, 1981 e 1983.

Submetidos ao espírito da época, esses jogos afirmavam a ideia de que “[...] era necessário praticar esportes, produzir talentos esportivos e apostar no futuro do Brasil” (LINHALES, 1996, p.158).

Nas décadas seguintes, os eventos esportivos envolvendo alunos de escolas do país continuaram ocorrendo. Entre 1969 e 2010, Arantes, Martins e Sarmiento (2012) identificam quatro fases desses jogos. Na primeira fase, de 1969 a 1985, durante o período militar, os autores ressaltam “[...] a utilização da competição escolar como instrumento político de aproximação do estado ditador a juventude esportiva” (ARANTES; MARTINS; SARMENTO, 2012, p. 921). No período da reabertura democrática, entre 1985 e 1989, foi buscada uma “quebra da lógica da descoberta de talentos na escola e da identificação do esporte escolar com o esporte de rendimento” (ARANTES; MARTINS; SARMENTO, 2012, p. 921) que não se fortaleceu nas décadas seguintes: a ideia do esporte de alto rendimento foi retomada no período de 1990 a 2004 e no período seguinte, 2004 a 2010, com a diferença de que nos anos recentes os jogos passaram a contar com mais estrutura em termos de financiamento (ARANTES; MARTINS; SARMENTO, 2012).

3.4 A REFORMULAÇÃO DO ESPORTE BRASILEIRO NA “DÉCADA PERDIDA” (1980/1994)

Mudanças nas esferas econômica, política, social e institucional no Brasil ocorrem entre os anos de 1980 a 1994, período redirecionado do regime militar para a democracia. O cenário político foi marcado por importantes episódios como a aprovação da Constituição Federal de 1988, a eleição direta para presidente em 1989, o *impeachment* de Fernando Collor de Mello e a organização da sociedade e dos partidos políticos (REIS, 2015). O período em questão, devido ao processo de redemocratização, é marcado pela reorganização do esporte no país. Dentre os fatos que ocorreram neste período, destacamos a instalação de uma comissão de reformulação do esporte, a constitucionalização do esporte como um direito social estabelecido no artigo 217 da Constituição Federal e a Lei Zico.

Segundo Linhales (1996, p. 160), a “morte lenta” do autoritarismo esportivo encontra-se na última fase da ditadura, pois surge o início de uma democrática adaptação

daqueles que passam a refletir o modelo implantado a partir das Diretrizes Gerais da Educação Física/Desporto de 1980/1985.

Estas diretrizes foram consequência de trabalho de entidades esportivas, educacionais, entidades públicas e privadas na busca de desenvolver o setor, sendo aspectos como quantidade/qualidade e a dimensão sociocultural das atividades físicas e dos esportes o foco para avançar neste sentido.

Para Bueno (2008), pensar o esporte a partir de diversas perspectivas não fazia parte da legislação do país ou da prática pedagógica nas escolas, entretanto, devido ao processo de redemocratização, foi instalada a Comissão de Reformulação do Esporte Brasileiro, liderada por Manuel Tubino²⁰, com objetivo de apresentar, através de um relatório, indicações ou propostas para a organização do esporte no país. Assim, o material continha setenta e nove indicações ou propostas organizadas através de seis grupos temáticos:

1. Reconciliação do esporte com três aspectos de sua natureza;
2. Redefinição de papéis dos diversos segmentos e setores da sociedade e do Estado em relação ao esporte;
3. Mudanças jurídico-desportivo-institucionais;
4. Carência de recursos humanos, físicos e financeiros comprometidos com o desenvolvimento das atividades esportivas;
5. Insuficiência de conhecimentos científicos aplicados ao esporte;
6. Imprescindibilidade da modernização de meios e práticas no esporte (BUENO, 2008, p. 170-171).

Linhares (1996) afirma que, mesmo sendo os integrantes pessoas do meio esportivo, elas não representavam de forma plural os interesses do setor e críticas ao continuísmo foram lançadas sobre o relatório elaborado pela comissão. Castellani Filho (1985, p. 8) descreve que a comissão era de “alto nível” e de forma forjada, acabavam “sendo obedientes às diretrizes já traçadas nos bastidores”. Para Veronez (2005, p. 263), os trabalhos representaram o “estabelecimento de um consenso entre antigos e novos interesses conservadores”.

De acordo com Bueno (2008), Manuel Tubino denominou de “ações renovadoras” tudo que a comissão realizou na Nova República e que estas foram direcionadas por metas de:

- a) consolidar o novo conceito de esporte (escolar, participativo, rendimento); b) constitucionalizar o esporte na Carta de 1988 de forma a redefinir o papel do Estado e da sociedade; c) desburocratizar e descentralizar as ações do CND; d) criar condições financeiras para os projetos de desenvolvimento científico e tecnológico e

²⁰ Professor Doutor Manoel Tubino exerceu liderança de várias instituições nacionais e internacionais no campo desportivo. No Ministério da Educação foi presidente do Conselho Nacional de Desporto (CND) (1985-1990), secretário de Educação Física e Desportos (1989-1990); nos Ministérios de Esporte e Turismo presidiu o Instituto Nacional de Desenvolvimento do Esporte (INDESP) de janeiro a outubro de 1999. Contribuiu com o delineamento de políticas públicas em Educação Física e Esporte no Brasil (TANI, 2009).

de capacitação de recursos humanos; e) rever práticas equivocadas no esporte-educação. (TUBINO,1996, p. 69).

Assim, foi estabelecido na Constituição Federal (1988), no caput do art. 217²¹, o direito à prática esportiva na dimensão social, sendo dever do Estado promover práticas esportivas formais e não formais como direito de cada um, destinando recursos públicos para promover prioritariamente o desporto educacional e em casos específicos o desporto de alto rendimento, conforme o inciso II. Quanto às entidades que outrora eram dominadas pelo Estado, passam a ter autonomia e o esporte educacional ocupa o primeiro plano, recebendo recurso do Estado (NASCIMENTO, 2016).

Com a definição a orientação neoliberal no Brasil, esta noção do esporte como direito diminui de importância, uma vez que o aspecto liberal do setor esportivo conquistava forças, na busca de defender o esporte sem burocracia e sem vinculação com o Estado. Do ponto de vista econômico e administrativo, empresas privadas atuaram com recursos econômicos e financeiros para a popularização de modalidades esportivas; “[...] um grande destaque foi o voleibol, associado às empresas: Supergasbrás, a Pirelli, o Bradesco, a Atlântica Boavista” (LINHALES, 1996, p.165).

Ainda neste período, surge a Lei n.º 8.672/93, denominada de Lei Zico, que instituiu normas gerais sobre desportos e o setor esportivo em geral. Destacamos na Lei Zico as três formas pelas quais o esporte pode se manifestar, além de considerá-lo como uma atividade física e intelectual, reconhecidas no artigo 3º desta legislação: 1. Desporto educacional; 2. Desporto de participação e 3. Desporto de rendimento (BRASIL, 1993).

3.5 SOBRE O ESPORTE NO GOVERNO DE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO (1995/2002)

O governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), em seu primeiro mandato, efetuou algumas iniciativas governamentais a favor do esporte. Neste momento histórico,

²¹ Conforme o Art. 217, “É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não formais, como direito de cada um, observados: I. A autonomia das entidades desportivas dirigentes e associações, quanto a sua organização e funcionamento; II. A destinação de recursos públicos para a promoção prioritária do desporto educacional e, em casos específicos, para a do desporto de alto rendimento; III. O tratamento diferenciado para o desporto profissional e o não profissional; IV. A proteção e o incentivo às manifestações desportivas de criação nacional. 1º O Poder Judiciário só admitirá ações relativas à disciplina e às competições desportivas após esgotarem-se as instâncias da justiça desportiva, regulada em lei. 2º A justiça desportiva terá o prazo máximo de sessenta dias, contados da instauração do processo, para proferir decisão final. 3º O poder público incentivará o lazer, como forma de promoção social” (BRASIL, 1988, p. 36).

identificamos aprofundamento, modernização e profissionalização do esporte no país, motivados pela expectativa do desempenho do Brasil nas Olimpíadas de 1996, em Atlanta. Conforme Bueno (2008), entre as medidas para a reestruturação do cenário esportivo, podem ser destacadas: criação do Instituto Nacional de Desenvolvimento do Desporto (INDESP)²², em 1995; criação do cargo de Ministro Extraordinário de Esportes, também em 1995, do qual Edson Arantes do Nascimento (Pelé) tornou-se o responsável; aprovação da “Lei Pelé²³” que, entre outros, extinguiu o passe do jogador profissional de futebol e tornou as associações esportivas livres da tutela do Estado brasileiro; criação do Ministério do Esporte e Turismo (MET), em 1998; realização das CPIs da Câmara e Senado, que investigaram o futebol brasileiro e a Confederação Brasileira de Futebol (CBF), em 2001.

A responsabilização da Educação Física pelo fracasso da participação brasileira nas Olimpíadas de Sydney, em 2000, influenciou, de algum modo, os desdobramentos de políticas esportivas no período, por meio de ações que visavam o enfretamento de problemáticas que enfraqueciam o esporte nacional:

Instalação de uma Câmara Setorial de Esporte através de um fórum para debates com objetivo de elaborar a Política Nacional do Esporte. Esta por sua vez constituiu-se de quatro grupos temáticos: a) esporte de base; b) desenvolvimento do esporte; c) esporte de rendimento; e d) esporte para portadores de deficiência (ASSIS DE OLIVEIRA, 2009, p. 9).

A alteração da lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 1996, mais precisamente do seu art. 26, por meio da promulgação da Lei nº 10.328, de 12 de dezembro de 2001, que inclui a palavra “obrigatório” à frente da expressão “curricular” (BRACHT, ALMEIDA, 2013, p. 132).

[...] o governo criou, no dia 21 de junho de 2001, o Programa Esporte na Escola, cujo objetivo era “[...] desenvolver a Educação Física nas escolas brasileiras e beneficiar 36 milhões de crianças em todo o País” (ESPORTE..., 2002, p. 1).

²² O instituto era vinculado ao Ministério do Esporte e do Turismo que por sua vez valorizou os assuntos esportivos para o nível ministerial consolidando assim o esporte como questão nacional. Segundo Athayde (2014) o INDESP foi fechado em 1999 por apresentar indícios de improbidade administrativa, culminando assim seu fechamento em 2000.

²³ A Lei Pelé (Lei nº 9.615/1998) revogou a Lei Zico por completo, porém, não se difere da legislação anterior no que diz respeito a garantia do esporte como direito. Um outro ponto é a manutenção das fontes de recurso que permaneceu no Art 56. Sendo oposição da “bancada da bola” no Congresso nacional, privilegiou sua atenção para o futebol em que a sua iniciativa possibilitava a regulamentação entre clubes e atletas do ponto de vista econômico e financeiro da gestão esportiva. Anos depois, sofreu modificações entre as quais a lei Agnelo-Piva (Lei nº 10.264/2001) acrescentou incisos e parágrafos ao Art. 56, que permite a transferência de 2% da arrecadação bruta das loterias federais do Brasil para os comitês Olímpico e Paralímpico. Identificamos tanto na Lei Zico quanto na Lei Pelé uma nova organização do esporte nacional, intencionadas na retirada do Estado em posse do esporte brasileiro, diminuição da sua tutela, suas proposições sempre apontavam para um Estado menos interventor, mas que permanecesse financiando e regulamentando o esporte de alto rendimento do país. Lembrando que o futebol era o protagonista foco destas leis (PIMENTEL, 2007).

Segundo Assis de Oliveira (2009), a instituição da Câmara Setorial, a afirmação da obrigatoriedade da Educação Física na LDB e a criação de programas de esporte educacional indicavam a “[...] revalorização das práticas esportivas nas escolas, seja por meio da disciplina curricular Educação Física, seja por meio de programas específicos, ou ainda com a retomada das competições estudantis” (ASSIS DE OLIVEIRA, 2009, p. 9).

Para Bracht e Almeida (2013), o Programa Esporte na Escola (PEE), política social do Governo FHC criado em 2001 que propagava a união do esporte com a educação, era anunciada como a principal iniciativa da história do esporte no Brasil, tendo a função de descoberta de talentos esportivos como uma das prioridades, alcançando 36 milhões de estudantes em todo país e prevendo infraestrutura esportiva para as escolas no sentido de possibilitar o acesso ao esporte (BRACHT, ALMEIDA, 2013). Entretanto, problemas de gestão e o contingenciamento de recursos fizeram com que o PEE tivesse pouca efetividade (VERONEZ, 2003).

3.6 A AGENDA DA POLÍTICA ESPORTIVA BRASILEIRA (2003/2013)

Em 2003, FHC ao passar o “bastão” a Lula o entregou, de contrabando – mais do que um campo esportivo conservador e reacionário – um setor ressentido, desintegrado, comprovadamente corrupto e patrimonialista, bem como sem credibilidade diante da opinião pública brasileira. Cabia, então, ao novo presidente reintegrá-lo, reorganizá-lo, colocá-lo nos trilhos... Muito embora, ao fim e ao cabo, a expectativa era exponencialmente maior (REIS, 2015, p. 36).

No ano de 2003²⁴ se inicia um governo que foi para muitos setores, especialmente aqueles que simpatizavam com a luta dos trabalhadores, uma expectativa e esperança da transformação social do país. Caracterizou-se como um período de interesses da classe trabalhadora pela democratização do acesso ao esporte e a definição da direção da política em contraposição aos interesses do capital na permanência da dominação, expansão de mercados, principalmente o mercado esportivo (FIGUEIREDO, 2013).

O período é composto de diversas ações do governo para o setor esportivo, justificadas como tentativa de corrigir os problemas da política de Educação Física e esporte, perspectiva de onde emana nosso objeto de estudo.

²⁴ “O resultado eleitoral de 2002 expressou, sem nenhuma dúvida, a rejeição da grande maioria da população às políticas econômico-sociais implementadas pelos dois Governos FHC. Portanto, a vitória das forças políticas comandadas pelo Partido dos Trabalhadores (PT) também expressou, como contrapartida, uma grande vontade de mudança por parte dos brasileiros, descontentes com os rumos do país e, principalmente, com as duras consequências sociais decorrentes dessas políticas” (FILGUEIRAS; PINTO, 2004, p. 9).

Algumas modificações institucionais marcaram o primeiro ano de mandato do Governo de Luís Inácio Lula da Silva.

O esporte passou a ter um ministério exclusivo para tratar sobre assuntos desta temática, o Ministério dos Esportes. Segundo Bueno (2008, p. 244), isso consolidou uma “[...] nova e significativa mudança na relação institucional com o esporte”. O ministério foi criado com objetivo de promover o esporte como direito social e alvo de política social, sendo este o órgão máximo do esporte, dividido em três secretarias²⁵ (Secretaria Nacional de Esporte Educacional; Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e de Lazer²⁶; Secretaria Nacional de Alto Rendimento).

Além da criação da pasta ministerial para a política esportiva, foram organizadas e realizadas três conferências nacionais de esporte para a construção de uma Política Nacional de Esporte, as quais objetivavam o fortalecimento democrático participativo como também o exercício de controle social, acontecimentos incomuns nos governos anteriores em relação à política esportiva brasileira (REIS, 2015).

A realização das Conferências Nacionais de Esporte²⁷ foram um episódio inédito para o setor, visto que seus documentos finais marcam o desfecho das políticas esportivas nacionais da última década. Em destaque, a III Conferência se constrói na projeção do Brasil no cenário Mundial a partir do esporte. Dentre elas destacamos a 3ª Conferência Nacional de Esporte, uma vez que apontou os megaeventos esportivos como prioridade, direcionando o Plano Decenal de Esporte e Lazer (PDEL) e investimentos no alto rendimento para conferir visibilidade ao país no cenário internacional (REIS, 2015).

Com a III Conferência Nacional do Esporte, o setor esportivo do país adota uma nova postura, visto que a realização de megaeventos se destaca nas Resoluções, deixando as demais temáticas de lado (as quais se direcionavam para a democratização do esporte). Este

²⁵ A configuração atual se organiza da seguinte forma: Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento (SNEAR); Secretaria Nacional de Esporte, Lazer e Inclusão Social (SNELIS); Secretaria Nacional de Futebol e Defesa dos Direitos do Torcedor.

²⁶ Em maio de 2003 o Ministro do Esporte Agnelo Queiroz apresentou os novos secretários destas secretarias, incluindo o professor Lino Castellani Filho, que foi eleito secretário Nacional de Desenvolvimento do Esporte e Lazer. Em seu discurso o então ministro apenas pontuou que o objetivo principal do ministério para os próximos anos seria garantir o acesso da população brasileira ao fenômeno social que é o esporte. Disponível em: <http://www.esporte.gov.br/index.php/noticias/24-lista-noticias/43723-agnelo-queiroz-apresenta-os-novos-secretarios-do-ministerio>. Acesso em 25 out de 2017.

²⁷ A I Conferência Nacional do Esporte (CNE), em 2004 (Esporte, Lazer e Desenvolvimento Humano), teve como resultado a construção da Política Nacional de Esporte com foco no desenvolvimento humano. Em 2006, a II Conferência Nacional do Esporte e Lazer (Construindo o Sistema Nacional de Esporte e Lazer) representou avanço e revelou a importância de uma nova estrutura para o Sistema Nacional de Esporte e Lazer. E em 2010, a III Conferência Nacional do Esporte (Plano Decenal de Esporte e Lazer” – 10 pontos em 10 anos para projetar o Brasil entre os 10 mais) propôs promover o país no cenário mundial através de metas e estratégias em 10 anos para tornar o Brasil uma potência esportiva (PORTAL ELETRÔNICO CONFERÊNCIA NACIONAL, 2017).

novo redirecionamento foi motivado a partir da escolha do Brasil para sediar a Copa do Mundo FIFA de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016 (MASCARENHAS, 2012).

Com este movimento, a agenda dos megaeventos teve um impulso considerável e o governo procurou, num primeiro momento, gerar novas estruturas normativo-organizacionais para o setor esportivo, o que acarretou na consolidação de recursos públicos para o esporte, incluindo o educacional, focando nos investimentos e ações para o alto rendimento. (MATIAS, 2013).

Os megaeventos atravessaram os governos de Lula da Silva e Dilma Rousseff, de modo que o setor esportivo foi caracterizado por grandes investimentos e prioridades na concretização dos Jogos Pan-Americanos (2007), Jogos Militares Mundiais (2012), Copa das Confederações (2013), Copa do Mundo de Futebol (2014), Olimpíadas (2016) e Paralimpíadas (2016) e, provavelmente, os Jogos Universitários Mundiais em 2018 (MASCARENHAS, 2012).

Segundo Taffarel et al (2013), estes eventos foram trazidos ao país mediante a implicações das forças econômicas e políticas que apontaram para a expansão de mercados e aquecimento da economia, pois quando um país assume e realiza qualquer megaevento, é necessária a utilização de recursos econômicos, espaços públicos, transporte e segurança pública, arquitetura urbana, educação pública, dentre outros; ou seja, não basta apenas a desenvoltura esportiva do país, mas também é necessário seu desenvolvimento econômico.

Os megaeventos esportivos passaram a ser prioridade nas políticas públicas esportivas do país, objetivando a promoção do esporte de alto rendimento para garantir que o Brasil não só se classificasse como potência esportiva no panorama mundial, mas também obtivesse destaque no setor político e econômico (FLAUSINO, 2013).

Sob a influência dos megaeventos esportivos incluídos na agenda governamental a partir do Plano Decenal de Esporte e Lazer (PDEL), a Educação Física e a escola passaram a ser alvos da massificação esportiva, seguindo a construção histórica das políticas esportivas educacionais do nosso país.

No período aqui tratado, as políticas de educação, Educação Física e esporte foram criadas mediante contradições, rupturas e permanências das ações do governo, tanto na elaboração como na correção das deformidades encontradas nas políticas voltadas à educação e ao esporte. Dentre as medidas governamentais inspiradas na realização dos megaeventos esportivos estão aquelas voltadas para o que Reis (2015) denominou de projetos de esporte educacional, criados a partir de 2003, conforme ilustra o Quadro 2 – Programas de esporte educacional (2003 a 2013):

Quadro 2 – Programas de Esporte Educacional no Brasil (2003 a 2013)

PROGRAMAS	OBJETIVO	RESPONSABILIDADE
Programa Segundo Tempo e Programa Segundo Tempo - Modalidades	Democratizar o acesso à prática e à cultura do esporte educacional e do esporte escolar, promovendo o desenvolvimento integral de crianças, adolescentes e jovens como fator de formação da cidadania e melhoria da qualidade de vida, podendo contribuir para ampliar as potencialidades para a prática do esporte de rendimento e de lazer, prioritariamente daqueles que se encontram em áreas de vulnerabilidade social e regularmente matriculadas na rede pública de ensino.	Ministério do Esporte, Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social, Secretaria Nacional de Esporte Educacional do Ministério do Esporte (SNEED/ME).
Programa Forças no Esporte	Promover atividades esportivas com fins de inclusão social a crianças e jovens em situação de risco e vulnerabilidade social	Ministérios da Defesa e do Esporte, com o apoio do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
Ação Descoberta do Talento Esportivo e o Projeto Esporte Brasil (PROESP-BR)	Identificar adolescentes e jovens no período escolar que demonstrassem desempenho motor mais elevado que a média da população	Rede CENESP (Centros de Excelência Esportiva) ligado ao Departamento de Excelência Esportiva e Promoção de Eventos, da Secretaria Nacional de Esporte de Rendimento do Ministério do Esporte.
Programa Esporte da Escola	Incentivar e universalizar a prática esportiva nas escolas, através da inserção do Segundo Tempo no Macrocampo Esporte e Lazer	Parceria do Ministério do Esporte (ME) e do Ministério da Educação (MEC)
Programa Atleta na Escola	a) incentivar a prática esportiva nas escolas; b) democratizar o acesso ao esporte; c) desenvolver e difundir valores olímpicos e paralímpicos entre estudantes da Educação Básica; d) estimular a formação do atleta escolar; e e) identificar e orientar jovens talentos.	Ministério do Esporte – vinculado à Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento (SNEAR)
Olimpíadas Escolares	Promover a prática esportiva entre jovens brasileiros através de disputas estudantis, possibilitando a revelação de atletas que podem atingir índices olímpicos e demais competições de alto rendimento.	Comitê Olímpico Brasileiro (COB), Ministério do Esporte e empresas privadas

Fonte: Portal eletrônico do Ministério do Esporte (2014).

De acordo com Figuerôa et al (2013), os programas acima podem ser divididos em:

- Esporte educacional e de participação: Mais Educação, Segundo Tempo, Esporte e Lazer da Cidade, Forças no Esporte;
- Participação/Educacional para o rendimento: Atleta na Escola e Olimpíadas Escolares.

Desse conjunto, consideramos que o PAE se diferencia dos demais programas porque se alinha mais claramente ao contexto dos megaeventos esportivos, assumindo um caráter emergencial para a identificação de potencialidades para os jogos olímpicos.

3.7 CONTINUIDADES E RUPTURAS EM RELAÇÃO AO PAE: DO ESTADO NOVO AOS GOVERNOS LULA DA SILVA E DILMA ROUSSEFF

Embora o Programa Atleta na Escola seja uma das expressões da estreita relação entre Estado e esporte, podemos afirmar que o programa em análise não se aproxima do projeto político-ideológico do Estado Novo, pois o PAE surgiu a partir da perspectiva de evidenciar o Brasil no cenário mundial e não de garantir a segurança nacional – como se queria com a ênfase eugênica da raça brasileira ou da mão de obra fisicamente adestrada e capacitada. Ao contrário, o programa objetivou a “[...] disseminação da prática esportiva para desenvolver valores olímpicos e paraolímpicos entre os jovens e os adolescentes, numa perspectiva integral para o desempenho escolar e esportivo dos alunos” (BRASIL, 2013a, p. 1).

Veronez (2005) indica que, com a instauração de um período democrático após a vigência do Estado Novo, um novo momento histórico foi desenhado, fortemente marcado pela concessão de recursos públicos para entidades desportivas, sendo esse aspecto uma motivação para legitimar a melhoria da performance brasileira no esporte de alto rendimento.

Diferentemente do período populista (1943/1964), quando o esporte de alto rendimento ganhava força na política nacional de esporte de forma genérica, sem objetivos práticos claramente definidos (VERONEZ, 2005), o PAE foi criado a partir do direcionamento de tal política para o cumprimento de uma agenda bastante explícita: a realização de megaeventos esportivos como motivadores para elevar o país no cenário mundial. Neste aspecto, é possível identificar o PAE como parte de uma política esportiva voltada para o alto rendimento, tendo como especificidade sua articulação com o sistema escolar. O PAE propunha, originalmente, a formação de “atletas escolares” por meio do desenvolvimento de duas grandes ações: a realização de competições em várias etapas, chamadas de jogos escolares, e a criação de centros de iniciação esportiva para o acolhimento dos talentos identificados nos jogos escolares (BRASIL, 2013b).

A forma como as grandes ações previstas para a realização do PAE ocorreram o associam com características da política nacional de esporte que ganhara força no país no período ditatorial. Décadas após a criação dos jogos estudantis, o PAE também foi inspirado na ideia de massificação do esporte para a identificação de potenciais atletas de alto rendimento – caráter do modelo piramidal esportivo – e incorporou etapas de jogos escolares para a sua realização. Estes aspectos referentes à Política Esportiva Nacional nos anos dos governos Lula da Silva e Dilma Rousseff são os que mais indicam continuidades com o

período da ditadura militar. Por exemplo, de forma semelhante à organização do esporte nacional previsto na Lei nº. 6.251/1975, inspirada no Modelo Esportivo Piramidal, uma das ações do PAE previu a realização de competições (jogos escolares) para selecionar atletas por meio da prática esportiva, sendo a escola definida como palco para a primeira etapa, denominada de “Etapa escolar”.

Por outro lado, o momento histórico da ditadura não se relacionou com a perspectiva dos megaeventos esportivos, visto que não apareceram como motivadores para evidenciar o país neste tipo de competições internacionais, como ocorreu no período de criação do PAE.

A aprovação da Constituição Federal, em 1988, que no artigo 217 definiu o esporte como um direito social, e a aprovação da Lei nº 8.672 /93, conhecida como Lei Zico, que orientou a relação do Estado com a esfera esportiva, representaram, naquele dado momento, tentativas de modernização do setor esportivo. Entretanto, estas estavam inseridas em um contexto que combinou a antiga estrutura herdada dos anos da ditadura, baseada na manutenção do esporte de alto rendimento, com o fortalecimento do setor privado no âmbito esportivo, de modo que a ideia do esporte como direito adquiriu um caráter apenas formal (VERONEZ, 2005; BUENO, 2008; REIS, 2015).

Após a “década perdida”, iniciou-se o aprofundamento, modernização e profissionalização do esporte no Brasil e neste momento cria-se o Programa Esporte na Escola (PEE), com o qual o PAE apresentou semelhanças com, pois a base é o desenvolvimento do alto rendimento na escola, motivadas por megaeventos esportivos antes e após seus resultados. Ambos os programas foram justificados pela identificação de talentos e a criação de centros para a prática desportiva, apontando claramente o horizonte da massificação esportiva de estudantes de todo o país, utilizando o discurso de garantir o acesso ao esporte.

Segundo Reis (2015, p. 120), a política esportiva dos governos FHC teve seus desdobramentos “[...] a partir da priorização de ações que não exigiam a continuidade da ação governamental, contribuindo [assim] para a desresponsabilização do Estado no que se refere à garantia do acesso ao esporte como direito”. Este governo foi marcado pela saída de cena do Estado como agente da política de esporte, ocupando espaço apenas de financiador, sob a justificativa de interesses econômico-financeiros, principal aspecto “articulador e hegemônico” da política econômica (REIS, 2015).

Assim, durante o governo de FHC, as relações entre a elite esportiva e as entidades federais de administração do esporte não foram afetadas por conta da carência de recursos devido aos compromissos adquiridos com o grande capital; em resumo, a característica conservadora e reacionária do campo esportivo se manteve (ATHAYDE, 2014). Cabe

acrescentar que a era FHC foi marcada por demandas dos setores esportivos e o período foi encerrado a partir de dois itens importantes da agenda esportiva: a “consolidação dos megaeventos esportivos e a ampliação dos programas esportivos sociais” (ESPIRITO SANTO, 2016, p. 21), aspectos que fizeram parte dos governos seguintes.

Diante dos antecedentes históricos, constatamos que o período da ditadura militar foi o responsável pelo surgimento e desenvolvimento do Modelo Piramidal Esportivo no Brasil, cujo principal reflexo na política esportiva até hoje é a qualificação para o esporte de rendimento. Desde então, a escola e as aulas de Educação Física tornaram-se palco para tal façanha. É condicionado o desenvolvimento apenas de habilidades motoras para o sucesso e capacidade de alcance da performance do alto rendimento em modalidades específicas, tudo isso baseado na seleção de talentos pautados em critérios como idade, sexo e biótipo físico. Nesse aspecto, o PAE apresenta, em sua constituição, continuidades com o Modelo Piramidal Esportivo instaurado desde o regime militar.

Quanto às rupturas com o momento histórico anterior ao seu surgimento, constatamos que o PAE está articulado de forma clara com a perspectiva de realização de megaeventos esportivos e que a escola, mais do que em períodos anteriores, é chamada a contribuir com a identificação de potenciais atletas, aprofundando a subordinação da prática da Educação Física ao esporte de alto rendimento.

O próximo capítulo desta dissertação apresentará o que é o programa a partir do seu marco teórico-conceitual e desenho técnico-operacional, considerando documentos oficiais do governo brasileiro, materiais disponibilizados pela Secretaria Municipal de Educação e Esporte de Arapiraca e estudos sobre o programa. Depoimentos dos sujeitos entrevistados também irão colaborar para a compreensão de como o PAE ocorreu em Arapiraca nos anos de 2013 e 2014.

4 O PROGRAMA DE FORMAÇÃO ESPORTIVA ATLETA NA ESCOLA

[...] em raras ocasiões a escola e o esporte comungam sentimentos: o esporte percebendo a escola como espaço de formação humana e não lugar de detecção de talentos esportivos; a escola, reconhecendo a existência de conhecimento no esporte além daquele situado no campo do saber fazer esportivo, estendendo-se aos significados que ele possui no âmbito de nossa cultura e à sua importância na construção de nossa existência (CASTELLANI FILHO, 2010, p.26-27).

Programas como o PAE nos fazem refletir sobre as intenções do Estado brasileiro quanto à inserção das práticas esportivas no ambiente escolar, visto que o programa visa robustecer o esporte de rendimento num espaço que não é de seleção de talentos esportivos, nem tampouco de elevação do esporte nacional no cenário internacional. Para compreender a dinâmica e o funcionamento do PAE, consideraremos os documentos oficiais divulgados em formato digital na página do portal eletrônico do programa²⁸, documentos oficiais do município de Arapiraca e também a ótica da literatura²⁹ consultada. Este capítulo apresentará o marco teórico- conceitual considerando o ponto de partida relacionado aos megaeventos (a relação entre o PAE, Plano Decenal e Plano Brasil Medalhas), os documentos oficiais que dão sustentação e que orientam a adesão, implementação e realização do programa. Além disso, o desenho técnico-operacional apresentará a estrutura do programa considerando público alvo, ações, modalidades, financiamento e formação técnica para os professores de Educação Física. Posteriormente, o programa será apresentado considerando a implementação e execução no município de Arapiraca.

4.1 O PONTO DE PARTIDA: MARCO TEÓRICO-CONCEITUAL

A escola tem sido alvo da massificação esportiva devido à organização da Política Nacional de Esporte, que nos últimos governos influenciou a criação de programas³⁰ voltados ao esporte educacional e de lazer em nosso país através da influência dos megaeventos esportivos incluídos na agenda governamental a partir dos anos 2000 (FLAUSINO, 2013; MASCARENHAS, 2012), conforme indicamos no capítulo anterior. Entre tais programas

²⁸ Disponível em: <http://atletanaescola.mec.gov.br/programa.html>. Acesso em 24 out 2017.

²⁹ Dentre outros autores, Reis et al (2015), Reis (2015) e Nascimento et al (2015) são referências importantes para esta parte da dissertação, visto que representam as primeiras produções que analisam os três grandes “eixos de ação” do Programa de Formação Esportiva Atleta na Escola a partir do seu marco teórico-conceitual e desenho técnico-operacional.

³⁰ Programa Mais Educação, Programa Segundo Tempo e Programa Segundo Tempo – Modalidades, Esporte e Lazer na Cidade (PELC), Programa Forças no Esporte, Ação Descoberta do Talento Esportivo e o Projeto Esporte Brasil (PROESP-BR), Programa Esporte da Escola, Programa Atleta na Escola, Jogos Escolares

estava o PAE, lançado em maio de 2013, sob a responsabilidade do Ministério da Educação, em parceria com o Ministério do Esporte, representado pela Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento (SNEAR), e do Ministério da Defesa. O objetivo do PAE é assim anunciado:

Difundir a prática desportiva entre os estudantes brasileiros; desenvolver valores olímpicos e paraolímpicos entre os jovens e adolescentes; favorecer a identificação de jovens talentos numa perspectiva de formação educativa integral que concorra para a elevação do desempenho escolar e esportivo dos alunos (BRASIL, 2013).

Cada Ministério teve atribuições específicas na organização do programa. O MEC foi o principal ministério para a etapa base, a escolar, mediante a articulação da Secretaria de Educação Básica com todas as escolas do Brasil; além disso, realizou repasse dos recursos através do PDDE via FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação). O Ministério do Esporte se responsabilizou em articular toda a estrutura do programa no que diz respeito às modalidades e competições e contou com a parceria das Confederações Esportivas contempladas pelo programa. E o Ministério da Defesa³¹ teve a atribuição de apoiar a etapa estadual, como também possibilitar espaços físicos para as competições, locais de treinamento, equipamentos e profissionais para a preparação esportiva dos estudantes identificados como talentos; quando estes completassem 18 anos, seriam encaminhados para a carreira militar e incluídos no programa das Forças Armadas denominado de “Programa Atletas de Alto Rendimento” (NASCIMENTO, 2016).

Além destas parcerias, o Governo Federal contou com o apoio dos Estados, Distrito Federal, Municípios, Escolas públicas (privadas e federais), Comitê Olímpico e Paralímpico Brasileiro e as Confederações Brasileiras de Atletismo, Judô e Voleibol, conforme demonstrado no portal³² do programa.

O PAE é um programa que possui relação direta com o Plano Decenal e Plano Brasil Medalhas³³ e, como dissemos, foi criado a partir do cenário esportivo motivado por

³¹ Segundo Nascimento (2016, p. 139), o MD participou apenas da “[...] fase inicial, ainda de concepção do programa. Ao longo do tempo, teve sua contribuição diminuída e até extinta. Como participaria da etapa pós vida escolar dos talentos identificados, o MD atuaria após a consolidação das outras fases do programa, ficou à espera de que estas viessem a se efetivar. Como o programa não chegou a implantar a segunda fase, em 2015 ficou em suspenso, o MD efetivamente não fez parte da execução do ‘Programa Atleta na Escola’”.

³² O portal do Programa de Formação Esportiva na Escola - Atleta na Escola, disponível na internet, constitui ferramenta que apresenta o programa e viabiliza a adesão por parte das escolas e secretarias de educação interessadas. Endereço eletrônico: <http://atletanaescola.mec.gov.br/programa.html>

³³ A expectativa oficial era que, ao fim dos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro, o Brasil estivesse classificado, pela primeira vez na história, entre os 10 melhores da competição. Para os Jogos Paralímpicos de 2016, o objetivo era que o país encerrasse a participação entre os cinco primeiros. O Brasil não conseguiu nas Olimpíadas atingir esta meta, ficou no quadro de medalhas na 13ª posição com 7 medalhas de ouro, 6 medalhas

megaeventos esportivos realizados no Brasil, a Copa do Mundo em 2014 e as Olimpíadas e Paralimpíadas em 2016.

O programa em análise fundamenta-se nos seguintes documentos:

1. *Constituição Federal de 1988*, que entende como dever do Estado “incentivar a prática de esportes e assegurar a destinação de recursos visando o desenvolvimento dessas atividades e a captação de novos talentos, sendo inclusive, o esporte, considerado como forma de promoção social” (BRASIL, p. 1, 2014);
2. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) Lei n° 9.694 de 1.996*, que indica a obrigatoriedade da inclusão da *Educação Física* como componente curricular da educação básica integrado à proposta pedagógica da escola (Art. 26 § 3º) e apresenta a promoção do desporto educacional e o apoio a práticas desportivas não formais como diretrizes da educação básica (Art. 27)³⁴;
3. *Lei n° 11.947 de 2009*, que regulamenta o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) no âmbito da Educação Básica, sendo responsável, segundo o Art. 22, por prestar assistência financeira às escolas públicas do país de maneira suplementar. Já o Art. 23 determina onde os recursos financeiros deverão ser gastos.
4. *Art. 3º, do Decreto n° 7.984/2013, que regulamenta a Lei n° 9.615/1998*, sobre o esporte escolar³⁵, desenvolvimento esportivo, e a realização de competições, eventos, programas de treinamento complementação educacional, integração cívica e cidadã [...] (BRASIL, 2013)

Dentre os documentos que orientam a adesão, implementação e realização do programa em análise, destacamos:

de prata e 6 medalhas de bronze, num total de 19 medalhas. Nos Jogos Paralímpicos, o país ocupou a 8ª posição no quadro de medalhas totalizando 72, 14 medalhas de ouro, 29 medalhas de prata e 29 medalhas de bronze..

³⁴ Respectivamente, Art. 26 §3º e Art. 27 inciso IV da LDB (1996). A obrigatoriedade da Educação Física como componente curricular da educação básica foi definida pela Lei n.º 10.328, de 12 de dezembro de 2001 e a redação final que prevaleceu na LDB foi aquela definida pela Lei n.º 10.793 de 2003.

³⁵ “[...] esporte escolar, praticado pelos estudantes com talento esportivo no ambiente escolar, visando à formação cidadã, referenciado nos princípios do desenvolvimento esportivo e do desenvolvimento do espírito esportivo, podendo contribuir para ampliar as potencialidades para a prática do esporte de rendimento e promoção da saúde” (BRASIL, 2013).

Quadro 3 - Documentos oficiais do Programa Atleta na Escola

1	Resolução/CD /FNDE nº 11, de 7 de maio de 2013 ³⁶	Dispõe sobre a destinação de recursos financeiros, nos moldes operacionais e regulamentares do PDDE, as escolas públicas municipais, estaduais e distritais, que tenham estudantes de 12 a 17 anos matriculados no ensino fundamental e/ou médio, afim de favorecer a disseminação da prática esportiva e o desenvolvimento de valores olímpicos e paraolímpicos entre os jovens e adolescentes, numa perspectiva de formação educativa integral que concorra para a elevação do desempenho escolar e esportivo dos alunos, no âmbito do Programa de Formação Esportiva Escolar.
2	Itens financiáveis para custeio em 2013 e 2014 ³⁷	Lista de itens que poderiam ser comprados com o valor destinado às escolas para a etapa escolar, materiais ³⁸ de consumo para as modalidades de Atletismo, Judô e Voleibol
3	Programa Atleta na Escola – Manual de Orientações ³⁹	Síntese das ações que a escola, juntamente com o professor de Educação Física, deve nortear-se para que o programa aconteça de forma efetiva nas escolas do país. Este documento traz esclarecimentos sobre os objetivos do programa. Os recursos são destinados às escolas públicas e municipais e distritais que tenham a partir de 10 (dez) alunos matriculados na faixa etária de 12 a 17 anos no ensino fundamental e médio.
4	Liberação de recursos financiáveis ⁴⁰	- O financiamento do (PAE) é efetivado pelo PDDE (Programa Dinheiro Direto na Escola) e PAR (Planos de Ações Articuladas), e para cada um destes há um modelo/valor de financiamento pelo MEC. Os recursos são repassados para municípios e estados pelo financiamento via PDDE. Para a adesão ao programa, os municípios e os estados federativos devem aderir, assim como as unidades educativas, isso, após o preenchimento de um diagnóstico que faz parte da documentação necessária para adesão ao programa. O diagnóstico é preenchido diretamente no site do PDDE Interativo.
5	Cartilha para fase escolar –	Composto de orientações para as competições de atletismo na fase escolar desde a preparação e a realização das provas de velocidade,

³⁶Disponível em: < http://atletanaescola.mec.gov.br/anexos/resolucao_fnde.pdf> .Acesso em: 18 de out 2016.

³⁷ Disponível em: < <http://atletanaescola.mec.gov.br/anexos/ItensFinanciaveisCusteio2014.pdf>> .Acesso em: 18 de out 2016.

³⁸ Apito, bate-bate, cornetas, Trena (no mínimo 10m), Cones, Cal virgem, Gesso / Giz , Areia / Serragem, Bandeirolas (branca e vermelha) 8 Rastelo (rodo) 9 Medalhas 10 Cordão ou fita para medalhas, Água, Gelo, KIT de Primeiros Socorros, Impressão de Diploma de participação, Impressão de Modelo de súmula, Cartucho de tinta para impressora, Fita zeburada, Papel, Colete, Numeração para atletismo e voleibol, Transportes, Pagamento de serviço de arbitragem, Bolas de voleibol, Bases móveis (Voleibol), Postes (voleibol), Redes oficiais (voleibol), Antenas (voleibol), Faixas laterais (voleibol), Fitas adesivas para marcação de áreas esportivas, Outros materiais de custeio necessários para a realização da competição.

³⁹Disponível em: <

<http://www.seduc.mt.gov.br/educadores/Documents/FNDE/ATLETA%20NA%20ESCOLA/MANUAL%20DE%20ORIENTA%C3%87%C3%83O%20ATLETA%20NA%20ESCOLA.pdf>

⁴⁰ http://atletanaescola.mec.gov.br/destaque_liberacao_rec.html> .Acesso em: 18 de out 2016.

	Competições de Atletismo ⁴¹	salto em distância e provas de resistência, orientado por gênero e faixa etária para que os três melhores atletas de cada prova possam prosseguir para a etapa municipal. O documento foi elaborado pelo apoio técnico CBAAt. - Responsáveis Lázaro P. Velasquez e Carlos Alberto Felix
--	---	---

Fonte: Portal do Programa Atleta na Escola (2013).

A Resolução do CD/FNDE nº 11 de maio de 2013 direciona a escola como espaço de garantia do acesso ao esporte, sendo protagonista para o sistema esportivo brasileiro que tem como um de seus propósitos “desenvolver ações voltadas para a melhoria da qualidade do ensino nas escolas da educação básica e promover por meios das práticas esportivas, físicas e de lazer a promoção da saúde e dos valores olímpicos e paraolímpicos” (BRASIL, 2013, s/p).

A adesão, implementação e realização do Programa Atleta na Escola se fundamentam, basicamente, nos documentos acima citados, os quais apontam estrategicamente traços de uma política pública de esporte com estreita relação com as políticas educacionais. De que forma? Existe uma relação entre os Ministérios da Educação e do Esporte com a finalidade de implantação de uma política esportiva nas escolas do país com a prerrogativa de incentivar e democratizar o esporte neste espaço de formação.

Como já apontamos anteriormente, a criação do programa partiu do panorama olímpico de buscar melhores resultados esportivos para evidenciar o país no cenário internacional, na tentativa de tornar-se potência olímpica. Para tanto, foi retomado o velho jogo da massificação da prática do esporte, utilizando o ambiente escolar para identificação e seleção de talentos por meio de atividades desconexas visando um evento esportivo específico, o que apresenta traços, signos e valores do esporte de alto rendimento (REIS, 2015; REIS *et al*, 2015; NASCIMENTO, 2016).

O programa supõe uma simples participação por meio de competições de caráter eliminatório e classificatório, concebendo que estas são suficientes para estimular e democratizar o esporte nas escolas. Nesse sentido, o PAE supõe que “[...] o fomento à prática esportiva, por si só, seja suficiente para a difusão dos referidos valores” (REIS *et al*, 2015, p.198).

O esporte de alto rendimento compreende todas as atividades esportivas fundamentadas na competição sob regras gerais. Seu propósito fundamental é a busca da superação, do recorde e da vitória. Exige alto grau de dedicação, o que implica a busca do profissionalismo, contando geralmente os atletas com

⁴¹ Disponível em: <http://atletanaescola.mec.gov.br/anexos/cart_etapa_escolar_221013.pdf>. Acesso em: 18 de out 2016.

remuneração direta por contrato com entidades esportivas e/ou formas de patrocínio (BUENO, 2008, p.17)

Assim, a ideia de esporte presente nestes documentos evidencia o esporte reduzido à lógica do esporte de alto rendimento, retomando o modelo da pirâmide esportiva fundamentada na seleção e identificação de talentos, modelo esse operacionalizado na Educação Física e na escola (NASCIMENTO, 2016).

4.2 DESENHO TÉCNICO-OPERACIONAL

O Programa Atleta na Escola buscou atingir grupos que contivessem no mínimo 10 estudantes, com idade entre 12 e 17 anos e que estivessem cursando o ensino fundamental e/ou médio, para disseminarem a prática esportiva nas escolas públicas municipais, estaduais e distritais, objetivando elevar seu desempenho escolar e esportivo através de suas ações (NASCIMENTO, 2016).

As ações do programa buscaram contribuir com a meta do Plano Brasil Medalhas através da promoção esportiva nas escolas brasileiras; de forma concreta, foi balizado por duas grandes ações que permitiam atingir os objetivos previstos:

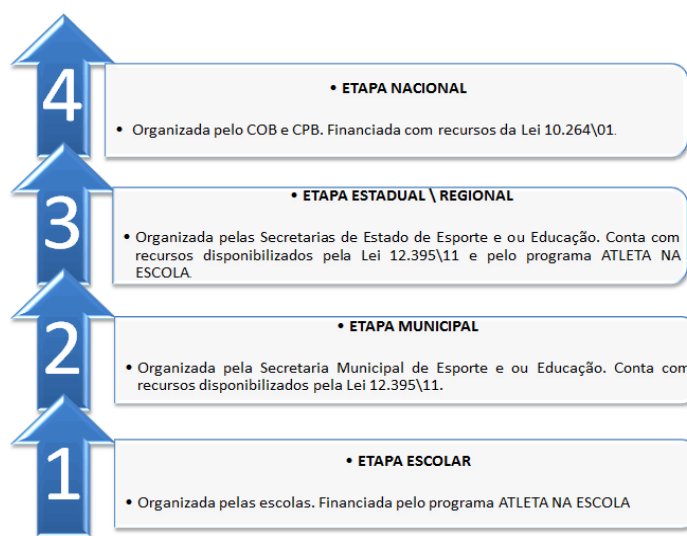
- 1. Jogos Escolares** – esta ação referiu-se às competições compostas de etapas (escolar, municipal, estadual/regional, nacional) para a participação de atletas escolares. “Nesta sequência, cada etapa tem caráter eliminatório e classificatório a cada fase posterior de forma que os ‘melhores’ atletas de cada estado consigam um espaço na competição nacional” (REIS *et al*, 2015, p. 195).
- 2. Centro de Iniciação Esportiva** – espaço para o acolhimento e treinamento específico das modalidades dos talentos esportivos identificados nos jogos escolares. O Centro de Iniciação Esportiva seria, assim, espaço para treinamento dos “alunos – atletas”. Em 2013, havia 285 centros em construção em municípios que aderiram ao programa, com recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)⁴². Outros espaços esportivos, como piscinas, quadras e pistas de atletismo existentes em instituições federais de ensino superior –

⁴² Criado em 2007, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) promoveu a retomada do planejamento e execução de grandes obras de infraestrutura social, urbana, logística e energética do país, contribuindo para o seu desenvolvimento acelerado e sustentável. Um programa sequenciado de obras que gera desenvolvimento e oferece melhor qualidade de vida aos brasileiros (Informações disponíveis em: <<http://www.pac.gov.br/>>).

Universidades e Institutos – também foram mapeados pelo Ministério dos Esportes para treinamento de estudantes (NASCIMENTO, 2016).

O programa foi estruturado em etapas, conforme pode ser demonstrado na *Figura 4: Fluxograma das etapas de competição dos Jogos Escolares* abaixo, a qual apresenta as etapas das competições escolares previstas e apresenta as respectivas fontes de financiamento:

Figura 4 - Fluxograma das etapas de competição dos Jogos Escolares



Fonte: Sítio Oficial do Programa Atleta na Escola (2014).

A estrutura do programa em etapas eliminatórias nos permite fazer pensar e destacar que a lógica destas competições nos diferentes níveis revela o *Modelo Piramidal Esportivo* incutido na constituição do programa, sendo reflexo dos anos de chumbo e trazido à tona mediante a expectativa dos megaeventos esportivos no Brasil.

A **Etapa Escolar** é organizada pelas escolas e financiada pelo Programa. Nesta etapa, a escola pode optar por realizar uma, duas ou três modalidades. As escolas possuem autonomia para a adesão no site do PDDE Interativo para incluir sua escola no sistema; após a adesão, a escola receberia o valor de R\$1.000,00 (mil reais) mais o cálculo de R\$3,00 x o nº de alunos entre 12 e 17 anos de acordo com o censo escolar do ano anterior.

O destino deste recurso era previsto para aquisição de materiais e/ou a contratação de serviços para a realização de reparos e/ou pequenas adequações para a manutenção, conservação e a melhoria das instalações físicas da escola. Estes recursos seriam depositados

em conta bancária específica aberta pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) na mesma agência bancária dos recursos do PDDE.

No final da realização das competições nas escolas, era necessária a inclusão das seguintes informações: resultados, nomes, fotos dos eventos, dentre outras informações, que deveriam ser postadas pela equipe de direção da escola no sistema de gerenciamento do programa, disposta na aba do site do PDDE INTERATIVO⁴³, denominada Atleta na Escola.

Abaixo, a *Figura 5 – Total de escolas por esferas administrativas* nos revela o total de adesões ao programa em 2013 e 2014:

Figura 5 - Total de escolas por esferas administrativas

Totais de escolas por esfera		
Esfera	2013	2014
Privada	66	50
Federal	15	6
Estadual	5.044	12.930
Municipal	17.803	31.603
Total	22.928	44.589

Fonte: SIMEC – Escolas (Portal Atleta na Escola, 2014).

Os dados revelam que a adesão das escolas públicas municipais e estaduais cresceu de 2013 para 2014, porém a das escolas privadas e federais diminuiu. Os dados do programa revelam que em 2013 as Secretarias de Educação dos 26 estados e o Distrito Federal aderiram ao programa. Dos 4.554 municípios do país e de 22,9 mil escolas, o MEC estimou que na fase escolar havia cerca de 2 milhões de estudantes da educação básica participando. Em 2014, o MEC investiu no programa cerca de R\$ 70 milhões, em que 44 mil escolas aderiram ao programa em 4.790 municípios. Através do censo escolar de 2013, das 194.577 escolas do país, entre públicas e privadas, registra-se que 147.307 unidades atenderam aos estudantes na faixa de 12 a 17 anos de idade, sendo este o público alvo para atingir os objetivos do programa (MEC, 2015).

O Atleta na Escola contou com 4,1 milhões de participantes, distribuídos no atletismo, judô e vôlei. A região que mais aderiu ao programa foi a região nordeste⁴⁴, tanto em 2013 quanto em 2014. A participação em massa do Nordeste pode ser justificada por ser a região mais pobre do país, constatando assim como um benefício para as escolas a obtenção desses recursos federais para financiar outras atividades (NASCIMENTO, 2016).

⁴³ Informação disponível em: <http://pddeinterativo.mec.gov.br>. Acesso em 14 Out. 2015.

⁴⁴ A Bahia foi o estado que teve mais escolas participantes, com 5.916, seguido pelo Pará com 3.728.

A realização da **Etapa Municipal** ficou sob a responsabilidade de cada município, os quais deveriam realizar o evento, cumprindo o calendário de forma harmoniosa com a data da Etapa Estadual. A **Etapa Estadual** seria realizada por cada estado mediante a sua disponibilidade e necessidade; esta classificaria os estudantes para a Etapa Nacional dos Jogos Escolares da Juventude e as Paralimpíadas Escolares, sendo responsabilidade do governo do estado organizar as delegações para as competições nacionais. Os dados desta etapa deveriam ser inseridos no sistema pelo Comitê Gestor Estadual do PDDE interativo (BRASIL, 2013).

O financiamento da Etapa Municipal e da Etapa Estadual contou com recursos da Lei nº 12.365/2011, art 6º §2º sobre o adicional de 4,5% do inciso II (referente aos bilhetes de concursos de prognósticos), sendo 1/3 direcionados para as Secretarias de Esporte dos Estados e do Distrito Federal. Além deste recurso, no art.7 da mesma lei, há destinação respectivamente nos incisos (I, VI, VIII) de recursos para o desporto educacional; construção, ampliação e recuperação de instalações esportivas e apoio ao desporto para pessoas portadoras de deficiência (NASCIMENTO, 2016).

A **Etapa Nacional dos Jogos Escolares da Juventude e as Paraolimpíadas Escolares** ficaram sob a responsabilidade do Comitê Olímpico Brasileiro (COB) e Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB), respectivamente. O financiamento destas atividades contou com recursos da Lei nº 10.264/2001, que alterou a Lei nº 9.615 de 1998, incluindo no Art. 56 desta última um segundo parágrafo, que dispõe que de todos os recursos arrecadados para o COB e o CPB, deve-se destinar 10% ao desporto escolar (BRASIL, 1998).

No que diz respeito às **Modalidades Olímpicas** que compõem o programa, em 2013 a modalidade em destaque foi o atletismo, em especial atividades de saltos, corrida de resistência e de velocidade. Em 2014, foram acrescentados o Judô e o Voleibol, e, na modalidade Atletismo, o Arremesso de Peso. Em 2015, o Handebol e Basquetebol passariam a compor o quadro de modalidades esportivas a serem realizadas nas etapas, porém não houve a realização do programa no país em 2015, sendo o motivo da suspensão a falta de recursos (NASCIMENTO, 2016).

No que se refere às **Modalidades Paralímpicas**, o programa propôs o Atletismo, Bocha, Futebol de Cinco (deficiência visual), Futebol de Sete (paralisia cerebral), Goalball, Judô, Natação, Tênis de Mesa, Tênis em Cadeira de Rodas e Voleibol sentado (PORTAL ATLETA NA ESCOLA, 2014).

Conforme o portal do programa, as modalidades acima descritas foram escolhidas por critérios dos órgãos institucionais responsáveis, os quais têm como referência os esportes que fazem parte do Plano Brasil Medalhas 2016, dos Jogos Escolares da Juventude e

Paralimpíadas Escolares e podem ser desenvolvidas no ambiente escolar, mas a escolha dessas modalidades não foi por acaso.

O PAE possui articulação com as entidades de esporte, primeiro porque o Estado concede incentivos, recursos financeiros, isenções fiscais, e as entidades recebem funções públicas para participarem das decisões sobre as políticas públicas esportivas (BRACHT, 2005). Segundo porque os gestores do programa acreditam que as entidades foram incluídas “[...] por expertise, ou seja, possuem o conhecimento de se trabalhar com competições, com desenvolvimento de esporte de base e a formação de atletas” (NASCIMENTO, 2016, p.114).

Para além disto, os dirigentes das entidades buscaram durante todos os momentos da história permanecer no poder para usufruir do que as ações governamentais possibilitam financeiramente, mantendo seus sucessores aliados sempre à frente. Um exemplo, é o presidente da Confederação Brasileira de Atletismo (CBAt), que permaneceu neste posto por 27 anos (NASCIMENTO, 2016).

Teixeira, Matias e Mascarenhas (2013) revelam que o favorecimento das modalidades abrangidas pelo Programa Atleta na Escola possui relação com o financiamento do esporte através de fontes orçamentárias (orçamento federal), extra orçamentárias (repasso para as entidades através da Lei Agnelo/Piva) e indiretas (incentivos fiscais, concursos prognósticos e loterias; patrocínios estatais), sendo sete confederações contempladas: Voleibol, Handebol, Atletismo, Ginástica, Judô, Basquetebol e Desportos Aquáticos.

O Comitê Olímpico Brasileiro (COB), principal entidade esportiva do país e que ganhou visibilidade devido aos Jogos Olímpicos Rio 2016, se articulou com o PAE em relação à Etapa Nacional dos Jogos Escolares da Juventude, que estava sob a responsabilidade daquele comitê. Os Jogos Escolares foram, na verdade, “[...] a forma que o comitê encontrou de atender a obrigatoriedade de execução do recurso no esporte escolar, instituído pela Lei Agnelo Piva” (NASCIMENTO, 2016, p. 119).

A **Formação Técnica** para professores e gestores das escolas não foi criada pelos organizadores do programa em 2013 e 2014. Como orientação, o documento para nortear a etapa escolar foi denominado de Manual de Orientações, o qual é constituído das seguintes informações: 1. Os objetivos do programa, 2. A quem se destina os recursos, 3. Como habilitar-se para receber os recursos, 4. Forma de cálculo dos recursos, 5. Onde empregar os recursos recebidos, 6. Como serão feitos os repasses, 7. Prazo de execução dos recursos e outras informações.

Além deste documento de caráter genérico, as escolas deveriam se orientar pelo material denominado “Programa de Formação Esportiva Escolar – Competições de Atletismo

– Fase escolar”, que é uma cartilha elaborada pelo apoio técnico do CBAAt para orientar os professores desde a preparação até a realização das competições de atletismo previstas pelo programa, tais como: provas de velocidade, salto em distância e provas de resistência (PORTAL ATLETA NA ESCOLA, 2014).

Em 2015, foi anunciado pelo Ministério do Esporte a definição de um acordo, resultante de reunião com representantes das confederações de atletismo, voleibol, judô, basquetebol e handebol, para disponibilizar capacitação a distância para professores e técnicos da área por meio da plataforma E-ProInfo do MEC, o que não ocorreu, pois o programa em análise não aconteceu naquele ano (ME, 2015).

Uma vez apresentados brevemente os marcos teórico-conceituais e o desenho técnico-operacional do PAE, trataremos, a seguir, do programa conforme foi implementado no município de Arapiraca nos anos de 2013 e 2014.

4.3 O PROGRAMA ATLETA NA ESCOLA NO MUNICÍPIO DE ARAPIRACA

Em 2013 e 2014, o município de Arapiraca, através da Secretaria Municipal de Educação, aderiu ao Programa de Formação Esportiva Atleta na Escola, enquadrando-se dentro das diretrizes do Plano Decenal de Esporte e Lazer do governo, com a implantação de política pública para que o esporte fosse uma prioridade

[...] da base ao alto rendimento, no âmbito municipal, Regional, Estadual e Nacional, desenvolvendo a prática de um maior número de modalidades olímpicas, paraolímpicas, não-olímpicas, paradesportivos e surdo-olímpicos, nos estados e municípios” (BRASIL, 2010, p.1).

Para compreender a implementação e realização do Programa Atleta na Escola em 2013 e 2014 no município de Arapiraca, foi necessário realizar uma análise da documentação disponibilizada pela Secretaria Municipal de Educação – Departamento Pedagógico/Divisão Educação Física e Cultura Corporal e do conjunto de entrevistas com sujeitos envolvidos no processo (coordenadora, professores e alunos).

Pela ausência de título, a documentação referente ao PAE ao qual se fez referência será denominada nesta dissertação de “Relatório de Adesão do Programa Atleta na Escola (2013 – 2014) no Município de Arapiraca”. Trata-se de um amontoado de informações que não garante ao leitor compreender de fato como foi organizado e implementado o PAE na cidade, deixando dúvidas e lacunas sobre a adesão das escolas municipais de Arapiraca nos dois anos

de realização do programa. Constatamos que este documento merecia uma sistematização dos dados para cada ano, de forma a permitir, da melhor forma possível, uma compreensão clara dos dados referentes à implementação e realização da etapa escolar das unidades e da etapa municipal do programa.

O Relatório de Adesão é um conjunto de 217 folhas encadernadas pela Secretaria Municipal de Educação de Arapiraca, todas referentes a diferentes aspectos do PAE. O Quadro 4 abaixo apresenta os documentos juntados no Relatório de Adesão do PAE em Arapiraca:

Quadro 4 - Documentos do Relatório de Adesão do PAE em Arapiraca (2013-2014)

Nº	ARQUIVOS	DESCRIÇÃO
1	Resolução /CD/FNDE nº 11, de 7 de maio de 2013	Dispõe sobre a destinação de recursos financeiros para o PAE, nos moldes operacionais e regulamentares do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE).
2	Atas e Frequências	Pauta de reunião para encaminhar a atividade que justificaria a Etapa Municipal.
3	Ofício da Secretaria Municipal de Educação	Solicitação da pista de Atletismo do Estádio Rei Pelé para a atividade denominada OFICINA DE ATLETISMO DO PROGRAMA ATLETA NA ESCOLA
4	Lista de frequência	Lista de frequência de uma formação continuada para professores – Oficina de Taekwondo.
5	Lista de alunos, professores e integrantes das unidades escolares	Participantes selecionados para a atividade que substituiu a etapa municipal pela Oficina de Atletismo em Maceió.
6	Frequência Atleta na Escola 2014	Lista de frequência de uma reunião em 2014, onde estiveram presentes 13 gestores e 17 professores de Educação Física de 35 escolas, listadas na frequência, sem descrição dos assuntos tratados.
7	Cópia da Frequência Atleta na Escola 2014	<p>As anotações em grafite ao lado de cada uma das 35 escolas indicavam que</p> <ul style="list-style-type: none"> • 9 escolas realizaram o PAE e alimentaram o sistema; • 7 realizaram o PAE e não postaram fotos; • 4 realizaram o PAE, postaram fotos, mas não alimentaram o sistema; • 1 aderiu ao PAE e não o realizou; • 1 aderiu ao PAE e não postou os resultados; • 1 realizou a etapa de 2014 do PAE com o recurso de 2013; • 6 realizaram o PAE apenas na etapa de 2013; • 3 realizaram o PAE e não alimentaram o sistema; • 1 aderiu ao PAE em 2013 e 2014, mas só o realizou em 2013

8	Lista das escolas de 2014	Cópia da lista impressa do site do PDDE INTERATIVO de todas as escolas do município cadastradas no censo de 2013, com um total de 138 escolas (públicas e privadas)
9	Adesão 2013	Impressão da página do PDDE de 2014 de cada escola que aderiu ao programa
10	Adesão 2013/ 2014	Páginas impressas do PPDE interativo apenas de 2014 com o preenchimento dos dados da realização da etapa escolar
11	Fotografias das competições e materiais adquiridos	Possivelmente de uma mesma escola e não possui identificação
12	Cópias de cheque	- Cheque no valor de R\$ 129,40 da Escola José Pereira Lúcio; pagamento destinado à livraria e papelaria Globo LDTA. - Cheque no valor de R\$ 1,054.00 da Escola José Pereira Lúcio; pagamento destinado à MVC Espírito Santo. - Cheque no valor de R\$ 1,769.04 da Escola José Pereira Lúcio, destinado a Josinaldo Marques dos Santos ME.
13	Nota fiscal / Papelaria	Compra em papelaria no valor de R\$129,40 em nome da escola José Pereira Lúcio, dos seguintes produtos: 2 cartuchos de tinta preto, 2 cartuchos de tinta colorido e 4 etiquetas de CD.
14	Nota fiscal / Supermercado	Compra em supermercado no valor de R\$ 1,054.00 em nome da escola José Pereira Lúcio, dos seguintes produtos: bananas, maçãs, carne moída, pão, cebola, coentro, extrato de tomate, açúcar, polpa de frutas, água mineral.
15	Nota fiscal / Loja de materiais esportivos	Compra em loja de equipamentos esportivos no valor de R\$ 1.769,04 em nome da escola José Pereira Lúcio dos seguintes produtos: 3 Cronômetros digital, 1 bolsa de primeiros socorros, 15 cones grande, 15 cones pequenos, 2 trenas, 30 coletes, 100 medalhas de premiação.
16	3 cópias de planilha de pesquisa de preço de orçamento	Orçamentos para compra dos seguintes materiais esportivos: 3 Cronômetros digital, 1 bolsa de primeiros socorros, 15 cones grande, 15 cones pequenos, 2 trenas, 30 coletes, 100 medalhas de premiação.
17	Cópia de certidão de negativa de débitos	Josinaldo Marques dos Santos (carimbo da loja de materiais), do Estado de Alagoas, do Ministério da Fazenda, da Justiça do Trabalho, da Prefeitura de Arapiraca, da Caixa Econômica Federal;
18	Cópias de liberações dos recursos do programa	Impressos da página do FNDE indicando liberação de recursos para as escolas municipais de Arapiraca nos anos de 2013 e 2014
19	Fotografias	Realização do programa em diversas escolas

Fonte: Relatório de Adesão do Programa Atleta na Escola em Arapiraca (2015).

A partir desses dados esparsos e com auxílio de outras fontes documentais, além de depoimentos colhidos em entrevistas, destacaremos a seguir aspectos referentes à implementação do PAE em Arapiraca, especificamente quanto à adesão, financiamento e realização das etapas escolar e municipal, na tentativa de dar organicidade à experiência.

4.3.1 Adesão

Entre os 102 municípios alagoanos, em 99 deles houve escolas participando do Programa Atleta na Escola em 2013 e 2014, por meio da intermediação das secretarias municipais de educação; especificamente, 492 escolas municipais aderiram ao programa em 2013 e 951 escolas em 2014 (BRASIL, 2014).

O município de Arapiraca, principal cidade do interior de Alagoas, conta com aproximadamente 216.108 habitantes, sendo a segunda cidade de maior população do estado, posicionando-se logo depois da capital, Maceió, da qual Arapiraca se distancia 123 quilômetros (IBGE, 2011).

Em relação à educação, os dados do Censo Escolar de 2015 revelam que a rede pública municipal de Arapiraca é composta de 111 escolas que atendem a 27.084 mil alunos matriculados na educação infantil (3.837 alunos) e no ensino fundamental (23.247 alunos) (IBGE, 2015).

A experiência do Programa Atleta na Escola em Arapiraca nos anos de 2013 e 2014 foi marcada por contradições e situações que concorreram para fragilidades e equívocos no que diz respeito às diretrizes do programa. A análise dessa experiência, detalhada a seguir, revelou a precariedade na execução das etapas escolar e municipal.

Em 2013, das 54 escolas então existentes⁴⁵ no município de Arapiraca para o ensino fundamental, o Relatório de Adesão do Programa Atleta na Escola apresentou que, destas unidades escolares, apenas 36⁴⁶ tinham aderido ao programa. Porém, ao investigarmos a página eletrônica do portal do programa via SIMEC, o mapa de adesão apresentou o número de 31 escolas públicas de Arapiraca que aderiram ao programa em 2013. Em 2014, o documento citado acima não apresenta os dados de adesão de forma clara e sistematizada. O que localizamos corresponde a um grupamento de páginas⁴⁷ impressas do PPDE interativo de 2014, com o preenchimento dos dados da realização da etapa escolar⁴⁸, em vez da página de adesão. Localizamos no mapa de adesão das escolas via SIMEC o número de 24 escolas que aderiram em 2014.

⁴⁵ Atualmente existem no município 57 escolas (Informações disponibilizadas pela Secretaria de Educação e Esporte de Arapiraca em 23 de maio de 2017).

⁴⁶ Das escolas que foram selecionadas para nossa investigação, três delas não estão mencionadas nesta lista, mas além de aderir, elas realizaram a etapa escolar.

⁴⁷ Outro aspecto a considerar é que estas escolas mencionadas não se encontram na lista das escolas de 2013 que aderiram ao programa.

⁴⁸ Corresponde a uma ficha disponível no sistema do PPDE interativo para a inserção de dados referentes à etapa escolar.

Assim, o número de escolas públicas de Arapiraca que aderiram ao programa em 2013 foi de 31, e em 2014 de 24. Essa identificação só foi possível mediante o acesso no sistema via SIMEC, possibilitando afirmar a fragilidade no documento da Secretaria Municipal de Educação acerca destas informações, as quais são necessárias para a compreensão da implementação do programa em Arapiraca. Além desta informação, o mapa de adesão das escolas revelou a diminuição do número de escolas que aderiram ao PAE, comparando 2013 com 2014.

Sobre o público alvo deste programa, identificamos que, em 2013, de um total de 23.247 alunos matriculados no ensino fundamental nas unidades escolares do município, 5.039 eram alunos correspondentes à faixa etária exigida pelo programa. Não foi identificado no relatório o quantitativo de alunos que participaram do programa em 2013. A partir dos dados encontrados no Relatório de Adesão, localizamos a inserção apenas de dados no sistema referentes a 2014, que indicaram a participação de 1.963 alunos no PAE em Arapiraca naquele ano. A Tabela 1 – Quantitativo de alunos por faixa etária em 2013 e de alunos participantes do Programa Atleta na Escola em Arapiraca em 2014 – apresenta detalhadamente o quantitativo para cada faixa etária e sexo.

Tabela 1 - Quantitativo de alunos por faixa etária em 2013 e de alunos participantes do Programa Atleta na Escola em Arapiraca em 2014

FAIXA ETÁRIA	QUANTIDADE DE ALUNOS POR FAIXA ETÁRIA - CENSO 2013	QUANTIDADE DE ALUNOS PARTICIPANTES DO PROGRAMA EM 2014
12 a 14 anos do sexo masculino	1.759	739
12 a 14 anos do sexo feminino	1.621	567
15 a 17 anos do sexo masculino	920	365
15 a 17 anos do sexo feminino	739	252
TOTAL	5.039	1.923

Fonte: Relatório de Adesão do Programa Atleta na Escola em Arapiraca (2015).

A partir dos dados acima, é possível constatar que pouco mais de um terço dos alunos registrados no Censo Escolar de 2013 participaram do PAE em Arapiraca em 2014, devendo ser considerado o fato de que um mesmo estudante pode ter participado de mais de uma modalidade esportiva. O conteúdo das entrevistas com sujeitos que participaram do programa em Arapiraca indicam limitações para o alargamento da participação de estudantes, podendo ser citados os seguintes: dificuldades quanto à adesão e à realização da etapa escolar, falta de clareza quanto à dinâmica do PAE e quanto às instruções para a escola, fragilidade na orientação e formação para professores e gestores, entre outros.

Após a conclusão da etapa escolar, a orientação do programa era para a inserção dos dados da realização da etapa escolar no sistema do PDDE interativo para a prestação de contas de cada escola. Dados do Relatório de Adesão e das entrevistas realizadas com sujeitos envolvidos no processo revelaram que a etapa escolar não aconteceu em todas as escolas que haviam aderido ao PAE. Constata-se no documento cópias de 36 páginas de escolas que aderiram ao programa, porém, destas se registra apenas o quantitativo de 22 escolas que inseriram os dados para prestação de contas no sistema do PDDE Interativo, conforme orientação do programa. É oportuno destacar que no Relatório de Adesão não há clareza se estas 22 escolas são de 2013 e/ou 2014; o documento apresenta lacunas para essa compreensão, porém as páginas impressas do PPDE Interativo indicam que os dados inseridos se referem ao ano de 2014.

Tomando como referência os dados de 2014 indicados por escola nas páginas do PPDE Interativo, é possível compreender de forma mais clara as escolas que efetivamente aderiram ao PAE naquele ano em Arapiraca, a distribuição de estudantes por gênero e idade, além das modalidades esportivas desenvolvidas. O detalhamento destes dados é apresentado abaixo na Tabela 2 – Dados do Sistema PDDE Interativo sobre as escolas que aderiram ao PAE em Arapiraca – Etapa Escolar 2014:

Tabela 2 – Dados do Sistema PDDE Interativo sobre as escolas que aderiram ao PAE em Arapiraca – Etapa Escolar 2014:

Nº	ESCOLAS	MODALIDADES/ IDADE
1	<p>Cel. Pedro Suruagy</p> <p>Total de Alunos em 2014: 85</p> <p>Total de Alunos participantes no programa em 2014: 55</p> <p>Provas Arremesso de peso de 3 e 4 e 5kg Corrida de Resistencia de 1000 m Corrida de Velocidade de 75 m Salto em distancia Voleibol Judô Obs: Alguns alunos participaram de mais de uma modalidade.</p>	<p>Atletismo 12 a 14 Masculino: 47 12 a 14 Feminino: 26 15 á 17 Feminino: 3 15 á 17 Masculino: 9</p> <p>Voleibol 12 a 14 Masculino:15 12 a 14 Feminino: 15 15 á 17 Feminino: 0 15 á 17 Masculino:0</p> <p>Judô 12 a 14 Masculino:0 12 a 14 Feminino: 0 15 á 17 Feminino: 0 15 á 17 Masculino:0</p>
2	<p>Cônego Epitácio Rodrigues</p> <p>Total de Alunos em 2014: 150</p> <p>Total de Alunos participantes no programa em 2014: 70</p> <p>Provas Arremesso de peso de 3 e 4 e 5kg Corrida de Resistencia de 1000 m Corrida de Velocidade de 75 m Salto em distancia Voleibol Judô</p>	<p>Atletismo 12 a 14 Masculino:20 12 a 14 Feminino: 18 15 á 17 Feminino: 12 15 á 17 Masculino:20</p> <p>Voleibol 12 a 14 Masculino:0 12 a 14 Feminino: 0 15 á 17 Feminino: 0 15 á 17 Masculino:0</p> <p>Judô 12 a 14 Masculino:0 12 a 14 Feminino: 0 15 á 17 Feminino: 0 15 á 17 Masculino:0</p>
3	<p>Pedro Correia das Graças</p>	<p>Atletismo 12 a 14 Masculino:15</p>

	<p>Total de Alunos em 2014: 461</p> <p>Total de Alunos participantes no programa em 2014: 156</p> <p>Provas Arremesso de peso de 3 e 4 e 5kg Corrida de Resistencia de 1000 m Corrida de Velocidade de 75 m Salto em distancia Voleibol Judô</p>	<p>12 a 14 Feminino: 15 15 á 17 Feminino: 15 15 á 17 Masculino:15</p> <p>Voleibol 12 a 14 Masculino:18 12 a 14 Feminino: 18 15 á 17 Feminino: 30 15 á 17 Masculino:30</p> <p>Judô 12 a 14 Masculino:0 12 a 14 Feminino: 0 15 á 17 Feminino: 0 15 á 17 Masculino:0</p>
4	<p>Fernando Collor de Mello Total de Alunos em 2014: 633</p> <p>Total de Alunos participantes no programa em 2014: 88</p> <p>Provas Arremesso de peso de 3 e 4 e 5kg Corrida de Resistencia de 1000 m Corrida de Velocidade de 75 m Salto em distancia Voleibol Judô</p>	<p>Atletismo 12 a 14 Masculino:30 12 a 14 Feminino: 22 15 á 17 Feminino: 0 15 á 17 Masculino:0</p> <p>Voleibol 12 a 14 Masculino:12 12 a 14 Feminino: 12 15 á 17 Feminino: 0 15 á 17 Masculino: 12</p> <p>Judô 12 a 14 Masculino:0 12 a 14 Feminino: 0 15 á 17 Feminino: 0 15 á 17 Masculino:0</p>
5	<p>Domingos Lopes da Silva Total de Alunos em 2014: 596</p> <p>Total de Alunos participantes no programa em 2014: 85</p> <p>Provas Arremesso de peso de 3 e 4 e 5kg Corrida de Resistencia de 1000 m Corrida de Velocidade de 75 m Salto em distancia Voleibol Judô</p>	<p>Atletismo 12 a 14 Masculino: 45 12 a 14 Feminino: 0 15 á 17 Feminino: 0 15 á 17 Masculino: 40</p> <p>Voleibol 12 a 14 Masculino:0 12 a 14 Feminino: 0 15 á 17 Feminino: 0 15 á 17 Masculino:0</p> <p>Judô 12 a 14 Masculino:0 12 a 14 Feminino: 0 15 á 17 Feminino: 0 15 á 17 Masculino:0</p>
6	<p>Ana Bernardes Silveira Total de Alunos em 2014: 53</p> <p>Total de Alunos participantes no programa em 2014: 20</p> <p>Provas Arremesso de peso de 3 e 4 e 5kg Corrida de Resistencia de 1000 m Corrida de Velocidade de 75 m Salto em distancia Voleibol Judô</p>	<p>Atletismo 12 a 14 Masculino:0 12 a 14 Feminino: 0 15 á 17 Feminino: 0 15 á 17 Masculino:0</p> <p>Voleibol 12 a 14 Masculino:0 12 a 14 Feminino: 0 15 á 17 Feminino: 0 15 á 17 Masculino:0</p> <p>Judô 12 a 14 Masculino: 18 12 a 14 Feminino: 2 15 á 17 Feminino: 0 15 á 17 Masculino:0</p>
7	<p>Hugo José Camelo Lima Total de Alunos em 2014: 675 Total de Alunos participantes no programa em 2014: 37</p> <p>Provas Arremesso de peso de 3 e 4 e 5kg Corrida de Resistencia de 1000 m Corrida de Velocidade de 75 m Salto em distancia Voleibol Judô</p>	<p>Atletismo 12 a 14 Masculino: 17 12 a 14 Feminino: 14 15 á 17 Feminino: 1 15 á 17 Masculino: 5</p> <p>Voleibol 12 a 14 Masculino:0 12 a 14 Feminino: 0 15 á 17 Feminino: 0 15 á 17 Masculino:0</p> <p>Judô 12 a 14 Masculino: 12 a 14 Feminino: 0 15 á 17 Feminino: 0 15 á 17 Masculino:0</p>
8	<p>Cleonice Barbosa Almeida Total de Alunos em 2014: 219</p>	<p>Atletismo 12 a 14 Masculino:42</p>

	<p>Total de Alunos participantes no programa em 2014: 128</p> <p>Provas Arremesso de peso de 3 e 4 e 5kg Corrida de Resistencia de 1000 m Corrida de Velocidade de 75 m Salto em distancia Voleibol Judô</p>	<p>12 a 14 Feminino: 42 15 á 17 Feminino: 22 15 á 17 Masculino:22</p> <p>Voleibol 12 a 14 Masculino:0 12 a 14 Feminino: 0 15 á 17 Feminino: 15 á 17 Masculino: Judô 12 a 14 Masculino:0 12 a 14 Feminino: 0 15 á 17 Feminino: 0 15 á 17 Masculino:0</p>
9	<p>Guimarães Passos Total de Alunos em 2014: 151</p> <p>Total de Alunos participantes no programa em 2014: 111</p> <p>Provas Arremesso de peso de 3 e 4 e 5kg Corrida de Resistencia de 1000 m Corrida de Velocidade de 75 m Salto em distancia Voleibol Judô</p>	<p>Atletismo 12 a 14 Masculino: 46 12 a 14 Feminino: 44 15 á 17 Feminino: 6 15 á 17 Masculino:15</p> <p>Voleibol 12 a 14 Masculino:0 12 a 14 Feminino: 0 15 á 17 Feminino: 0 15 á 17 Masculino:0</p> <p>Judô 12 a 14 Masculino:0 12 a 14 Feminino: 0 15 á 17 Feminino: 0 15 á 17 Masculino:0</p>
10	<p>Esc. Temp. Integral Enéas Benedito dos Santos Total de Alunos em 2014: 112</p> <p>Total de Alunos participantes no programa em 2014: 34</p> <p>Provas Arremesso de peso de 3 e 4 e 5kg Corrida de Resistencia de 1000 m Corrida de Velocidade de 75 m Salto em distancia Voleibol Judô</p>	<p>Atletismo 12 a 14 Masculino:11 12 a 14 Feminino: 4 15 á 17 Feminino: 0 15 á 17 Masculino: 2</p> <p>Voleibol 12 a 14 Masculino:11 12 a 14 Feminino: 4 15 á 17 Feminino: 0 15 á 17 Masculino: 2</p> <p>Judô 12 a 14 Masculino:0 12 a 14 Feminino: 0 15 á 17 Feminino: 0 15 á 17 Masculino:0</p>
11	<p>Professor Luiz Alberto de Melo Total de Alunos em 2014: 247</p> <p>Total de Alunos participantes no programa em 2014: 207</p> <p>Provas Arremesso de peso de 3 e 4 e 5kg Corrida de Resistencia de 1000 m Corrida de Velocidade de 75 m Salto em distancia Voleibol Judô Obs: Alguns alunos participaram de mais de uma modalidade.</p>	<p>Atletismo 12 a 14 Masculino:40 12 a 14 Feminino:50 15 á 17 Feminino: 11 15 á 17 Masculino: 31</p> <p>Voleibol 12 a 14 Masculino:18 12 a 14 Feminino: 19 15 á 17 Feminino: 20 15 á 17 Masculino: 18</p> <p>Judô 12 a 14 Masculino:0 12 a 14 Feminino: 0 15 á 17 Feminino: 0 15 á 17 Masculino:0</p>
12	<p>Germino Pedro dos Santos Total de Alunos em 2014: 366</p> <p>Total de Alunos participantes no programa em 2014: 55</p> <p>Provas Arremesso de peso de 3 e 4 e 5kg Corrida de Resistencia de 1000 m Corrida de Velocidade de 75 m Salto em distancia Voleibol Judô</p>	<p>Atletismo 12 a 14 Masculino:15 12 a 14 Feminino:19 15 á 17 Feminino: 15 15 á 17 Masculino: 6</p> <p>Voleibol 12 a 14 Masculino:0 12 a 14 Feminino: 0 15 á 17 Feminino: 0 15 á 17 Masculino: 0</p> <p>Judô 12 a 14 Masculino:0 12 a 14 Feminino: 0 15 á 17 Feminino: 0 15 á 17 Masculino:0</p>
13	<p>Governador Divaldo Suruagy Total de Alunos em 2014: 309</p>	<p>Atletismo 12 a 14 Masculino:20</p>

	<p>Total de Alunos participantes no programa em 2014: 54</p> <p>Provas Arremesso de peso de 3 e 4 e 5kg Corrida de Resistencia de 1000 m Corrida de Velocidade de 75 m Salto em distancia Voleibol Judô</p>	<p>12 a 14 Feminino:12 15 á 17 Feminino: 12 15 á 17 Masculino: 10</p> <p>Voleibol 12 a 14 Masculino:0 12 a 14 Feminino: 0 15 á 17 Feminino: 0 15 á 17 Masculino: 0</p> <p>Judô 12 a 14 Masculino:0 12 a 14 Feminino: 0 15 á 17 Feminino: 0 15 á 17 Masculino:0</p>
14	<p>Ten. Cel. Laury Capistrano</p> <p>Total de Alunos em 2014: 274</p> <p>Total de Alunos participantes no programa em 2014: 80</p> <p>Provas Arremesso de peso de 3 e 4 e 5kg Corrida de Resistencia de 1000 m Corrida de Velocidade de 75 m Salto em distancia Voleibol Judô</p>	<p>Atletismo 12 a 14 Masculino:0 12 a 14 Feminino:0 15 á 17 Feminino: 0 15 á 17 Masculino: 0</p> <p>Voleibol 12 a 14 Masculino:10 12 a 14 Feminino: 10 15 á 17 Feminino: 10 15 á 17 Masculino: 10</p> <p>Judô 12 a 14 Masculino: 10 12 a 14 Feminino: 10 15 á 17 Feminino: 10 15 á 17 Masculino: 10</p>
15	<p>Mário Cesar Fontes</p> <p>Total de Alunos em 2014: 179</p> <p>Total de Alunos participantes no programa em 2014: 70</p> <p>Provas Arremesso de peso de 3 e 4 e 5kg Corrida de Resistencia de 1000 m Corrida de Velocidade de 75 m Salto em distancia Voleibol Judô</p>	<p>Atletismo 12 a 14 Masculino:36 12 a 14 Feminino:12 15 á 17 Feminino: 1 15 á 17 Masculino: 1</p> <p>Voleibol 12 a 14 Masculino:0 12 a 14 Feminino: 0 15 á 17 Feminino: 0 15 á 17 Masculino: 0</p> <p>Judô 12 a 14 Masculino: 15 12 a 14 Feminino: 5 15 á 17 Feminino: 0 15 á 17 Masculino:0</p>
16	<p>Monsenhor José Soares</p> <p>Total de Alunos em 2014: 216</p> <p>Total de Alunos participantes no programa em 2014: 70</p> <p>Provas Arremesso de peso de 3 e 4 e 5kg Corrida de Resistencia de 1000 m Corrida de Velocidade de 75 m Salto em distancia Voleibol Judô</p>	<p>Atletismo 12 a 14 Masculino:20 12 a 14 Feminino:20 15 á 17 Feminino: 15 15 á 17 Masculino: 15</p> <p>Voleibol 12 a 14 Masculino: 12 a 14 Feminino: 15 á 17 Feminino: 15 á 17 Masculino:</p> <p>Judô 12 a 14 Masculino: 12 a 14 Feminino: 15 á 17 Feminino: 15 á 17 Masculino:</p>
17	<p>Maria de Nazaré</p> <p>Total de Alunos em 2014: 345</p> <p>Total de Alunos participantes no programa em 2014: 31</p> <p>Provas Arremesso de peso de 3 e 4 e 5kg Corrida de Resistencia de 1000 m Corrida de Velocidade de 75 m Salto em distancia Voleibol Judô</p>	<p>Atletismo 12 a 14 Masculino:12 12 a 14 Feminino:8 15 á 17 Feminino: 4 15 á 17 Masculino: 7</p> <p>Voleibol 12 a 14 Masculino: 12 a 14 Feminino: 15 á 17 Feminino: 15 á 17 Masculino:</p> <p>Judô 12 a 14 Masculino:0 12 a 14 Feminino: 0 15 á 17 Feminino: 0 15 á 17 Masculino:0</p>
18	<p>Djalma Mateus Santana</p>	<p>Atletismo 12 a 14 Masculino:9</p>

	<p>Total de Alunos em 2014: 731</p> <p>Total de Alunos participantes no programa em 2014: 25</p> <p>Provas Arremesso de peso de 3 e 4 e 5kg Corrida de Resistencia de 1000 m Corrida de Velocidade de 75 m Salto em distancia Voleibol Judô</p>	<p>12 a 14 Feminino:0 15 á 17 Feminino: 3 15 á 17 Masculino: 3</p> <p>Voleibol 12 a 14 Masculino: 10 12 a 14 Feminino: 0 15 á 17 Feminino: 0 15 á 17 Masculino: 0</p> <p>Judô 12 a 14 Masculino: 12 a 14 Feminino: 0 15 á 17 Feminino: 0 15 á 17 Masculino:0</p>
19	<p>Escola em Tempo Integral Prof. Benildo Barbosa Medeiros</p> <p>Total de Alunos em 2014: 112</p> <p>Total de Alunos participantes no programa em 2014: 39</p> <p>Provas Arremesso de peso de 3 e 4 e 5kg Corrida de Resistencia de 1000 m Corrida de Velocidade de 75 m Salto em distancia Voleibol Judô</p>	<p>Atletismo 12 a 14 Masculino:20 12 a 14 Feminino:15 15 á 17 Feminino: 0 15 á 17 Masculino: 4</p> <p>Voleibol 12 a 14 Masculino:0 12 a 14 Feminino: 0 15 á 17 Feminino: 0 15 á 17 Masculino:</p> <p>Judô 12 a 14 Masculino:0 12 a 14 Feminino: 0 15 á 17 Feminino:0 15 á 17 Masculino:0</p>
20	<p>Marieta Rodrigues Peixoto</p> <p>Total de Alunos em 2014: 226</p> <p>Total de Alunos participantes no programa em 2014: 59</p> <p>Provas Arremesso de peso de 3 e 4 e 5kg Corrida de Resistencia de 1000 m Corrida de Velocidade de 75 m Salto em distancia Voleibol Judô</p>	<p>Atletismo 12 a 14 Masculino: 27 12 a 14 Feminino:21 15 á 17 Feminino: 3 15 á 17 Masculino: 8</p> <p>Voleibol 12 a 14 Masculino:0 12 a 14 Feminino: 0 15 á 17 Feminino:0 15 á 17 Masculino: 0</p> <p>Judô 12 a 14 Masculino:0 12 a 14 Feminino: 0 15 á 17 Feminino: 0 15 á 17 Masculino:0</p>
21	<p>João Batista da Silva</p> <p>Total de Alunos em 2014: 744</p> <p>Total de Alunos participantes no programa em 2014: 300</p> <p>Provas Arremesso de peso de 3 e 4 e 5kg Corrida de Resistencia de 1000 m Corrida de Velocidade de 75 m Salto em distancia Voleibol Judô</p>	<p>Atletismo 12 a 14 Masculino:100 12 a 14 Feminino: 100 15 á 17 Feminino: 50 15 á 17 Masculino: 50</p> <p>Voleibol 12 a 14 Masculino:0 12 a 14 Feminino: 0 15 á 17 Feminino: 0 15 á 17 Masculino: 0</p> <p>Judô 12 a 14 Masculino:0 12 a 14 Feminino: 0 15 á 17 Feminino: 0 15 á 17 Masculino:0</p>
22	<p>José Pereira Lúcio</p> <p>Total de Alunos em 2014: 373</p> <p>Total de Alunos participantes no programa em 2014: 100</p> <p>Provas Arremesso de peso de 3 e 4 e 5kg Corrida de Resistencia de 1000 m Corrida de Velocidade de 75 m Salto em distancia Voleibol Judô</p>	<p>Atletismo 12 a 14 Masculino:40 12 a 14 Feminino:30 15 á 17 Feminino: 10 15 á 17 Masculino: 20</p> <p>Voleibol 12 a 14 Masculino:0 12 a 14 Feminino: 0 15 á 17 Feminino:0 15 á 17 Masculino: 0</p> <p>Judô 12 a 14 Masculino:0 12 a 14 Feminino: 0 15 á 17 Feminino: 0 15 á 17 Masculino:0</p>

Fonte: Relatório de Adesão do Programa Atleta na Escola em Arapiraca (2015).

A tabela 2 acima apresenta dados de 22 escolas públicas municipais de Arapiraca que inseriram informações na página do PDDE Interativo sobre as modalidades esportivas realizadas na etapa escolar do PAE em 2014⁴⁹.

Com base nesses dados, foi possível constatar que, em 2014, o atletismo foi a modalidade esportiva dominante, com 1.577 alunos indicados para participação em provas de arremesso de peso de 3 e 4 e 5kg, corrida de resistência de 1000 m, corrida de velocidade de 75 m e salto em distância. Pela forma como os dados foram fornecidos, não é possível afirmar se todos os estudantes escalados para a modalidade de atletismo participaram de todas as provas. Já a modalidade de Vôlei teve 306 alunos participantes, e a modalidade de Judô, 80 alunos. O total de alunos, a partir desses dados, corresponde a 1.963, porém cabe ressaltar que, em algumas escolas, alguns estudantes participaram possivelmente em duas ou mais modalidades, por isso o número diferente da Tabela 1 – Quantitativo de alunos por faixa etária em 2013 e de alunos participantes do Programa Atleta na Escola em Arapiraca em 2014, apresentada na página 65.

Trechos das entrevistas realizadas com oito estudantes da amostra da pesquisa confirmam a predominância do atletismo. Perguntados sobre a modalidade esportiva que participaram, as respostas foram as seguintes:

Teve provas de cem, setenta e cinco, o salto em altura, o lançamento.. é de peso, o dardo e teve a alguma barreira pra gente vivenciar como era o esporte no atletismo (EST 1).

Corrida, é... arremesso de peso, é ... vôlei (EST 2).

Atletismo nos mil metros, nos mil não, cem metros (EST 3).

Setenta e cinco rasos, o dardo, salto em altura e: ... uma oficina com cem metros com barreiras (EST 4).

Salto em distância, arremesso de peso e corrida (EST 5).

Salto em distância, arremesso de peso e corridas (EST 6).

Salto em distância e cem metros rasos (EST 7).

Salto, arremesso de peso, corrida e resistência (EST 8).

As respostas indicam que, entre os estudantes entrevistados, todos participaram de provas de atletismo na etapa escolar; apenas um participou da modalidade vôlei e nenhuma menção foi feita ao judô. A predominância do atletismo se dá mediante a “ilusão” da

⁴⁹ As informações desta natureza para o ano de 2013 não foram encontradas entre os materiais reunidos no Relatório de Adesão.

facilidade de realizar competições deste esporte, visto que o uso de materiais, principalmente no caso das corridas, não é necessário. Entretanto, sabemos que também para o atletismo, assim como outras modalidades, é fundamental uma estrutura física adequada para a realização das provas; porém, Arapiraca não dispõe de nenhum espaço para a prática do atletismo, como também não apresenta estrutura física nas escolas para a prática do vôlei e do judô. Sobre o espaço físico para a realização das modalidades esportivas, os entrevistados assim se manifestaram:

[...] não tinha espaço suficiente (COORD).

A etapa escolar foi realizada no campo próximo a escola (PROF 1).

Essa etapa [escolar] foi realizada aqui mesmo próximo da escola em uma pracinha e em um campo de futebol (PROF 2).

A escola não tem espaço certo (PROF 4).

A etapa escolar não foi realizada na escola porque não possuía essa infraestrutura adequada e nós realizamos num espaço do município que é o Caeté (PROF 5).

Foi realizada assim, na praça, no campo e na escola e na quadra (EST 2).

Teve que usar a praça com a caixa de areia e o campo (EST 5).

Fomos pra praça, não tinha um círculo de areia e fazemos (sic) alguns esporte lá e no campo do bairro (EST 6).

Foi realizada também na praça e no campo (EST 8).

Diante isto, o objetivo do alto rendimento foi alcançado? Como uma política pública pode esperar resultados dessa forma? A necessidade de improvisação de espaços para a realização de provas de atletismo indica a inexistência de infraestrutura mínima para a realização da etapa escolar, mesmo para uma modalidade aparentemente mais fácil de ser realizada, quase que associado a um esporte da pobreza. De acordo com IBGE (2003), em todo o Nordeste os espaços disponíveis para a prática do atletismo são 15 pistas de atletismo, 34 ginásios, 15 estádios de futebol, 3 complexos aquáticos, 61 quadras, 36 campos de futebol, 5 piscinas olímpicas, 5 piscinas semiolímpicas, 4 quadras de tênis. Outro dado significativo diz respeito às instalações esportivas das escolas públicas estaduais de Alagoas: das 365 escolas, 303 não possuem instalações, 13 possuem quadras cobertas, 43 quadras não cobertas, 62 possuem instalações esportivas (IBGE, 2003); em síntese, apenas em 17% das escolas estaduais de Alagoas têm instalação esportiva.

No que se refere às modalidades paralímpicas, não foi identificada em Arapiraca a participação de alunos, sendo possível constar mais uma fragilidade no programa, o qual afirma em suas diretrizes massificar o esporte para todos, mas que não atendeu aos estudantes portadores de necessidades especiais, considerando a realidade investigada.

Ainda sobre a adesão, a coordenadora do programa e sua equipe, enquanto responsáveis pelas orientações para gestores e professores, tiveram dificuldades dentro da própria secretaria, uma vez que não foi o departamento de Educação Física que realizou a adesão do município com o governo Federal e sim outro setor⁵⁰:

Quanto à adesão, houve muita confusão [...]. Algumas notícias que lá estavam no portal eram falhas. [...] não tinha subsídio suficiente de informações, daí nós buscamos em outros portais, com outras secretarias e outros estados, até pra saber como se dava essa execução desse programa (COORD).

Em função da falta de clareza e de organização para as instruções nas escolas, a coordenação informou que buscou compreender o programa em sua totalidade, porém ainda havia dúvidas como gastar o dinheiro, como fazer as etapas, por exemplo. Segundo a coordenadora entrevistada, a pouca compreensão da equipe da secretaria de educação sobre o PAE dificultou o envolvimento dos gestores das escolas, sendo dadas apenas informações gerais para os professores de Educação Física para facilitar a realização da etapa escolar:

Só teve uma reunião dizendo que vinha dinheiro e o que era, como era pra proceder. Agora, dizer direitinho como fazer, não foi informado não (PROF 1).

Só fizeram algumas citações de como deveria ser, mas orientações mesmo não houve (PROF 2).

Nós recebemos as orientações né (sic!) dadas pelo pessoal da secretaria de educação e como que a gente ia desenvolver as atividades que eram solicitadas no projeto (PROF 3).

Não foi uma formação propriamente dita, mas foi uma reunião onde foram passadas as informações de como o programa iria acontecer (PROF 5).

Nós recebemos orientações e aí nós entrávamos no site, imprimia (sic) algumas orientações e aí ia seguindo por ela (PROF 5).

Constata-se que o processo de orientação para gestores e professores se deu de forma esvaziada sobre a organização do programa no que tange à execução e cronograma de etapas em Arapiraca.

⁵⁰ Em 2017 não existe nenhum funcionário integrante da antiga gestão na secretaria de educação que disponibilize este documento de adesão municipal. Fomos em busca, mas devido à mudança de PDDE Interativo para SIMEC, a resposta que obtemos foi que não conseguiram localizar.

Sinteticamente, no que diz respeito ao processo de adesão do município de Arapiraca ao PAE e da participação das escolas no programa, os dados levantados indicam a falta de clareza das orientações da coordenação do programa em nível nacional, a dificuldade da secretaria de educação do município para instruir gestores e professores, além da dificuldade das escolas realizarem as provas das modalidades definidas para a etapa escolar.

4.3.2 Financiamento

A orientação do PAE para o financiamento da etapa escolar foi definida através de um repasse para cada escola no valor de R\$1.000,00 (mil reais) e R\$3,00 (três reais) para cada aluno na faixa etária entre 12 e 17 anos, de acordo com o censo escolar do ano anterior. Este recurso seria destinado para a compra de materiais ou contratação de serviços para a melhoria das instalações físicas para a prática esportiva nas escolas.

No Relatório de Adesão do programa em Arapiraca, constam cópias de liberações de recursos para as escolas participantes do PAE, as quais foram impressas da página eletrônica do FNDE, com autenticação digital em novembro de 2014. A Tabela 7 – Recursos do PAE para escolas municipais de Arapiraca em 2013 e 2014 – apresenta a lista das escolas que receberam financiamento e os recursos recebidos por cada uma delas:

Tabela 3 – Recursos do PAE para escolas municipais de Arapiraca em 2013 e 2014

Nº	ESCOLAS	2013	2014
1	Lourenço de Almeida	R\$ 2.398,00	Não consta
2	Benjamin Felisberto da Silva	R\$ 1.096,00	Não consta
3	João Saturnino de Almeida	R\$ 2.143,00	Não consta
4	31 de Março	R\$ 2.572,00	Não consta
5	Manoel Humberto da Costa	R\$ 1.756,00	Não consta
6	Educ Inf Pontes de Miranda	R\$ 1.522,00	Não consta
7	Pedro Aristides da Silva	R\$ 1.642,00	Não consta
8	Hugo José Camelo Lima	R\$ 3.058,00	R\$ 856,47
9	Crispiniano F. de Brito	R\$ 3.040,00	Não consta

10	Lena Castelo Branco	R\$ 1.051,00	Não consta
11	Tempo Int. José Ursulino	R\$ 1.501,00	Não consta
12	Eneas Benedito	R\$ 1.237,00	R\$ 1.336,00
13	Laury Capistrano	R\$ 1.999,00	R\$ 1.822,00
14	Fernando Collor	R\$ 2.986,00	R\$ 760,85
15	Marieta Peixoto	R\$ 1.705,00	Não consta
16	Ana Bernardes	Não consta	R\$ 1.159,00
17	Divaldo Suruagy	Não consta	R\$ 2.227,00
18	Maria Cleonice	Não consta	R\$ 1.657,00
19	Pedro Correia	Não consta	R\$ 1.188,10
20	Menino Jesus de Praga	R\$ 1.399,00	Não consta
21	Prof Luiz Alberto de Melo	R\$ 1.780,00	R\$ 466,42
22	Germino Pedro	R\$ 2.221,00	R\$ 2.098,00
23	Jesus Redentor	R\$ 1.699,00	R\$ 640,44
24	João Batista	R\$ 3.634,00	R\$ 635,85
25	José Pereira Lúcio	R\$ 2.233,00	R\$ 520,05
26	Cônego Eptácio	R\$ 1.507,00	R\$ 1.450,00
27	Tem. In Benildo Barbosa	R\$ 1.423,00	R\$ 1.336,00
28	Prof. Mário Cesar Fontes	Não consta	R\$ 1.537,00
29	Domingos Lopes	R\$ 2.389,00	Não consta
30	Djalma Mateus Santana	R\$ 3.364,00	Não consta
31	Maria de Nazaré	R\$ 2.116,00	Não consta
32	Pedro Suruagy	R\$ 1.285,00	Não consta
33	Monsenhor José Soares	R\$ 1.693,00	Não consta
34	Guimarães Passos	R\$ 1.507,00	Não consta

TOTAL	R\$ 56.494,00	R\$ 15.401,80
--------------	----------------------	----------------------

Fonte: Relatório de Adesão do Programa Atleta na Escola em Arapiraca (2015).

As informações sobre financiamento do PAE em Arapiraca indicam que houve liberação de recursos para 29 escolas municipais em 2013 e para 16 escolas em 2014⁵¹. No total, foram recebidos R\$ 56.494,00 (cinquenta e seis mil, quatrocentos e noventa e quatro reais) em 2013 e R\$ 15.401,80 (quinze mil, quatrocentos e um reais e oitenta centavos) em 2014.

Dados do PPDE Interativo no âmbito do PAE revelam que em 2013 foram repassados para as escolas do país R\$31,5 milhões e em 2014 aproximadamente R\$48 milhões (FNDE, 2015). Considerando os valores repassados nacionalmente e os recursos recebidos pelas escolas de Arapiraca que aderiram ao PAE, questionamos a viabilidade do programa para identificar e preparar atletas através desse tipo de ação, com poucos recursos e com apenas 3 anos de antecedência do megaevento que o inspirou (as Olimpíadas de 2016). Será que era mesmo para preparar? Ou apenas para alienar/sensibilizar?

Os dados sobre o financiamento do PAE em Arapiraca são uma ilustração do tipo de importância conferida ao esporte no âmbito desse programa: uma massificação no sentido de baixo custo, módico, pois mobiliza toda população educacional do país para competições realizadas sem estrutura e materiais esportivos adequados para a prática esportiva, brincando de desenvolvimento esportivo e escolar com o dinheiro público.

Essa “brincadeira de esportivização” nos permite refletir a respeito do desenvolvimento do esporte de alto rendimento em sua totalidade visto que, para se conceber o EAR, existem fatores que implicam no seu desenvolvimento, visto que se necessita

[...] da produção e aplicação do conhecimento científico e tecnológico; da formação e atuação em campos de trabalho de profissionais ligados ao esporte; das políticas públicas de Estado e governos; do número de praticantes; do financiamento recebido, seja ele público ou privado; da infraestrutura instalada; das instituições disponíveis, públicas ou privadas; da legislação existente, seja ela municipal, estadual ou nacional; e das propostas de gestão, administração de projetos e programas que incidem nas áreas de educação, saúde, cultura, lazer, urbanismo, arquitetura, gestão e administração, meios de comunicação, na legislação e no controle social (TAFFAREL et al 2013, p. 58).

⁵¹ A respeito 2014, é importante ressaltar que não foram encontrados materiais no Relatório de Adesão referentes à liberação de recursos para o total de 22 escolas que indicaram a adesão ao PAE, conforme foi mostrado na Tabela 2 – Dados do Sistema PDDE Interativo sobre as escolas que aderiram ao PAE em Arapiraca – Etapa Escolar 2014, apresentada na página 66.

Tal desenvolvimento necessita de serviços que auxiliem os atletas no que diz respeito à ciência do esporte (psicologia do esporte, fisioterapia, biomecânica, fisiologia, nutrição e sistemas que possibilitem analisar o desempenho do atleta); além disso, como também indica Figuerôa (2013, p. 148), com base em diferentes estudos, “[...] o desenvolvimento do esporte no país será mais profissional através de serviços como inteligência esportiva ou benchmarking, através de uma tecnologia de ponta”.

Frente a estes argumentos, questionamos se os recursos destinados ao PAE possibilitaram, efetivamente, o desenvolvimento do esporte nas escolas de Arapiraca no que diz respeito aos objetivos do PAE, em especial aquele voltado para a formação de atletas escolares e para a identificação de talentos esportivos (BRASIL, 2014).

O financiamento das etapas do programa revela o foco apenas nas competições, sem considerar a estrutura física para a prática esportiva, sua relação com as aulas de Educação Física, como também questões pedagógicas para o desenvolvimento do programa (NASCIMENTO, 2016). Nota-se que o governo pressupôs que tais recursos fossem suprir as necessidades de cada escola no que diz respeito aos materiais e estrutura física para a prática esportiva e, ainda mais, para a formação de atletas.

Considerar a articulação do PAE com o PDEL e o Plano Brasil Medalhas Olímpico e Paralímpico é olhar para um programa emergencial, precário, com pouca ou nenhuma possibilidade de alcançar o ambicioso objetivo desta articulação, pois se considerarmos a sua totalidade, não foi possível, por meio do PAE, a identificação de talentos para elevar o Brasil entre os 10 primeiros países nas olimpíadas e entre os 5 nas paralimpíadas.

Os dados emanados sobre o financiamento a partir dos sujeitos entrevistados (coordenadora e professores) nos revelaram que, no limite, os recursos do programa possibilitaram a aquisição de alguns materiais que não se tinha na escola para a prática esportiva, o que não impediu que a realização da etapa escolar ocorresse com muita dificuldade. Em algumas entrevistas identificamos o que foi considerado como benefício pelos sujeitos:

Com o dinheiro que era depositado, a gente conseguiu comprar algumas coisas pra realizar essa etapa [escolar], teve dificuldade pra assim fazer tudo muito preciso (PROF 1).

Esse projeto veio a beneficiar muito a nossa escola né (sic!) porque através dele nós pudemos obter alguns materiais esportivos que até então nós não tínhamos (PROF 2).

A escola conseguiu comprar alguns materiais (PROF 4).

Serviu para aquisição de material esportivo (PROF 5).

Das 5 escolas investigadas, todas adquiriram material esportivo. A imagem abaixo é uma ilustração dos materiais que foram adquiridos por uma dada escola:

Figura 6 - Materiais adquiridos por uma escola em Arapiraca com recursos do Programa Atleta na Escola



Fonte: Relatório de Adesão do Programa Atleta na Escola em Arapiraca (2015).

Nas imagens, é possível identificar alguns materiais que faziam parte dos itens financiáveis pelo PAE, conforme a lista determinada pelas orientações do programa: Apito, bate-bate, cornetas, Trena (no mínimo 10m), Cones, Cal virgem, Gesso, Giz, Areia, Serragem, Bandeirolas (branca e vermelha), Rastelo (rodo), Medalhas, Cordão ou fita para medalhas, Água, Gelo, KIT de Primeiros Socorros, Impressão de Diploma de participação, Impressão de Modelo de súmula, Cartucho de tinta para impressora, Fita zebra, Papel, Colete, Numeração para atletismo e voleibol, Transportes, Pagamento de serviço de arbitragem, Bolas de voleibol, Bases móveis (Voleibol), Postes (voleibol), Redes oficiais (voleibol), Antenas

(voleibol), Faixas laterais (voleibol), Fitas adesivas para marcação de áreas esportivas, outros materiais de custeio necessários para a realização da competição (BRASIL, 2014).

A possibilidade da compra de material esportivo, embora valorizada por alguns professores entrevistados, ficou limitada à lista de itens financiáveis, o que dificultou a compra de outros materiais que possivelmente seriam úteis para a prática esportiva. Assim, os materiais possíveis para compra vinham determinados de cima para baixo, sendo um limite identificado em algumas entrevistas:

Falaram muitas coisas bonitas e tal, mas a gente encontrou algumas barreiras nas compras dos materiais necessários para esse programa. Então, alguns limites, no caso, foram essas compras desses materiais mesmo (PROF 2).

Nós podíamos comprar uma lista de material que já era determinada pelo próprio projeto (PROF 3).

A questão da verba, ela ser melhor trabalhada, assim, deixa eu tentar explicar: é porque ela já direciona o que a gente tem que comprar, ela já direciona e às vezes é inviável o que eles direcionam, então a gente tem que fazer adaptações e às vezes o documento ele não permite (PROF 4).

Além desta restrição, a demora no repasse financeiro para as escolas e a não liberação de recursos para a secretaria municipal acabaram atrasando a realização da etapa escolar e inviabilizando a realização da etapa municipal do PAE em Arapiraca⁵².

Não veio o recurso municipal, não chegou aos cofres do município até que saibamos, né (sic) não teve esse recurso disponível para realização, inviabilizando a segunda etapa, que era a municipal, e depois, conseqüentemente, a estadual (COORD).

Eu não conseguia dar continuidade porque tinha que esperar o prazo da secretaria às vezes liberar tanto o financeiro. O financeiro né (sic), mais pra poder comprar as coisas pra poder realizar a etapa e organizar todo mundo pra fazer todas as escolas mais ou menos no mesmo tempo pra depois a etapa municipal, mas como nunca dava tempo, sempre extrapolava e a gente nunca conseguiu realizar a municipal (PROF 1).

Alegaram que por questão financeira, de fechamento da questão da direção mesmo, acho que foi isso dos diretores ou de não ter fechado a questão financeira né (sic) e aí a etapa municipal não aconteceu (PROF 4).

Quando foi pra realizar a etapa municipal, o que foi alegado foi a falta de recurso, faltou a parte financeira, por isso que não foi realizado (PROF 5).

Além dos problemas de liberação de verbas, a prestação de contas dos recursos utilizados para a execução do PAE foi outro ponto que possivelmente influenciou na não

⁵² a qual não ocorreu e será detalhada mais adiante

realização da etapa municipal em Arapiraca. O desencontro de informações entre escolas listadas como executoras do PAE e fichas do PDDE Interativo com recursos liberados para escolas, como se verifica no material do Relatório de Adesão do município, é, em parte, explicado por considerações da coordenadora entrevistada. Segundo ela, nem todas as escolas que aderiram ao PAE cumpriram o previsto, incluindo a inserção de dados sobre o programa no PDDE Interativo; vinte delas o fizeram, mas apenas “[...] quinze compraram o material e cumpriram o trabalho e prestaram conta” (COORD).

A coordenadora, durante a entrevista, também indicou a possibilidade de os recursos não terem sido utilizados devidamente, apesar da coordenação geral e de sua equipe terem, segundo ela, fiscalizado a utilização dos recursos de maneira efetiva:

Houve fiscalização sim perante a secretaria para com os professores e para com os diretores quanto ao gasto do recurso. Nem todos gastaram de forma efetiva e coerente e quando nós passamos isso pras as instâncias maiores financeiras, foi negado o nosso conhecimento de que aquilo não estava sendo tratado de forma honesta (COORD).

Ressalta-se que, segundo a entrevistada, esta não foi uma particularidade do PAE, uma vez que essa dificuldade de controle da prestação de contas “[...] também faz parte de tantas outras, de tantos outros projetos do governo federal. Ele não tem essa fiscalização na parte de prestação de conta” (COORD).

Mediante todas essas questões, pode-se concluir que os sujeitos envolvidos reconheceram que o programa apresentou falhas desde a sua elaboração até a sua execução. Na visão da coordenação,

O destinatário final, que seria o aluno o beneficiário ele não é realmente beneficiado [...] quando ele [o recurso] chega para o destinatário final, que é o aluno e o professor, nem sempre ele chega com o valor real e isso eu sei que parte da honestidade do brasileiro e da honestidade das/dos gestores (COORD).

Entretanto, do ponto de vista de um dos professores investigados, “[...] a falha às vezes não tá só na adesão da escola, vem de cima pra baixo (PROF 1).

Uma vez apresentados aspectos sobre a adesão e o financiamento do PAE em Arapiraca, veremos, a seguir, como ocorreu a etapa escolar e como a etapa municipal foi improvisada pela coordenação e professores de algumas escolas participantes do programa.

4.3.3 Etapa Escolar

A etapa escolar foi realizada em 2013 e 2014, de acordo com as realidades de cada escola. Após a adesão, o recurso foi encaminhado para as contas bancárias das escolas, para a finalidade prevista em relação a esta etapa. Pode-se constatar apenas 22 escolas com dados inseridos no PDDE Interativo.

Esse dado pode ser justificado através do relatório de adesão, o qual permitiu identificar quais escolas inseriram os dados no sistema. Segundo a coordenadora do programa, muitas escolas não cumpriram com os prazos, não prestaram conta e não utilizaram o recurso de forma devida.

Os dados deveriam ser inseridos diretamente no PPDE Interativo, conforme ilustra a Figura 7 abaixo, que apresenta uma página do sistema preenchida por uma das escolas participantes do PAE:

Figura 7 - Página de inserção dos dados da etapa escolar

2015 PDDE Interativo

SIMEC - Sistema Integrado de Monitoramento do Ministério da Educação
Ministério da Educação / SE - Secretaria Executiva
DTI - Diretoria de Tecnologia da Informação

Impresso por: KAR

2014 PDDE Interativo 2014

PDDE Interativo 2014

Princípio Identificação Primeiros Passos Diagnóstico Plano Geral

Progressão de Preenchimento do Diagnóstico: 100%

EMEFEMTI PROFESSOR MARIO CESAR FONTES

Código INEP: 27048624
Escola: EMEFEMTI PROFESSOR MARIO CESAR FONTES
Dados da escola: Município: Arapiraca, Unidade Federativa: AL, Rede: Municipal
Ano do CENSO: 2013
12 a 14 anos Masculino: 66 Feminino: 79
15 a 17 anos Masculino: 10 Feminino: 2

Visualização
Modalidade

Informações de participante:

Modalidade	Em quais modalidades participar?	Data de nascimento
Atletismo	Sim	24/07/2000
Judô	Sim	24/07/2000
Voleibol	Não	

Número de Competidores

Quadro 1:

Faixa etária	Gênero	
	Masculino	Feminino
12 a 14 anos: Nascidos em 2000, 2001 e 2002	25	20
15 a 17 anos: Nascidos em 1997, 1998 e 1999	1	1
Total	26	21

Total de Atletas escolares por modalidade no programa Atleta na Escola 2014

Quadro 2:

Modalidade	Faixa etária	Gênero	
		Masculino	Feminino
Atletismo	12 a 14 anos: Nascidos em 2000, 2001 e 2002	36	12
	15 a 17 anos: Nascidos em 1997, 1998 e 1999	1	1
Judô	12 a 14 anos: Nascidos em 2000, 2001 e 2002	15	5
	15 a 17 anos: Nascidos em 1997, 1998 e 1999	0	0
Total		52	19

Atletismo

Tipo de prova	Posição	Atleta	Data de Nascimento	Peso do Atleta	Altura do Atleta
12 a 14 anos: Nascidos em 2000, 2001 e 2002 (Masculino).					
Arremesso de peso 4 Kg	1º				Met
	2º				Met
	3º				Met
Corrida de Resistência de 1000 metros	1º				
	2º				
	3º				
Corrida de velocidade de 75 metros	1º	BRUNO FERNANDES	18/01/2000	36	1,4
	2º	JOSÉ DIOGO GUILHERME DA SILVA	05/01/2002	38	1,46
	3º	THAWANDERSON ALVES DA SILVA	22/07/2002	37	1,45
Salto em distância	1º				Met
	2º				Met
	3º				Met
12 a 14 anos: Nascidos em 2000, 2001 e 2002 (Feminino).					
Arremesso de peso 3 Kg	1º				Met
	2º				Met
	3º				Met
Corrida de Resistência de 1000 metros	1º				
	2º				
	3º				

Fonte: Relatório de Adesão do Programa Atleta na Escola em Arapiraca (2015)

Para compreender o preenchimento dos dados, observa-se o preenchimento das informações sobre a escola no primeiro quadro com o código do INEP, nome da escola, município, estado, rede, número de estudantes referente ao censo do ano anterior, indicando o gênero masculino ou feminino para cada faixa etária.

No caso desta escola tomada como exemplo, devemos compreender que os dados da etapa escolar foram inseridos da seguinte forma:

1. **Informações dos participantes – a quais modalidades a escola aderiu:**
atletismo e judô;
2. **Quantitativo de competidores por faixa etária e gênero:**
 - 12 a 14 anos: masculino **25** e feminino **20**
 - 15 a 17 anos: masculino **1** e feminino **1**.

Total: **47** estudantes competidores
3. **Quantitativo de competidores por modalidade e gênero:**
 - Atletismo Masculino de 12 a 14 – **36** estudantes / 15 a 17 – **1** estudante
 - Atletismo Feminino de 12 a 14 – **12** estudantes / 15 a 17 – **1** estudante
 - Judô Masculino de 12 a 14 – **15** estudantes / 15 a 17 – **0** estudante
 - Judô Feminino de 12 a 14 – **5** estudantes / 15 a 17 – **0** estudante

Total: **52** estudantes do sexo masculino e **18** estudantes do sexo feminino
(Pelo total de alunos acima, é possível afirmar que alunos do mesmo sexo e faixa etária participaram nas duas modalidades);
4. **Preenchimento de informações sobre os estudantes vencedores em cada modalidade**, divididos por gênero e colocação do primeiro ao terceiro lugar. Quanto aos alunos, indicação de nome, data de nascimento, peso e também altura, no caso de provas de atletismo. Nesses casos, foram indicados o tipo de pista das corridas e a metragem do arremesso de peso e do salto em distância.

Nesta escola, compreendemos que houve um total de 47 alunos participando de atividades do PAE. As modalidades efetivamente desenvolvidas foram atletismo, com corrida de velocidade 75 metros para o masculino e o feminino de 12 a 14 anos, e judô, nas categorias meio leve (40 a 44 kg), leve (44 a 48 kg) e meio médio (48 a 53 kg) para o masculino e super leve (abaixo de 36 kg) para o feminino de 12 a 14 anos.

Ao final do preenchimento dos dados, o sistema possibilitava a inserção de fotos da etapa escolar numa galeria digital. A expectativa era que o sistema fosse alimentado com os dados das demais etapas: municipal e a estadual.

Sobre as orientações gerais do programa para gestores e professores de Educação Física disponibilizadas pela equipe responsável da secretaria municipal no tocante à realização da etapa escolar, elas não se deram de maneira efetiva, conforme indicam alguns entrevistados:

Era tudo muito vago, tudo muito corrido, tudo muito em cima, não tinha uma pré-organização pra nada, aí ficava como a gente tivesse correndo pra cumprir obrigação sem uma preparação, sem uma situação dessa de preparar pra isso né (PROF 1).

Houve na verdade uma orientação né (sic) pra nós professores realizarmos as atividades e como que nós íamos fazer lá no momento, mas não houve uma formação assim específica, direcionando [o que] a gente ia fazer. E assim, de forma mais aprofundada né (sic), não teve (PROF 3).

A gente começa com a questão das orientações né (sic). Eu acho que as orientações foram todas através do site, então a gente tinha que imprimir. Eu acho que devia ter tido uma formação mais adequada em relação a isso, chamar os professores e passar por uma formação. Nós somos os próprios árbitros da etapa, então teria essa formação. [...] não houve formação, houve uma reunião onde foi (sic) passado algumas coisas do programa, mas a maioria das informações a gente obteve no site mesmo do programa, a gente imprimia e ia tendo as orientações, mas formação, não (PROF 4).

Nós não tivemos formações nem teóricas nem práticas e as formações que nós recebemos... não foi formação, foi reunião, foi feita... a maioria dos nossos conhecimentos foi adquiridos (sic) através do site do programa (PROF 5).

Assim, constata-se que em Arapiraca não houve formação técnica para os professores de Educação Física das escolas, sendo apenas disponibilizado via portal o Manual de Orientações enquanto documento oficial para que os professores e gestores se organizassem.

O que eles oferecem é material né, que a gente pode ter acesso que tem, trata alguma coisa de conceito, mas tudo relacionado ao esporte mesmo né (sic), e até a metodologia, mas é muito teórico, nada muito prático, assim, que a gente tenha passado. Mais teórico e apostila mesmo (PROF 4).

Mesmo diante da fragilidade de orientações, os professores de Educação Física das escolas tomaram parte ativa na etapa escolar em conjunto com seus gestores, uma vez que foram responsáveis por escolher os materiais para a compra em algumas escolas; mobilizar e selecionar os alunos; organizar e realizar as provas, atuando como técnicos e árbitros, ao mesmo tempo; fotografar materiais e competições; providenciar lanche para os alunos

participantes; organizar as premiações, entre outras tarefas. Ao final das atividades, tinham o compromisso de inserir os dados no sistema do PDDE Interativo.

A gente fez um eventozinho mais ou menos festivo. Teve a competição, depois teve o momento de lanches. Então com o dinheiro né (sic), que era depositado, a gente conseguiu comprar algumas coisas pra realizar essa etapa. Teve dificuldade pra, assim, fazer tudo muito preciso (PROF 1).

Sobre os espaços disponíveis para a realização da etapa escolar, tanto a maioria das escolas da rede quanto as escolas investigadas não dispõem de espaço físico adequado para a prática esportiva. Alguns comentários dos entrevistados ratificam essa situação:

[...] o espaço físico que não tinha (COORD).

Realizamos [as atividades de] escola por escola dentro de um espaço público que é da prefeitura, que é um espaço com campo, piscina (COORD).

[Houve] limitação de espaço e de estrutura física pra realização da prática esportiva que todas as escolas, a maioria das escolas, enfrentam, eu acho né (PROF 1).

[Havia] a questão da infraestrutura, que eu já falei né, que a maioria das escolas não comporta né, realizar essa etapa (PROF 4).

A escola não tinha o espaço (EST 6).

Mediante a ausência de uma estrutura adequada para a realização da etapa escolar, algumas escolas improvisaram as provas das modalidades. Tanto nas imediações de algumas escolas, como no Centro de Apoio às escolas de Tempo Integral – CAETI, foi necessária a improvisação, sendo reconhecido como um dos limites do programa

A gente adaptou da maneira que conseguiu fazer (PROF 1).

Tivemos o problema da estrutura né, porque nós não tínhamos a estrutura necessária né (sic), então a gente teve que improvisar nesse sentido pra a gente acompanhar o que era pedido no projeto, então não tinha oferta nesse sentido. [...] os limites é a estrutura né (sic), como foi falada. Não se tinha a estrutura necessária né, nós, é, como eu falei anteriormente, nós tivemos que improvisar o local (PROF 3).

Eu acho que tudo passa pela questão da infraestrutura. As escolas elas não têm um espaço adequado pra realizar essa etapa escolar, entendeu? Em particular, a minha não tem espaço adequado pro atletismo; se for pra uma outra modalidade, não tem também o espaço adequado, porque não tem ginásio nem quadra então, nem campo, não tem nenhum espaço adequado pra isso, então se a gente não sair da escola e solicitar um outro espaço, infelizmente a escola não teria como realizar a etapa escolar (PROF 4).

Espaço físico né (sic!), nós não temos. Como eu também falei, nós não temos, não temos quadra, não temos espaço adequado, por isso que a realização da etapa escolar foi feita em um outro espaço fora da escola (PROF 5).

O Relatório de Adesão do programa não revela quais escolas realizaram a etapa escolar no CAETI. Sabe-se que das cinco escolas entrevistadas, três realizaram a etapa neste espaço em 2013, num único dia, com a participação de seus alunos nas provas que o programa determina. As demais realizaram em espaços próximos à escola, e das entrevistadas, duas afirmam que

Particpei da etapa escolar. Foi realizada no campo próximo à escola, só tinha o atletismo [...] porque tipo, era...um campo aberto... aí a gente conseguiu comprar cal, mas não conseguia, não tinha espaço pra marcar os setenta e cinco certos, os das medidas certas, mas a gente adaptou da maneira que consegui fazer (PROF 1).

Essa etapa foi realizada aqui mesmo próximo da escola, em uma pracinha e em um campo de futebol, onde eu e a outra professora, nós fizemos com que os alunos pudessem participar de forma ativa dessa etapa (PROF 2).

Como pode haver seleção de alto rendimento nestas condições, sem controle de variáveis indispensáveis? Para quê?

As fotos abaixo, mostradas na Figura 8, registraram momentos da etapa escolar do Programa Atleta na Escola em duas escolas da rede municipal de Arapiraca, em 2013. Esses registros permitem identificar a precariedade e improvisação para a realização da etapa escolar em duas unidades; uma realizou na rua em frente à escola e a outra em um campo aberto próximo à escola.

Figura 8 - Realização da etapa escolar do Programa Atleta na Escola em duas escolas da rede municipal de Arapiraca, em 2013



Fonte: Relatório de Adesão do Programa Atleta na Escola em Arapiraca (2015).

As entrevistas confirmam que tais espaços foram utilizados e revelam não só a precariedade para realização de práticas esportivas na etapa escolar do programa, como também denunciam que são esses os espaços disponíveis para suas aulas de Educação Física. Os recursos destinados só possibilitaram a compra de materiais explicitados na lista dos itens financiáveis, o que não viabilizou nenhum tipo de recurso para a construção de espaços adequados para as escolas.

Não só os professores, mas também os alunos reconheceram a necessidade de espaço e de equipamentos adequados para a prática esportiva. Alguns indicaram a necessidade de

[...] um investimento maior e o local adequado para as competições e muitos equipamentos né (sic) (EST 4).

[...] ter um local onde possamos ter isso na escola não sairmos pra outro canto e isso ser realizado só aqui (EST 6).

Outros estudantes indicaram que

[...] na escola não tem lugar adequado pra nos pular salto à distância, jogar peso, nem corrida. [...] Era para o governo fazer uma quadra melhor e fazer um campo de areia pro salto à distância (EST 5).

[...] não tinha o material suficiente (EST 7).

[...] falta materiais e locais para participar desses esportes (EST 8).

Uma afirmativa interessante foi destacada pelo estudante 4:

[...] no começo não tinha estrutura e foram descobertos vários atletas; imagine nos dias de hoje com vários incentivos e uma estrutura melhor né (EST 4).

Nota-se que os estudantes também almejam espaços disponíveis em suas escolas para a prática esportiva. Infelizmente esta não é uma realidade no nosso país. Constatamos uma limitação importante dos objetivos do PAE conforme definidos em seus documentos oficiais, pois as escolas não dispunham de uma estrutura física adequada para a realização da prática esportiva proposta.

Mesmo que os recursos financeiros tenham um meio de adquirir bens para a escola, a estrutura das escolas no país encontra-se precária, uma vez que não possuem quadras, pistas e espaços cobertos. Dados⁵³ do Diagnóstico Nacional do Esporte⁵⁴ revelam que, dos brasileiros entrevistados, 61,6% praticam esporte em instalações esportivas; destes, 32% acessam instalações pagas, 29,6% acessam instalações gratuitas e 33,35% realizam atividades esportivas em espaços públicos ou privados, sendo que 19% praticam em local com estrutura e 14,3% em local sem estrutura. Há 5,1% que realizam a prática em espaços dos condomínios ou em casa (DIESPORTE, 2016).

Segundo Taffarel (2012), a ausência de uma estrutura física de qualidade para a prática esportiva é a realidade de muitas escolas espalhadas pelo Brasil. A educação pública, os espaços e tempos necessários para o trabalho pedagógico estão precarizados, de modo que não há investimentos na escola para garantir o acesso à cultura corporal. A autora ainda afirma que não há investimentos neste campo, visto que “[...] não existe a distribuição igualitária que garante uma base nacional de qualidade da infraestrutura do nosso país sob a responsabilidade do poder público” (TAFFAREL, 2012, p. 69).

⁵³ Estudar o programa por via destes dados nos permite afirmar que não há espaços disponíveis para o desenvolvimento do esporte

⁵⁴ Essa pesquisa teve como objetivo geral identificar o grau de desenvolvimento do esporte no Brasil, visando à obtenção de subsídios para avaliar as políticas em âmbito nacional que permitam reconhecer e potencializar as práticas esportivas como geradoras de desenvolvimento econômico e social, dentro das perspectivas atuais de inserção do esporte no âmbito da sustentabilidade, que também considera o meio ambiente como sua terceira dimensão ao se focalizar os praticantes esportivos (DIESPORTE, 2016, p. 7).

Pensar nos recursos destinados para todos os municípios acerca do financiamento de programas e políticas para a estruturação de espaços para a prática da cultura corporal é ineficiente; o Brasil não está dando conta de “[...] assegurar à população espaços, tempos, equipamentos, profissionais e programas à altura do que é necessidade da classe trabalhadora”, especialmente no que diz respeito ao desenvolvimento da cultura corporal enquanto patrimônio da humanidade (TAFFAREL, 2012, p. 70).

Temos o desafio de superar este obstáculo que “[...] desvia recursos públicos para o setor especulativo parasitário da economia e não prioriza as políticas sociais dentro das quais estão as políticas educacionais e as políticas de esporte”, pois, mesmo com a realização dos Megaeventos, os investimentos foram em “megaespaços”, e a utilização destes não possibilitou a universalização da prática da Cultura Corporal (TAFFAREL, 2012, p. 71).

Mesmo diante de todos os déficits que a etapa escolar apresentou na realidade investigada, sua realização possibilitou a descoberta de talentos que posteriormente adentraram em um dado projeto social de atletismo em Arapiraca. Segundo a coordenadora do programa, este aspecto pode ser considerado como um dos pontos positivos da realização da etapa escolar:

Em particular, tenho um projeto social de atletismo que se chama “Correndo para o Futuro”, aonde esses meninos foram encaminhados para o projeto. Hoje eles são destaque, na verdade né (sic!), no cenário arapiraquense, alagoano e brasileiro, a exemplo de alguns meninos que participaram já de norte e nordeste de brasileiros escolares [...] norte e nordeste adulto também e agora, na última edição dos jogos escolares da juventude, o JEJ de dois mil e dezesseis, tivemos participação de meninos que saíram revelados do Atleta na Escola (COORD).

Esta informação apresenta um dado interessante acerca do programa pois, mesmo os alunos não participando da etapa municipal, que será destacada adiante, foram motivados por meio da etapa escolar e levados ao treinamento do atletismo no “Projeto Correndo para o Futuro⁵⁵”. Cabe destacar que, dos 1.577 alunos que participaram da modalidade de atletismo, apenas 8 foram encaminhados pelos professores de Educação Física para o referido projeto e até hoje são espelho para outros estudantes. Estes conseguiram participar de eventos que são vinculados ao “Projeto Correndo para o Futuro”, especificamente, Jogos escolares de Alagoas (JEAL) e Jogos Escolares da Juventude (JEJ). Apesar de não participarem por via de etapas

⁵⁵ Projeto social desenvolvido em Arapiraca que atende estudantes de 12 a 17 anos das redes públicas municipal, estadual e federal e da rede privada, com o objetivo de desenvolver a modalidade de Atletismo na preparação para o alto rendimento através da participação em competições municipais, estaduais e nacionais, na perspectiva da transformação através da educação em direitos humanos e diversidade, pautado nas políticas públicas do esporte (Informações fornecidas em entrevista com a coordenadora do projeto, em 2017).

do programa, a etapa escolar despertou nos alunos gosto pelo atletismo e abriu possibilidades de serem atletas.

Neste sentido, observa-se que o Programa Atleta na Escola, realizado na cidade de Arapiraca, revelou que o discurso oficial de incentivar as competições escolares possibilitou a detecção de talentos esportivos, não pelas vias previamente definidas pelo programa, mas a partir da promoção de uma de suas diretrizes: a etapa escolar.

Contraditoriamente, esta possibilidade de inserção de estudantes na prática esportiva na condição de atletas, conforme indicado acima, foi correlata à exclusão – ou restrição da participação – de muitos estudantes. Segundo relatos dos estudantes nas entrevistas, a comunicação nas escolas acerca do PAE foi algo limitado, o que sugere que nem todos os estudantes foram suficientemente informados sobre as possibilidades de participação na etapa escolar. Além disso, a etapa escolar naturalmente excluiu estudantes das escolas que efetivaram a adesão ao PAE, uma vez que o programa foi orientado pela ideia de “seleção dos melhores”, por meio da verificação do desempenho e de índices. Sobre este caráter excludente, alguns entrevistados indicaram que o PAE

[...] de uma certa forma exclui, porque nem todos têm aptidão para aquelas atividades que foram propostas né (sic), nem todos têm a vontade de participar (PROF 3).

Infelizmente ele é um programa onde ele tá é verificando desempenho e índices [...] tinha que ser uma coisa mais ampla que ele pudesse envolver a escola toda, que infelizmente ele não vai envolver a escola toda né (sic). [...] ele foca em modalidades esportivas específicas e a Educação Física é muito mais que algumas modalidades esportivas. [...] funciona como um funil que ele vai selecionando os melhores (PROF 4).

Neste sentido, a logística de avançar para uma próxima etapa, típica do modelo esportivo piramidal, afunila cada vez mais a possibilidade de promover a participação dos alunos. Com base no conteúdo das entrevistas, encontramos duas direções resultantes da etapa escolar: uma em que estudantes avançaram mesmo sem a realização da etapa municipal, e outra em que algumas escolas não tiveram estudantes que avançassem para as etapas posteriores (municipal e estadual):

Não nenhum dos meus alunos, ou equipe avançaram não (PROF 2).

Sim, alguns alunos sim. [...] apesar da etapa municipal não ter ocorrido, mas eles conseguiram é, passar pra essa etapa (PROF 4).

Participou um atleta lá da escola. A categoria dele era o infantil e ele conseguiu passar (EST 3).

Sim, foram duas pessoas (EST 4).

Sim, é, dois alunos que foram para o [estádio] Rei Pelé e conseguiram passar, mas só foram esses dois (EST 6).

De forma sintética, podemos concluir a respeito da etapa escolar do Programa Atleta na Escola, segundo depoimentos de participantes de cinco escolas da rede municipal em Arapiraca, que: muitas escolas aderiram, porém não realizaram a etapa; algumas escolas receberam o recurso e utilizaram-no da forma orientada, outras não prestaram contas; o recurso possibilitou a compra de materiais para as escolas e alguns professores consideraram isso um ponto positivo, porém, a lista de itens financiáveis limitou a compra de outros materiais e equipamentos que seriam necessários; a realização da etapa escolar ocorreu em espaços improvisados para as modalidades e tanto professores quanto alunos reconheceram a necessidade de uma prática esportiva efetiva em espaços adequados; a etapa possibilitou a identificação e encaminhamento de estudantes para participação em projeto social de atletismo no município; por conta da fragilidade na divulgação e orientação para realização do programa, muitos alunos que estavam na faixa etária do programa não tiveram a oportunidade de participar, dado pode ser constatado por meio da comparação entre o número de estudantes envolvidos e o total de alunos matriculados na rede municipal, conforme indicado no Censo Escolar; o caráter seletivo e eliminatório da etapa escolar do PAE resultou no fato de que, em algumas escolas, houve alunos que prosseguiram para a etapa municipal e em outras não.

Em suma, o conteúdo do relato dos entrevistados evidenciou dois aspectos que merecem destaque: a) o caráter emergencial e precário da etapa escolar do Programa Atleta na Escola nas cinco escolas abrangidas neste estudo; b) a contradição entre a abertura de novas perspectivas de prática esportiva tanto para professores quanto para alunos e o estreitamento das possibilidades de participação e de prosseguimento para as etapas subsequentes do PAE.

4.3.4 Etapa municipal

A etapa municipal do Programa Atleta na Escola, conforme definida nas suas orientações nacionais, não foi realizada em nenhum dos anos de execução do programa em Arapiraca (2013 e 2014). Tanto os documentos apensados ao Relatório de Adesão do município como as entrevistas realizadas sustentam essa afirmação.

No âmbito municipal, o que de fato ocorreu foi uma atividade com os alunos que avançaram da etapa escolar para a etapa municipal, no sentido de permitir a vivência do

atletismo em um espaço apropriado e com materiais adequados, de modo a incentivá-los a uma experiência concreta no que concerne à prática esportiva.

No Relatório de Adesão, encontramos cópia de um ofício da Secretaria Municipal de Educação e Esporte de Arapiraca destinado ao Diretor de Desporto Escolar do Estádio Rei Pelé, localizado em Maceió. No documento, datado em 2013, a secretaria solicitava autorização para utilização da pista de atletismo para uma atividade denominada de “Oficina de Atletismo do Programa Atleta na Escola”. Em 2014, não houve registro ou informação sobre atividade semelhante a esta. Da mesma forma, não obtivemos informações sobre resultados das competições de judô e de vôlei, que foram outras modalidades esportivas realizadas como parte do PAE em Arapiraca; menos ainda de modalidades paraolímpicas, sobre as quais não foram feitas referências documentais ou testemunhais.

Segundo a coordenadora do PAE em Arapiraca, a redução da etapa municipal do PAE a uma oficina de atletismo foi assim justificada:

[...] **o espaço físico que não tinha**, que deveríamos levar para o [estádio] Rei Pelé, que se situa na cidade de Maceió, que é a capital de Alagoas, a cento e vinte quilômetros da cidade de Arapiraca. **Esse recurso não veio, o recurso municipal não chegou aos cofres do município**, até que nós saibamos né, **não teve esse recurso disponível** para realização e inviabilizando a segunda etapa, que era a municipal e [...] conseqüentemente a estadual (COORD) (grifo nosso).

Sob estas circunstâncias, a Oficina de Atletismo foi organizada conforme descrita a seguir, tendo como base o Relatório de Adesão e as entrevistas realizadas.

Segundo a entrevistada que coordenou o PAE em Arapiraca, participaram da Oficina de Atletismo as escolas que cumpriram todos os prazos, alimentaram o sistema do PDDE Interativo com os dados requisitados, realizaram a compra de materiais esportivos e prestaram contas das despesas junto ao setor financeiro da secretaria municipal. Nota-se que as escolas que não cumpriram tais determinações não puderam participar desse momento de novas possibilidades com a prática do atletismo (única modalidade em 2013).

No Relatório de Adesão identificamos que seis escolas estavam habilitadas para participação na Oficina de Atletismo; destas, três fizeram parte da nossa investigação.

A Oficina de Atletismo ocorreu em um dia, durante o turno da manhã, das 8 horas às 11 horas, no estádio Rei Pelé, em Maceió. Foi contratado um ônibus para levar alunos, professores e gestores de Arapiraca até a capital. A responsabilidade dos gestores foi levar seus alunos para o local de encontro em Arapiraca, providenciar lanche e água e registrar as

datas de nascimento dos alunos. Foi proposta a seleção de quatro alunos destas escolas para participarem desta atividade.

Um dado interessante que aparece na lista das escolas que foram para esta atividade foi a inclusão de mais alunos do que quatro por escola, conforme inicialmente recomendado pela coordenação do programa em Arapiraca. Por exemplo, uma das escolas alcançadas neste estudo teve 11 alunos participando da Oficina de Atletismo, e outra teve 5 deles. O motivo disto, segundo a coordenação do PAE em Arapiraca, foi a demanda das escolas por mais vagas e o surgimento de vagas pelo fato de nem todas as seis escolas terem destinado alunos para participarem da oficina e, portanto, não fizeram parte do evento.

O programa em questão orientava aos professores para que cada aluno vencedor nas modalidades em que participaram na etapa escolar devesse avançar para as demais etapas, até a etapa nacional. Ao serem questionados sobre isso, dos cinco professores entrevistados, três afirmaram que nenhum dos seus alunos avançou, visto que a etapa municipal não foi realizada. Os outros dois professores, entretanto, destacaram que

Sim alguns alunos sim [poderiam avançar para a etapa municipal], é.. no salto em altura, nas corridas, é apesar da etapa municipal não ter ocorrido mas eles conseguiram passar para essa etapa (PROF 4).

Apesar de não ter acontecido a etapa municipal, mas na etapa escolar, é... eu tive aluno que se destacou na categoria infantil é... na modalidade salto em distância (PROF 5).

Nas entrevistas, os motivos relatados pelos professores sobre a não realização da etapa municipal em 2013 e 2014 foram relacionados à falta de organização e de tempo para realizar as etapas de acordo com o cronograma previsto pelo programa, ao atraso na liberação do recurso financeiro e à insuficiência no quantitativo de alunos para a realização de uma etapa de porte municipal.

Nas entrevistas, alunos e professores não descreveram com detalhes como aconteceu a Oficina de Atletismo. Alguns alunos que foram ao evento apenas afirmaram a participação, não descreveram quais atividades foram realizadas lá; um destes apenas destacou que houve uma vivência no estádio Rei Pelé para ter mais conhecimento no esporte. Desta forma, os dados da pesquisa não permitiram compreender se a Oficina de Atletismo possibilitou aos alunos novas experiências no esporte ou se foram realizadas competições, conforme a proposta original do PAE. De toda forma, supomos que o caráter seletivo da etapa escolar foi reproduzido no caso da Oficina de Atletismo, visto os critérios definidos para a participação

das escolas, a limitação da quantidade de alunos que poderiam participar e o fato de ter sido providenciado apenas um transporte para levar os alunos de Arapiraca até o local da atividade.

Por não ter sido realizada a etapa municipal do Programa Atleta na Escola em Arapiraca, não houve representação de alunos-atletas do município nas etapas estadual, regional e nacional do PAE em 2013 e 2014⁵⁶.

4.4 Programa Atleta na Escola em Arapiraca: em busca de significados

Para refletir sobre possíveis significados da experiência do Programa Atleta na Escola ocorrida no município de Arapiraca nos anos de 2013 e 2014, parece interessante destacar um dos depoimentos da coordenadora do programa durante sua entrevista. Segundo ela, a distância entre o programa idealizado nos documentos oficiais e a materialização do PAE foi um ponto negativo da experiência vivenciada no município de Arapiraca. Para a entrevistada, isso causou não só a frustração de estudantes que participaram da etapa escolar e que acreditaram que haveria uma etapa seguinte, mas também a perda da credibilidade nos professores e a descaracterização do trabalho pedagógico.

A despeito da diversidade de problemas elencados pela coordenação do Programa Atleta na Escola no município de Arapiraca e por gestores, professores e estudantes participantes da etapa escolar, indicados no item anterior, a Divisão de Educação Física/Cultura Corporal da Secretaria de Educação e Esporte de Arapiraca resumiu a situação a uma limitação da capacidade gerencial das escolas, elemento que, segundo o órgão, impediu a continuidade do programa naquele município:

O Programa Atleta na Escola, praticamente não ocorreu [em Arapiraca] em 2015, pois nos dois anos anteriores do Programa as escolas tiveram problemas na prestação de contas e na realização da etapa escolar, o que inviabilizou a realização da etapa municipal nos três anos de vigência do programa. A partir disso, o que se pode constatar é a falta de preparo dos gestores das escolas municipais para lidar com os programas que são aderidos pelo município, visto que tanto as escolas quanto o município acabam perdendo recursos que poderiam viabilizar melhorias para o desenvolvimento do trabalho pedagógico com a Educação Física e contribuir para o incentivo à prática esportiva por parte dos estudantes (RELATÓRIO DA SEÇÃO EDUCAÇÃO FÍSICA, 2015, p. 8).

⁵⁶ Segundo a Coordenadora do PAE em Arapiraca, não houve as etapas Estadual (Alagoas) e Nacional em 2013 e 2014. A justificativa foi porque o programa teve falhas na sua efetividade e na sua resolução, dessa forma não aconteceu em todos os estados.

Consideramos que interpretações desta natureza, além de reproduzirem a tendência de identificação de culpados para justificar problemas e fracassos no campo educacional, pouco contribuem para a compreensão dos fenômenos além de sua aparência imediata.

No caso do Programa Atleta na Escola, Reis (2015) afirma que as diretrizes do programa apontam fragilidades e equívocos entre o marco teórico-conceitual e o desenho técnico-operacional. Ou seja, embora o PAE suponha a democratização do esporte, a disseminação de valores desportivos e a formação de atletas, o que ele opera é a redução da Educação Física nas escolas à perspectiva da massificação esportiva (REIS, 2015). Segundo Nascimento *et al* (2015, p. 1), o Programa de Formação Esportiva Atleta na Escola foi uma “[...] política esportiva de conteúdo educacional vinculada à produção, identificação e qualificação de novos talentos [...]”, que acabou por se constituir em “[...] uma ação que se alinha no sentido de legitimar outras ações e políticas específicas, relacionadas ao setor esportivo hegemônico, o EAR” (NASCIMENTO, 2016, p. 15). Considerando essas reflexões e tomando por base a realidade investigada, é possível afirmar que o PAE ficou muito distante de uma “[...] perspectiva de formação educativa integral que concorra para a elevação do desempenho escolar e esportivo dos alunos” (BRASIL, 2013), conforme anunciado oficialmente.

Um aspecto importante a considerar a partir do artigo 3º do Decreto nº 7.984/2013, que trata das normas gerais do desporto no país, é que existe um “anacronismo” ao se conceber o esporte no espaço escolar (REIS, 2015). Num espaço educacional, não se deve conceber uma formação esportiva com o fim de atingir resultados e selecionar talentos esportivos, como se configura o esporte de alto rendimento, porque isso é contrário ao que se espera dos projetos político-pedagógicos das escolas, desprezando a realidade escolar, a comunidade e impondo modalidades que não possuem estrutura para serem realizadas (NASCIMENTO, 2016).

O corpus documental e as entrevistas realizadas permitiram compreender que a realização da etapa escolar do Programa Atleta na Escola nos anos de 2013 e 2014 na rede pública municipal de Arapiraca, apesar de todos os problemas e limitações, representou uma oportunidade de incentivo à prática esportiva em escolas públicas. Além disso, a experiência do programa pode ter sido uma possibilidade de experimentação de relações sociais distintas daquelas que predominam em aulas de Educação Física nas escolas, tanto para gestores como para professores e alunos. Para estes, em especial, pode ter sido a primeira vez que alguns tenham vivenciado episódios de competição esportiva em aulas de Educação Física, o que pode estimular o gosto pela prática esportiva. Por outro lado, o caráter pragmático e pontual

do programa acabou por revelar um uso instrumental da prática educativa a cargo das escolas, e ao mesmo tempo um uso instrumental da capacidade formativa dos professores de Educação Física. Ao contrário de estimular o aperfeiçoamento profissional para articular a prática esportiva aos conteúdos da Educação Física, e mesmo ao projeto político-pedagógico das escolas, no PAE o professor foi visto como aquele que só prepara a competição, mede tempo, mede distância, não sendo identificado como um agente para o esporte. Enfim, o programa fez parte de um conjunto de medidas sobrepostas, que não apresentaram articulação no sentido da formação esportiva, que deveriam estar formalmente articuladas em relação à métrica, ao rendimento. Uma vez findado o PAE, pareceu difícil identificar sua efetiva razão de ser para a política educacional do município de Arapiraca, visto que não se tem conhecimento de que a incorporação da prática esportiva nas escolas tenha resultado em uma prática formativa efetiva e sistemática. Verificou-se que o município realizou uma política nacional, sem, contudo, dizer como esse programa se articulava com os objetivos da Educação Física em Arapiraca, para retirar dessas experiências o que realmente interessava e não somente agir como mero executor de um programa nacional.

Após tratar das bases legais e conceituais do PAE em nível nacional e descrever o programa a partir da experiência de escolas da rede pública de Arapiraca, no próximo capítulo explicitaremos as categorias mais significativas, segundo nosso ponto de vista, que emanaram da análise do conteúdo das entrevistas realizadas.

5 A EXPERIÊNCIA DO PROGRAMA ATLETA NA ESCOLA EM ARAPIRACA SOB O PONTO DE VISTA DOS SUJEITOS PARTICIPANTES

Este capítulo trata dos aspectos teórico-metodológicos da pesquisa relativos à utilização da técnica de análise de conteúdo para o tratamento dos depoimentos dos sujeitos que foram entrevistados no estudo. O objetivo deste capítulo é explicitar categorias de conteúdo emanadas das declarações dos entrevistados (coordenadora 5 professores, 8 estudantes), consideradas aquelas mais significativas para aprofundar a compreensão de potencialidades, limites e contradições da experiência vivenciada por esses sujeitos junto ao Programa Atleta na Escola, desenvolvido em Arapiraca nos anos de 2013 e 2014.

Após uma breve descrição dos passos adotados na aplicação da técnica de análise de conteúdo para tratamento do corpus das entrevistas, serão apresentadas e discutidas as categorias *formação esportiva escolar, democratização da Educação Física, precarização da/na formação*.

5.1 BREVE DESCRIÇÃO DO TRATAMENTO DO CONTEÚDO DAS ENTREVISTAS:

Como forma de análise de dados, foi escolhida para nossa pesquisa a *análise de conteúdo*, técnica que é utilizada em pesquisas qualitativas, sendo um recurso para analisar as mensagens transcritas das entrevistas realizadas com os sujeitos envolvidos, neste caso: 1 coordenadora, 5 professores e 8 estudantes, todos diretamente envolvidos com o Programa Atleta na Escola, conforme realizado em Arapiraca nos anos de 2013 e 2014.

Segundo Bardin (1988, *apud* SOUZA JÚNIOR; MELO; SANTIAGO, 2010), a análise de conteúdo se dá a partir de três etapas: 1. Pré-análise: organização do conteúdo expresso nas transcrições das entrevistas; 2. Exploração do material: identificação das ideias e mensagens mais significativas, considerando a problemática e os objetivos da investigação e 3. Tratamento dos dados e interpretação: codificação do material, através da categorização dos dados, de modo a definir as categorias emanadas do conteúdo das entrevistas que melhor poderiam explicitar o objeto de estudo.

Após a audição da gravação das entrevistas, foi feita a transcrição literal de cada uma delas. As transcrições foram então submetidas à leitura e releitura atentas, de modo a conhecer o corpus das entrevistas em seu conjunto. Após, as transcrições foram agrupadas de duas formas: por tipo de sujeito entrevistado e por tipo de pergunta constante nos roteiros de entrevista, independente de quem tivesse sido o respondente. A leitura do material com esses

dois tipos de agrupamento permitiu conhecer o conjunto de argumentos dos respondentes, contribuindo para o conhecimento do material a ser analisado e permitindo a percepção de tendências e/ou ênfases nas respostas. Esse material constituiu as unidades de contexto, as quais contribuem para a apreensão da “[...] dinâmica do objeto de estudo na realidade empírica” (SOUZA JÚNIOR; MELO; SANTIAGO, 2010, p. 37). O agrupamento que teve por base as perguntas dos roteiros de entrevista teve como parâmetro as seguintes unidades de contexto: implementação do Programa, avaliação do Programa, papel da escola, desempenho esportivo.

Após essa pré-análise, a leitura do material já organizado buscou identificar trechos dos depoimentos mais claramente relacionados à hipótese e aos objetivos da pesquisa; uma nova leitura atentou para aspectos que poderiam ter passado despercebido e que também poderiam contribuir com a compreensão do objeto. Nesse momento, realizamos o recorte das falas que possibilitaram responder ao problema de investigação, de modo a identificar as principais mensagens em cada unidade de contexto.

Os trechos recortados constituíram as unidades de registro⁵⁷, agrupadas, inicialmente, por unidade de contexto, visto que cada uma delas atribui às unidades de registro “[...] um sentido engajado, ou seja, corresponde ao segmento da mensagem que, pela dimensão superior, propicia entender o significado de registro” (BARDIN, 1988, p. 107, *apud* SOUZA JÚNIOR; MELO; SANTIAGO, 2010, p. 37). As unidades de registro orientaram a nossa análise, pois a partir delas queríamos ver como o programa foi implementado, como as pessoas que vivenciaram o programa o avaliaram, qual foi o papel da escola e como o desempenho esportivo aconteceu.

Após este exercício, a última etapa teve como focos o tratamento e a interpretação dos dados, buscando responder à problemática do estudo. Tratamos minuciosamente as unidades de registro, elencando temas, palavras ou expressões que apresentassem ambiguidades, similaridades ou contradições dos elementos codificados. Esse exercício resultou na identificação de três grandes conjuntos a partir dos quais as unidades de registro foram reagrupadas e categorizadas. Esses conjuntos definiram as categorias de conteúdo que, segundo a análise que realizamos, permitiram a atribuição de sentidos significativos ao nosso objeto de estudo. São elas: *formação esportiva escolar, democratização da Educação Física e precarização da/na formação*. Tais categorias de conteúdo, que dizem respeito à

⁵⁷ “Unidade de registro é uma unidade de significação a ser codificada e corresponde ao menor segmento de conteúdo a ser considerado como unidade de base, visando à categorização, podendo ser de natureza e dimensões variadas” (BARDIN, 1988, p. 104-105, *apud* SOUZA JÚNIOR; MELO; SANTIAGO, 2010, p. 37).

especificidade do objeto e à finalidade da investigação (KUENZER, 1998), foram definidas pelo fato de expressarem a contradição existente entre o marco teórico-conceitual e o desenho técnico-operacional, além de revelarem limites e possibilidades que o Programa Atleta na Escola apresentou, a partir da sua realização em 2013 e 2014, em Arapiraca.

5.2 CATEGORIAS DE CONTEÚDO DA PESQUISA

5.2.1 Formação esportiva escolar

Tratar de formação esportiva é compreender que para tal é necessário uma organização, estruturação e planejamento pelos órgãos responsáveis. Esta estruturação orienta a detecção, formação, seleção e promoção de talentos esportivos (DE BOSSCHER et al, 2008; DIGEL, 2002; MEIRA e BASTOS, 2011; KLEIN MEES, 2014).

De acordo com Bojinkian e Silva (2007), as políticas públicas e entidades de administração do esporte não apresentam um planejamento e uma estrutura para a formação de atletas para o Brasil. Corroborando a interpretação dos autores, apontamos nosso objeto como reflexo disso.

A formação esportiva escolar do Programa Atleta na Escola em Arapiraca reproduz diversos aspectos que são característicos de programas como este. Identificamos, em tais políticas esportivas voltadas para o esporte educacional, a desorganização e descontinuidade, elaboradas “[...] sob um formato personalista, com vistas a atender as demandas de um setor esportivo hegemônico – o EAR, [...] uma política diretamente ligada aos interesses olímpicos e a realização dos megaeventos” (NASCIMENTO, 2016, p. 178-179).

Podemos considerar, segundo o Prof 4, ao se referir às possíveis contribuições do Programa Atleta na Escola para a formação esportiva, que “[...] infelizmente ele é um programa onde ele tá é verificando desempenho e índices”, o que reforça a ideia de que o PAE “[...] ele não contribui pra o desenvolvimento escolar esportivo” (COORD). Em outras palavras,

[O PAE] não tem ajuda no desempenho escolar de forma nenhuma né, porque foram atividades, assim, que não aconteciam regularmente, foi uma atividade esporádica né, (sic) então não tinha como determinar alguma coisa no sentido de desenvolver o desempenho escolar do aluno de forma nenhuma (PROF 3).

Isso reflete o modelo de formação esportiva que se tem na atual conjuntura, uma formação direcionada para o esporte de alto rendimento. O PAE utilizou o espaço da escola como palco privilegiado para a massificação esportiva, sendo os megaeventos esportivos motivadores nas políticas esportivas, onde cada ciclo olímpico prevê uma organização da base esportiva nacional (MASCARENHAS, 2012).

Nesta direção, um dos objetivos do programa foi a identificação e orientação de jovens talentos, o que chegou a acontecer em Arapiraca durante a realização da etapa escolar. Os entrevistados reconheceram a importância da descoberta de talentos e, para além disso, a possibilidade e oportunidade de se inserir estudantes em projetos esportivos e competições esportivas locais, regionais e nacionais, como ilustram as citações a seguir:

Hoje eles são e têm destaque, na verdade né (sic!), no cenário arapiraquense, alagoano e brasileiro, a exemplo de alguns meninos que participaram já de norte e nordeste de brasileiros escolares, é, norte e nordeste adulto também, e agora, na última edição dos jogos escolares da juventude, o JEJE dois mil e dezesseis, tivemos participação de meninos que saíram revelados do Atleta na Escola (COORD).

Alguns alunos né (sic), que a partir do programa né (sic!) eles conseguiram se destacar no caso do atletismo, mais em relação a isso (PROF 4).

Sim, porque temos um atleta chamado [...] que ele já viajou muito, viajou pra João Pessoa, norte e nordeste todo (EST 3).

Através desse projeto pode conhecer novos atletas (EST 3).

[...] foram descobertos vários atletas (EST 4).

Sim, foi muito importante, porque através desse evento foram descobertos vários atletas em Arapiraca (EST 4).

Eu acredito ser importante porque dá pra descobrir novos talentos (EST 7).

[...] que ele continue para descobrir novos talentos (EST 7).

Considerando nossa inserção na rede pública de Arapiraca na área da Educação Física, supomos que a descoberta de talentos se deva propriamente à realização do programa. Segundo o depoimento a seguir, o PAE

[...] foi uma porta de entrada, não que eles se mantiveram na modalidade por conta do projeto, né, Atleta na Escola, mas foi uma porta que levou eles a ingressarem em outros projetos (PROF 4).

Apesar de as ações⁵⁸ do PAE não terem acontecido de forma efetiva em Arapiraca, a participação dos estudantes possibilitou o destaque destes em algumas provas, permitindo sua participação e permanência no treinamento das modalidades nas quais se destacaram como jovens talentos. Possivelmente, se o PAE não tivesse ocorrido nas escolas, os estudantes não teriam sido identificados, visto que, segundo os professores entrevistados, a modalidade atletismo não fazia parte dos conteúdos de ensino, nem tampouco como esporte de alto rendimento.

A detecção de talentos esportivos é uma das ações localizadas na política setorial para EAR, pois seu objetivo é fomentar o esporte de base, visando à prática neste horizonte. O Plano Decenal de Esporte e Lazer (PDEL) se projetou a partir da III Conferência Nacional de Esporte⁵⁹ em 2010, definindo metas para o Brasil se tornar, no prazo de 10 anos, uma potência olímpica, a partir de linhas estratégicas e ações para o desenvolvimento do EAR (MASCARENHAS, 2012).

Nesta perspectiva, a implementação de programas e projetos de esporte de cunho educacional seguem a mesma direção, visto que a política nacional para o esporte está voltada para EAR.

Neste sentido, indagamos como é possível identificar e/ou tornar um estudante um atleta que, em menos de três anos, possa contribuir para colocar o Brasil entre os 10 primeiros países nos Jogos Olímpicos e entre os 5 primeiros nos Jogos Paralímpicos? Esta questão nos faz pensar o modo precário de formação esportiva que se tem. Uma formação que só visa à preparação para o EAR, ou seja, forma anacrônica que reflete a continuidade do Modelo Piramidal Esportivo.

Segundo Mess (2014, p. 93), para o Brasil se tornar uma potência olímpica, “[...] os investimentos devem ser direcionados para a criação de um efetivo sistema que fomente a detecção de talentos, o encaminhamento, a formação, o desenvolvimento e o aperfeiçoamento de atletas de diversas modalidades olímpicas”. Colocar o país em evidência no cenário

⁵⁸ Ações do PAE: a primeira era a realização das etapas escolar, municipal, estadual e nacional, e a segunda, a orientação e encaminhamento dos jovens talentos identificados na etapa nacional para os centros de iniciação esportiva.

⁵⁹ O setor esportivo do país adotou uma nova postura, um novo redirecionamento após os Jogos Pan Americanos de 2007, mediante a escolha do Brasil para sediar a Copa do Mundo FIFA, de 2014, e o os Jogos Olímpicos de 2016. A realização desses megaeventos foi a temática que recebeu destaque nas Resoluções da III Conferência Nacional do Esporte, deixando de lado as demais temáticas que direcionavam para a democratização do esporte. Nesta III Conferência foi proposto o Plano Decenal de Esporte e Lazer (PDEL), o qual foi construído a partir de metas e ações em torno de 10 pontos, em 10 anos, para projetar o Brasil entre os 10 mais. Fato que acabou por balizar muitas das políticas, programas e ações do setor esportivo nos últimos anos (MASCARENHAS, 2012).

esportivo não parece ser o papel da escola, nem da Educação Física – embora possam contribuir para isso –, nem tampouco será resultado de programas sem continuidade.

A precariedade estrutural para a prática esportiva no contexto das escolas do Brasil é enorme, porém estas se submetem a tais programas vindos de cima para baixo para não perder o mísero recurso que é destinado, como foi o caso da adesão ao PAE, um programa de formação esportiva que almeja formar atletas que valem R\$3,00 cada. Nota-se o caráter emergencial e pontual de destinação dos recursos públicos para democratizar o acesso ao esporte e difundir valores olímpicos e paralímpicos entre os estudantes através deste programa:

Não é um trabalho contínuo, ele é um trabalho pontual e, reafirma dizer, trabalhos pontuais são emergenciais e o que é emergencial nem sempre é pedagógico. [...] O Programa Atleta na Escola ele é um emergencial para as olimpíadas, ele foi um emergencial para as olimpíadas ou para as futuras. [...] Ou o Brasil começa a trabalhar de forma contínua para a formação pedagógica e esportiva dessas crianças e jovens ou será fadado ao fracasso mais uma vez e teremos que exportar atletas ou levar eles pra treinar fora do Brasil pra voltar pra cá, então, nem na parte pedagógica, nem na parte esportiva ele surtiu efeito... no (sic) meu ver (COORD).

Neste sentido, características como descontinuidade, falta de articulação com programas de cunho educacional e falta de previsão orçamentária explicam porque o PAE permaneceu em vigor somente em 2013 e 2014 e foi suspenso em 2015, em Arapiraca e no resto do Brasil. A justificativa oficial, segundo Nascimento (2016), foi a ausência de recursos para permanecer no quadro de programas que deveriam legitimar a política pública de esporte no país.

Considerando as possibilidades que o Programa Atleta na Escola permitiu para os entrevistados, destacamos que o conhecimento e o gosto pelo esporte, a oportunidade de continuar na modalidade e valores típicos da prática esportiva foram aspectos que demonstram como a massificação esportiva se revelou nesta experiência:

Esse é um pontapé inicial para que os nossos alunos tomem gosto (PROF 2).

Ela despertou em alguns alunos a possibilidade de continuar na modalidade (PROF 4).

Ajudou todo mundo a vivenciar o esporte e saber como era o atletismo (EST 1).

É foi bom, eu conheci o atletismo e até hoje eu tô (sic) no atletismo (EST 3).

Sim, ajudou no esporte porque a gente viaja e não pra (sic) ganhar medalha e sim pra (sic) ganhar conhecimento e respeito aos outros (EST 3).

Sim, que ele continue para descobrir novos talentos. Como eu tinha dito antes, é que é uma questão de muitas pessoas terem um talento pra (sic) tais esportes e não

saberem que têm esse tipo de talento e a partir do tempo que eles... do instante que eles fazem parte de uma competição, que eles [...] têm o primeiro contato com o esporte, o atletismo, qualquer modalidade, eles se encontram (EST 7).

Tiveram (sic) alguns alunos que se interessaram, tipo, eu fui o que mais se (sic) interessei, estava esperando muito tempo e insistindo com meu professor (EST 7).

Os esporte (sic) é muito importante para nós (EST 8)

O PAE também permitiu a alguns estudantes de escolas públicas de Arapiraca a possibilidade de desempenhar atividades que outrora não faziam parte do seu contexto esportivo escolar e de sonhar com a chance de se tornarem atletas das modalidades oferecidas na etapa escolar:

Porque alguns alunos, é, não praticavam nenhum tipo de atividade física, exercício físico, nada, e a partir desse programa eles é... se sentiram interessados (PROF 2).

Quando o aluno ele está, ele ingressa em algum esporte, quando ele não tem oportunidade nenhuma e ele ingressa num esporte, [...] ele vê ali uma oportunidade de futuro (PROF 4).

se nós gostar desse esporte, ser profissionais (EST 8)

Apesar da prática esportiva por intermédio do PAE ter ocorrido na perspectiva da massificação esportiva, o programa possibilitou, segundo os estudantes, contribuições no que diz respeito à formação escolar:

Sim, nos estudos melhorou em tudo (EST 2).

E no ensino também a nota melhorou muito (EST 3).

Depois disso eu fiquei melhor nas notas e comecei a estudar melhor (EST 5).

Já preparava os estudos pra (sic) de manhã e fumo (sic). Assim, aí... e os esportes nos ajudou (sic) também. [...] Isso ajuda no desempenho escolar e no futuro também né, porque algumas pessoas que tem na escola participam e tem o futuro melhor ainda. [...] Isso não era uma perca (sic) de tempo, era um esporte que mais na frente vai lhe ajudar (EST 6).

Bom, isso me ajudou muito na escola com, é..., junto ao meu estudo (EST 7).

Porque ele desde tá ajudando nós também para nós se interessar (sic) por alguma coisa (EST 8).

Ainda neste contexto, o comportamento também foi um item apontado:

Sim, pra mim me ajudou bastante porque... antigamente, antes de eu conhecer o atletismo eu era um... menino rebelde né, [...] que só gostava de arruaçar (EST 1).

Melhorar muita gente lá na escola, com muita gente, bagunça, tem nota ruim, e através do esporte ele vai conseguir melhorar isso (EST 3).

Na entrada no esporte tem que ter muita disciplina na escola, então a gente foi sempre incentivado por a (sic) professora, e isso melhorou bastante os dias de hoje (EST 4).

Porque antes eu não queria... não sabia nem disso aí, ficava só bagunçando a sala e depois disso eu fiquei melhor nas notas e comecei a estudar melhor (EST 5).

Bom, isso me ajudou muito na escola com... é... junto ao meu estudo e ao meu comportamento, porque eu era uma pessoa meio assim, complicada, tinha notas baixas (EST 7).

Apesar das “contribuições” indicadas nas falas de alguns entrevistados, o esporte oportunizado através do Programa Atleta na Escola correspondeu ao modelo esportivo hegemônico, caracterizado por

Sobrepujar a si mesmo, o seu semelhante e a natureza, de demonstrar quem são os mais altos, os mais fortes e mais velozes [...], ter o domínio de técnicas que nem todos possuem, condição econômica, conseguir superar recordes, possuir estrutura, vestimentas e equipamentos adequados para as provas das modalidades (TAFFAREL et al, 2013, p. 59).

A partir das falas anteriormente apresentadas, identificamos sujeitos que foram submetidos à lógica da formação esportiva escolar na perspectiva de um programa que chegou com o discurso belo, antigo e vazio que almeja revelar atletas em potencial na escola. Como já destacado, programa sem continuidade, que não leva em consideração as escolas das diferentes regiões do país e que apenas se alinhou ao plano Brasil medalhas para evidenciar o país no cenário internacional (MARTINS E PAIXÃO, 2014). Eis uma brincadeira de formação esportiva com dinheiro público.

Entendemos que a escola é um espaço de formação privilegiado que, através da dimensão pedagógica, “[...] consiste na socialização do saber sistematizado e não ao saber fragmentado, à cultura erudita e não à cultura popular” (SAVIANI, 2005, p. 14). Sendo o conhecimento sistematizado oferecido aos estudantes através da ação educativa, consideramos o esporte como conhecimento da Educação Física que deve ser transmitido no espaço escolar.

A prática do esporte, na condição de elemento da formação esportiva escolar, deve aparecer para além do desempenho escolar e do auxílio no comportamento dos alunos. O esporte é um elemento da cultura corporal que tem grande potencial para desenvolver a humanização de homens e mulheres, deve ser utilizado no espaço da escola de forma emancipada para desenvolver habilidades, prazer e alegria, elevando a capacidade teórica e

desenvolvendo a personalidade dos estudantes numa perspectiva de formação humana que supere o modelo esportivo hegemônico (TAFFAREL *et al*, 2013). Isto deve ser direito de todos os indivíduos e garantido de forma abrangente, pois é um dos bens que a humanidade produziu e deve ser transmitido para as novas gerações. Entretanto, o que predomina é o fato de que

Os estudantes passam anos e anos nas escolas sem nada aprender em relação à Cultura Corporal/Educação Física e Ciências do Esporte. Ou ainda, aprendendo unilateralmente uma única modalidade, quando não reproduzem durante anos e anos o seu saber limitado sobre alguma modalidade na escola quando o professor “dá a bola” para jogar (HILDEBRANDT-STRAMANN; TAFFAREL, 2009, p. 12).

É neste horizonte que questionamos: que “[...] perspectiva de formação educativa integral [...] para a elevação do desempenho escolar e esportivo dos alunos [...]” (BRASIL, 2013) o Programa Atleta na Escola desenvolveu, não só em Arapiraca, mas em todo país?

Para se conceber uma formação integral, ou seja, o desenvolvimento total das capacidades humanas, é necessário “[...] um desenvolvimento total, completo, multilateral, em todos os sentidos, das faculdades e das forças produtivas, das necessidades e da capacidade de sua satisfação” (MANACORDA, 2007, p. 87). A educação omnilateral compreende o desenvolvimento total das capacidades humanas produtivas e de consumo que o ser humano pode possuir a partir de bens materiais e espirituais construídos por eles (MARX *apud* MANACORDA, 2007).

Mediante a experiência do Programa Atleta na Escola investigada, a perspectiva de formação encontrada revela uma formação unilateral, por meio de um processo educativo fragmentado de apropriação cultural, que se constituiu pela negação do acesso aos conhecimentos da cultura corporal, neste caso o esporte.

Isto pode ser encontrado na visão do estudante 1, que explicita a necessidade do trato com o esporte de modo a elevar as capacidades dos estudantes:

Eu considero que tenha mais um pouco de exigência é com o esporte e não ter, tipo... frescura de [...] não querer colocar e tipo... não só na aula que a gente tem que saber o assunto e, sim, também a teoria e procurar vivenciar o esporte, ter pelo menos dia de aula pra (sic) que a gente possa é ver como é o esporte de dentro, de hoje, tipo o atletismo. Temos que vivenciar não só em aula explicando como é, [...] sem saber como se corre um cem ou cento e dez com barreira e lançar um disco ou um dardo (EST 1).

Ideia semelhante foi exposta pelo professor 5 sobre as possibilidade do PAE para a formação global dos estudantes:

Eu acho que não (risos), porque era tudo muito vago, tudo muito corrido, tudo muito em cima, não tinha uma pré-organização pra (sic) nada, aí ficava como [se] a gente tivesse correndo pra (sic) cumprir obrigação sem uma preparação, sem uma situação dessa de... preparar pra isso, né (PROF 5).

A formação esportiva escolar promovida pela experiência do Programa Atleta na Escola, conforme ocorreu em Arapiraca, ocorreu sob o predomínio de uma formação unilateral, nos moldes da perspectiva hegemônica das políticas de esporte no país, apesar das contribuições destacadas por vários entrevistados. Tais contribuições não alteraram o fato de que a formação esportiva escolar materializada pela experiência do Programa Atleta na Escola continuou distante de uma perspectiva orientada pela ideia de universalização da prática esportiva como patrimônio da humanidade, ensinada e praticada de forma emancipada. É possível constatar que existe a necessidade de repensar a forma como os programas voltados para a prática esportiva vêm sendo trabalhados no espaço escolar, apontando para um horizonte diferente.

5.2.2 Democratização da Educação Física

Pensando no *educar*, ao invés de *ganhar*, entendemos que o esporte como conteúdo da Educação Física é um conhecimento necessário para a apreensão do desenvolvimento sócio-histórico das próprias atividades corporais e à explicitação das suas significações objetivas. [...] “Tal conteúdo surgem de grandes temas da cultura corporal e podem ser vistos quase como uma grande e abrangente classificação, suscetível de ser sistematizada em nível escolar, em todos os graus do ensino fundamental e médio”(COLETIVO DE AUTORES, 1992, p. 64).

Segundo Reis (2015, p.161) “Incentivar e democratizar as práticas esportivas dentro da escola” é um dos eixos de ação do PAE que aparece como possibilidade de ampliar experiências esportivas para os estudantes nas escolas do país. A partir deste aspecto, questionamos os professores se, no ponto de vista deles, o PAE havia ampliado as possibilidades e a democratização da prática de educação física nas escolas. As ideias mais significativas das respostas a tal questão foram as seguintes:

De um do conteúdo da Educação Física só, né, não de todos. A gente não pode se limitar só a esse, né (PROF 1).

Com certeza eu acho que esse programa só veio pra (sic) alavancar mais ainda a nossa Educação Física no nosso município porque até então é... não tinha nada de nenhum programa tão voltado para o nosso alunado como esse. Então acho que sim,

é... vai ampliar sim a possibilidade da prática da Educação Física nas escolas (PROF 2).

De forma nenhuma... é uma coisa que até limita, né, o aluno (PROF 3).

Eu não creio, né, que venha ampliar as possibilidades e a democratização e prática da Educação Física (PROF 3).

A questão da democratização não. [...] ampliar as possibilidades da prática da Educação Física não; das possibilidades ele pode ampliar pra (sic) questão esportiva (PROF 4).

[...] das informações que nós obtivemos no site, era um programa muito rico, porém foi um programa que aconteceu num período muito curto e não deu pra gente é... avaliar é... alguns aspectos (PROF 5).

Com exceção do professor 2, que respondeu afirmativamente ao questionamento, e do professor 5, que considerou difícil avaliar o tema, os demais professores consideraram que o PAE apresentou mais limites do que possibilidades para a prática esportiva e não possibilitou a democratização da prática da Educação Física para além da questão esportiva. É significativo o fato de que os professores reconhecem que os conteúdos da Educação Física não se resumem ao esporte.

Considerando o número de alunos que participaram do programa em 2014 (1.923 estudantes) e a quantidade de estudantes matriculados rede pública no ano anterior e que se enquadravam na faixa-etária prevista pelo PAE (5.039 estudantes), é possível dizer que o programa não esteve ao alcance de boa parte dos alunos da rede pública de Arapiraca. De certa, forma, isso indica limitações para se afirmar que o PAE tenha, efetivamente, promovido a democratização da prática esportiva. Além disso, nem todas as escolas da rede pública de Arapiraca aderiram ao programa; das 56 escolas da rede municipal, 31 aderiram em 2013 e 24 em 2014, conforme o mapa de adesão das escolas via SIMEC.

Embora seja difícil afirmar com precisão quantos alunos tenham sido inscritos em mais de uma modalidade esportiva, a Tabela 4 – Quantidade e percentual de estudantes participantes do PAE em Arapiraca em 2014 – Etapa escolar – permite que se tenha uma ideia do alcance do Programa Atleta na Escola, como se vê a seguir:

Tabela 4 – Quantidade e percentual de estudantes participantes do PAE em Arapiraca em 2014 – Etapa escolar

Escolas	Total de alunos	Quantidade de alunos participantes do PAE	Percentual de alunos participantes do PAE
1*	85	55	65
2	150	70	47
3	461	156	34
4	633	88	14
5	596	85	14
6	53	20	38
7	675	37	5
8	219	128	58
9	151	111	74
10	112	34	30
11*	247	207	83
12	366	55	15
13	309	54	17
14	274	80	29
15	179	70	39
16	216	70	32
17	345	31	9
18	731	25	3
19	112	39	35
20	226	59	26
21	744	300	40
22	373	100	27

Fonte: Relatório de Adesão do Programa Atleta na Escola em Arapiraca (2015).

* Participação de alunos em mais de uma modalidade.

A variação de percentuais de estudantes matriculados nas escolas participantes do PAE em 2014 no município de Arapiraca e que participaram da etapa escolar é significativa: de 3% a 83%. Motivos referentes ao interesse pessoal, falta de informações concretas e de orientações foram aspectos que podem ter determinado a não participação dos demais alunos. Deve-se destacar também a precariedade de estrutura física, a falta de pessoal docente e mesmo o interesse de gestores e de professores de Educação em aderirem ao PAE como possibilidades explicativas do limite do alcance do programa. Entretanto, entendemos que não se deve destacar o fato de que o PAE, por sua orientação pautada pela lógica do EAR, pode não ter sido suficientemente atrativo para envolver mais escolas.

Quando se trata de Educação Física, consideramos que ela deve ser vista como “[...] uma prática pedagógica, que no âmbito escolar tematiza formas de atividades expressivas corporais como: jogo, esporte, dança e ginástica, formas estas que configuram uma área de

conhecimento que podemos chamar de Cultura Corporal” (COLETIVO DE AUTORES, 1992, p. 50). Como afirmam Escobar e Taffarel (2005, p. 17),

[...] o objeto de estudo da Educação Física é o fenômeno das práticas cuja conexão geral ou primigênia – essência do objeto e o nexos interno das suas propriedades – determinante do seu conteúdo e estrutura de totalidade é dada pela materialização em forma de atividades – sejam criativas ou imitativas – das relações múltiplas de experiências ideológicas, políticas, filosóficas e outras, subordinadas à leis histórico-sociais.

Ainda segundo as autoras, a Educação Física é um campo de conhecimentos e saberes a partir dos quais os conteúdos são selecionados e organizados no currículo escolar, levando em consideração o que diz respeito a sua contemporaneidade, adequação ao desenvolvimento do indivíduo e finalidades educacionais que deveria se orientar para a emancipação humana.

A partir das constatações nas entrevistas, identificamos que o esporte, no caso do Programa Atleta na Escola, não foi propriamente tratado enquanto conteúdo da Educação Física, pois foi reduzido à ideia da massificação esportiva no sentido do rendimento, conforme discutimos nos capítulos 2 e 3 desta dissertação e como ilustram alguns depoimentos de entrevistados:

Infelizmente ele é um programa onde ele tá é verificando desempenho e índices. [...] vai selecionar os melhores, [...] funciona como um funil que ele vai selecionando os melhores (PROF 4)

Na etapa escolar eu tive aluno que se destacou na categoria infantil é... na modalidade salto em distância (PROF 5).

As possibilidades de democratização da Educação Física como espaço de formação foram restritas pela lógica da participação de estudantes nas etapas propostas, de caráter eliminatório e classificatório, sob um formato de eventos com a lógica de campeonatos, na qual o aluno com performance esportiva é selecionado para a etapa posterior.

Programas como o PAE nos fazem refletir sobre qual a intenção do Estado brasileiro em difundir essas ações em espaço escolares. Considerando a leitura histórica de como o Estado se colocou frente ao esporte e à Educação Física, pode-se afirmar que o esporte de alto rendimento aparece como prioridade para evidenciar o país no cenário internacional. Para tanto, adota-se o modelo piramidal esportivo, o qual necessita de uma base quantitativamente maior para ir sendo afunilada, sendo o espaço da escola alvo para essa suposta

democratização. Assim, destacamos que a escola não é espaço para a seleção de talentos esportivos, pois essa atitude descaracteriza a função social da escola.

São amplas as possibilidades de relacionar o esporte à Educação Física:

[...] a fruição lúdica e prazerosa do jogo esportivo, na forma das diferentes modalidades e possibilidades de experiências no e com o esporte; a aprendizagem social e ética do convívio com o outro, com o diferente, numa perspectiva de reconhecimento e respeito à alteridade; a experiência e educação estética para reconhecer e admirar a plástica dos movimentos no esporte; a satisfação pessoal/subjectiva de enfrentar desafios por meio da prática esportiva, e aprender sobre limites e possibilidades de superação; o conhecimento sobre a dinâmica esportiva, seus códigos, regras, técnicas etc., como praticante e como espectador; e a compreensão crítica dos muitos discursos que perpassam o campo esportivo, inclusive o produzido pela mídia, que tende a se tornar hegemônico e influenciar as demais manifestações culturais do esporte (PIRES E SILVEIRA *apud* REIS, 2015, p.162).

Dessa forma, as atividades esportivas propostas pelo Programa Atleta na Escola correram o risco de representarem atividades esvaziadas de sentidos, valores e significados numa referência de esporte de alto rendimento, que busca apenas a seleção de atletas. É possível constatar que o objetivo do Estado com este tipo de programa foi buscar melhores resultados nos eventos esportivos, enfatizando uma massificação da prática do esporte no chão da escola e não a democratização dele. Sendo assim, a massificação almejada pelo PAE não foi sinônimo de democratização da Educação Física, mas teve a função “[...] de conferir legitimidade ao programa, uma vez que não resso[ou] como orientação normativa-operacional para o conjunto de suas ações” (REIS, 2015, p.163)

Ainda sobre o caráter seletivo do programa, mesmo pela via da massificação esportiva, estudantes que apresentaram desempenho esportivo foram direcionados, na realidade investigada, para participação em um projeto esportivo articulado a eventos esportivos em nível local, regional e nacional, não necessariamente vinculados às etapas do programa,

[Há um] projeto social de atletismo que se chama “Correndo para o Futuro” aonde esses meninos foram encaminhados para o projeto (COORD).

Até agora eu tô (sic) vivenciando, a [nome da professora] já me chamou pro (sic) projeto dela (EST 1).

Quando eu entrei no atletismo a professora [...] e o projeto me ajudou (sic) muito a me colocar no lugar certo, me incentivou a continuar e já nos esporte (sic) e na minha categoria eu tô (sic) mais melhor (sic), digamos assim, teve um aumento muito grande (EST 7).

Percebe-se que o programa, mesmo tendo possibilitado a alguns estudantes a prática do esporte, o fez reproduzindo a lógica da competitividade, tecnicização, produtividade e individualismo, típica de uma sociedade injusta e desigual. Tal situação descaracteriza a função da Educação Física na escola no sentido da formação dos indivíduos por meio de processos de ensino e aprendizagem voltados para transmitir às novas gerações os conhecimentos produzidos e sistematizados pela humanidade, neste caso o esporte (TAFFAREL, 2009).

Quando tais políticas versam neste sentido, a escola se reduz a um espaço reduzido ao “[...] campo do adestramento, tendo como objetivo precípua, ganhar, e, portanto, o educar em sua plenitude, perde-se no caminho [...]. O que na teoria deveria ser o elemento primeiro: educar, passa a coadjuvante[...]” (BARBIERI e BITTAR, 1996, p. 111).

É contraditório conceber o PAE como um programa de esporte educacional, visto que na legislação – especificamente em incisos do artigo 3ºX da Lei nº 9.615, de 1998 – o Ministério dos Esportes classifica desporto da seguinte forma:

- I. Desporto educacional, praticado nos sistemas de ensino e em formas assistemáticas de educação, **evitando-se a seletividade, a hipercompetitividade de seus praticantes**, com a **finalidade de alcançar o desenvolvimento integral do indivíduo** e a sua formação para o exercício da cidadania e a prática do lazer;
- II. desporto de participação, praticado de modo voluntário, compreendendo as modalidades desportivas praticadas com a finalidade de contribuir para a integração dos praticantes na plenitude da vida social, na promoção da saúde e educação e na preservação do meio ambiente;
- III. desporto de rendimento, praticado segundo normas gerais da Lei 9615, de 1998, e das regras de prática desportiva, nacionais e internacionais, com a **finalidade de obter resultados** e integrar pessoas e comunidades do País e estas com as de outras nações (BRASIL, 1998, grifos nossos).

A legislação define três tipos de desporto e os espaços para sua realização, porém, tendo como referência a experiência analisada em Arapiraca, o “desporto educacional” não foi concretizado como previsto, visto que o que prevaleceu foi o que se entende por “desporto de rendimento”. Este tipo de desporto foi aquele que prevaleceu no espaço escolar por meio do PAE, selecionando, segregando e excluindo aqueles que não foram considerados aptos para o esporte de rendimento, reproduzindo a lógica seletiva da pirâmide esportiva (BUENO, 2008).

Esta seletividade também pode ser identificada no caso das modalidades indicadas como aquelas possíveis de serem abordadas no Programa Atleta na Escola. A esse respeito, os entrevistados informaram o seguinte:

Teve provas de cem, setenta e cinco, o salto em altura, o lançamento [...] de peso, o dardo. E teve alguma barreira pra (sic) gente vivenciar como era o esporte no atletismo. Os cem metros (EST 1)

Corrida, é... arremesso de peso, é... vôlei (EST 2)

Atletismo nos mil metros; nos mil não, cem metros (EST 3)

Setenta e cinco rasos, o dardo, salto em altura e uma oficina com cem metros com barreiras (EST 4)

Salto em distância, arremesso de peso e corrida (EST 5)

Salto em distância, arremesso de peso e corridas (EST 6)

Salto em distância e cem metros rasos (EST 7)

Salto arremesso de peso, corrida e resistência (EST 8)

A respeito das modalidades, a entrevista com os estudantes demonstrou que as provas do atletismo foram as que mais se destacaram, apesar da inclusão do vôlei e judô em 2014. Esse dado demonstra que, possivelmente, para a maioria das escolas, seria mais fácil realizar esta modalidade, mesmo sem espaço adequado para as competições, como as pistas, por exemplo.

Como vimos no capítulo 3 desta dissertação, o PAE possuiu relação direta com o Plano Brasil Medalhas 2016. Neste sentido, todos os investimentos, incentivos, recursos financeiros, isenções fiscais e tomadas de decisões nas políticas públicas de esporte ocorreram por meio da articulação entre o Estado e as entidades de esporte.

A articulação entre o PAE e o Plano Brasil Medalhas já previa a detecção de novos talentos na escola para a formação de uma base esportiva nacional e a escolha das modalidades para o programa teve como ideia inicial um programa que inserisse o atletismo como modalidade importante do programa (NASCIMENTO, 2016). Em entrevista conduzida por Nascimento (2016) com um dos gestores do PAE, este declarou:

1. Que a modalidade esportiva [atletismo] faça parte das competições escolares, dos Jogos Escolares Nacionais; 2. Essa modalidade fizesse parte do programa Brasil Medalhas [...] 3. E que a modalidade pudesse ser desenvolvida dentro da escola (GESTOR 1-ME, *apud* NASCIMENTO, 2016, p.111-112)

Sabendo-se que outras modalidades foram inseridas no PAE, Nascimento (2016, p. 112) aponta “[...] a força das confederações, como um dos setores mais atuantes na defesa de seus interesses dentro do setor esportivo nacional”. O PAE envolveu, portanto, uma disputa entre clubes, federações e confederações por incluir suas modalidades num espaço que não

tem como função desenvolver o esporte de alto rendimento, demonstrando que essas entidades e seu dirigentes esportivos “[...] não possuem nenhuma pretensão em alterar o status quo da área” (CASTELAN, 2011, p.32).

Considerando que a intenção da articulação entre Políticas Esportivas, e Entidades Esportivas é identificar jovens talentos para formar a base do esporte de alto rendimento do país, o eixo de ação “Desenvolvimento e difusão de valores olímpicos e paralímpicos entre estudantes da Educação Básica” está contido nesse aspecto (REIS, 2015; REIS et al, 2015). Incluir o país no cenário internacional enquanto potência esportiva, é idealizar por exemplo as Olimpíadas e Paraolimpíadas como alvo.

Quando compreendemos esse eixo, identificamos que possivelmente haveria uma Educação Olímpica atrelada aos valores e ideais olímpicos, com base em uma filosofia de educação pelo esporte em que o valor principal está no desenvolvimento integral do ser humano (FURTADA, 2007). Nomear valores olímpicos é justificar à sociedade que há benefícios à população mediante aos gastos públicos no setor, a partir da realização de evento esportivo. Os “valores olímpicos” podem ser considerados como atividades de caráter pedagógico interdisciplinar e transversal, mediadas por um processo de formação e educação olímpica que apresenta nos valores olímpicos o foco de integração (REPPOLD FILHO *et al* 2009). Nessa direção, é inviável pensar em desenvolvimento de valores olímpicos e paralímpicos numa lógica de eventos baseada predominantemente na detecção de talentos esportivos.

Considerar a difusão de valores olímpicos e paralímpicos como eixo de ação através do programa em questão, justifica-se em apresentar à população e convencê-la de que ela estará se beneficiando e que há gastos públicos no setor. O olimpismo é de fato um instrumento dos interesses comerciais. Este eixo aponta uma fragilidade, pois busca apenas legitimação e justificativa para a iniciativa do programa, sendo que o fomento para a prática esportiva seja suficiente para difundir os valores olímpicos (REIS, 2015).

Assim, constatamos que, nas décadas recentes, o Ministério do Esporte tem buscado reforçar suas perspectivas para as políticas de esporte educacional no país, sendo o PAE um instrumento a mais de uma política de esporte “[...] no âmbito da ambição olímpica do governo, que tem alegado constantemente a necessidade de viabilizar o desenvolvimento do esporte nacional, a partir do incremento das políticas esportivas educacionais” (REIS, 2015, p. 166).

Dessa forma, vale ressaltar que

[...] em raras ocasiões a escola e o esporte comungam sentimentos: o esporte percebendo a escola como espaço de formação humana e não lugar de detecção de talentos esportivos; a escola, reconhecendo a existência de conhecimento no esporte além daquele situado no campo da saber fazer esportivo, estendendo-se aos significados que ele possui no âmbito de nossa cultura e à sua importância na construção de nossa existência (CASTELLANI FILHO, 2010, p. 26-27).

O desenho técnico-operacional do PAE foi constituído de duas grandes ações. A primeira, constituída de competições de caráter classificatório e eliminatório, por meio das etapas escolares, municipais, estaduais e nacional, revela a mera participação dos estudantes em uma série de eventos que não garante a todos conquistar a etapa nacional, por exemplo. O programa revela desde seus documentos até a realidade concreta analisada – a experiência do PAE no município de Arapiraca – que os idealizadores do programa acreditavam que tais ações fossem suficientes para garantir a democratização do esporte na escola.

Tais prerrogativas, portanto, supõem que o incentivo e democratização às atividades esportivas – ou seja, o objetivo do programa – não pode ser tomado como uma simples atividade ou como um momento isolado do processo que se materializa num evento esportivo, cuja reprodução de signos e valores do esporte de alto rendimento é sua referência básica (REIS, 2015)

Assim, conclui-se que o programa, em relação não só ao eixo da democratização, mas aos demais – Difusão de valores olímpicos e paralímpicos e Identificação de jovens talentos – apresenta fragilidades, desafino e equívocos entre o marco teórico-conceitual e o desenho técnico-operacional e que o eixo “Identificação e orientação de jovens talentos”⁶⁰ atribui identidade e dá consenso ao programa, reforçando a ideia de que a escola, a Educação Física estão atreladas a perspectiva da massificação esportiva, identificação e seleção de talentos (REIS, 2015).

5.2.3 Precarização da formação esportiva

[...] a escola é uma instituição cujo papel consiste na socialização do saber sistematizado. [...] vejam bem: eu disse saber elaborado; não se trata, pois, de qualquer tipo de saber. Portanto, a escola diz respeito ao conhecimento elaborado e não ao conhecimento espontâneo; ao saber sistematizado e não ao saber fragmentado; à cultura erudita e não à cultura popular (SAVIANI, 2008, p. 14).

Partimos do pressuposto que o esporte deve ser compreendido como um conteúdo clássico dentre os elementos da cultura corporal, sendo essencial no currículo escolar para o desenvolvimento histórico do ser humano. Assim, “[...] o clássico não se confunde com o

⁶⁰ Melhor apresentado na categoria Formação Esportiva Escolar

tradicional e também não se opõe, necessariamente, ao moderno e muito menos ao atual. O clássico é aquilo que se firmou como fundamental, como essencial” (SAVIANI, 2008, p. 13-14). Nesse sentido, o esporte é um conteúdo que deve ser garantido na escola, no cumprimento de sua função social na transmissão desse conhecimento elaborado pelo homem.

A discussão feita até aqui permitiu evidenciar algumas contradições importantes da experiência do PAE nos anos de 2013 e 2014 em Arapiraca. Considerando, especialmente, o conteúdo dos depoimentos dos entrevistados, algumas sínteses evidenciam a coexistência de limites e possibilidades, dentro de uma mesma experiência. Por exemplo, é possível dizer que os respondentes identificaram o PAE como um programa de caráter pontual, emergencial, esporádico e descontínuo, que foi realizado sem prévia preparação estrutural e técnica e que careceu de fundamentos teórico-metodológicos para o trabalho pedagógico do esporte.

[Programas] remediados, provisórios, eles não têm continuidade e causam frustrações tanto, né, [para o] professor quanto, né, [para o] aluno (COORD). [...] O governo federal fizesse programas de incentivo aos professores com formações continuadas em serviço e que os professores recebessem um salário maior do que programas fragmentados e pontuais (COORD).

Era tudo muito vago, tudo muito corrido tudo muito em cima (sic), não tinha uma pré-organização pra nada, aí ficava como a gente tivesse correndo pra cumprir obrigação sem uma preparação em uma situação dessa, de preparar pra isso né (sic) (PROF 1).

Desde que as coisas acontecessem, como ela não acontece, ela termina meio que frustrando esses meninos né (sic), e aí eles ficam desacreditados de participar de algo, de qualquer outra coisa que venha a aparecer (PROF 4).

Podia até acontecer se houvesse continuidade, mas dentro do período curto como aconteceu na nossa escola, isso não foi um ponto positivo (PROF 5).

Da mesma forma, os respondentes reconheceram que o PAE foi uma oportunidade de aquisição de equipamentos esportivos para as escolas, que despertou nos alunos o interesse e o gosto pelo esporte e que contribuiu para ampliar conhecimentos sobre o esporte e melhorar o comportamento dos estudantes nas escolas.

Foram os materiais adquiridos com o valor investido pelo projeto (PROF 1).

Consegui comprar alguns materiais (PROF 4).

Eu tive mais compromisso com as coisas. [...] Sim, pra mim me ajudou bastante porque antigamente, antes de eu conhecer o atletismo, eu era um... menino rebelde né (sic), só gostava de arruaçar (EST 1).

Na entrada no esporte tem que ter muita disciplina na escola, então a gente foi sempre incentivado por (sic) a professora e isso melhorou bastante os dias de hoje (EST 4).

Antes nem se (sic) preocupava com o esporte, agora hoje eu me interessei pelos esportes (EST 5).

O trecho da entrevista com um dos professores parece sintetizar o significado da coexistência desses pontos de vista contrastantes sobre o PAE:

Então eu acho que no município de Arapiraca ele tinha que... é... melhorar bastante, né, por tudo: pela infraestrutura que as escolas não oferecem, é... pelas orientações, é... pela questão do incentivo da própria direção e da secretaria. Eu acho que, assim.. ele tinha que melhorar muito, ficou muito a desejar em relação a isso, ficou muito solto, muito solto, não se fechou. É que se criou uma expectativa nos alunos em relação à etapa escolar que eles passaram e aí ficou a espera de uma etapa municipal que não aconteceu, né, muitos já estavam sonhando com a estadual, com uma nacional e ficou muito pelo caminho, né. Então às vezes eles criam muitas expectativas e essas expectativas ficam pelo caminho e aí o programa acaba perdendo a credibilidade (PROF 4).

Seja qual for o teor da avaliação que os participantes da experiência do PAE no município de Arapiraca, identificamos que todos eles estiveram ligados a uma realidade marcada por uma dupla precariedade: de um lado, precariedade da formação para o esporte ou para a prática esportiva – as condições de realização do programa – e, de outro, precariedade na formação oportunizada pelas atividades relativas ao PAE – os efeitos pedagógicos da experiência.

Ressalta-se que essa divisão é meramente didática, pois a precarização da experiência do programa em Arapiraca foi uma categoria identificável tanto nos dados do acervo documental ao qual tivemos acesso, quanto no conteúdo das entrevistas que realizamos. Vale ressaltar, ainda, que estamos nos referindo à formação não só dos estudantes, mas também dos profissionais envolvidos no PAE (gestores e professores). Independentemente de seus resultados, entendemos que o PAE foi uma experiência pedagógica que envolveu gestores, professores e estudantes de Arapiraca.

A precarização da formação esportiva, categoria marcante da experiência do Programa Atleta na Escola que analisamos neste estudo, esteve presente desde o marco teórico-conceitual – quando consideramos os documentos que orientaram a adesão, implementação e realização do programa –, até o seu desenho técnico-operacional – incluindo as ações desenvolvidas, os recursos envolvidos, as modalidades esportivas e a formação técnica para professores.

O processo de adesão, apresentado no capítulo 3 desta dissertação, foi marcado por limitações decorrentes da falta de orientação não só para professores e gestores das escolas, mas também para a coordenação do PAE no âmbito da secretaria de educação:

[...] quem aderiu ao programa não foi o setor de educação física; quem aderiu ao programa foi outro setor dentro da secretaria; ele só nos passou que tinha que executar esse tal programa. [Houve] falta de clareza e de organização nas instruções para as escolas. Quanto à adesão houve muita confusão, algumas notícias que lá estavam no portal eram falhas, não tinha subsídio suficiente de informações, daí nós buscamos em outros portais com outras secretarias e outros Estados até pra saber como se dava essa execução desse programa. Instruções fragmentadas, dependendo do momento e/ou aspecto do programa: como gastar o dinheiro, como fazer as etapas... (COORD).

A negação de oportunidade para o setor de educação física da secretaria de educação atuar de forma autônoma diante da proposta do Programa Atleta na Escola indica uma precarização original do PAE: ele reproduziu não só a tendência de imposição – de cima para baixo – de políticas educacionais no Brasil; ele também reproduziu a fragmentação entre quem pensa e quem executa o trabalho, divisão típica do trabalho na sociedade capitalista. O relato de um dos professores entrevistados indica que esse processo foi reproduzido também no âmbito das escolas:

[...] nós recebemos as orientações, né, dadas pelo pessoal da secretaria de educação [sobre] como que a gente ia desenvolver as atividades que eram solicitadas no projeto. Não houve uma formação, assim, específica, direcionando, né, como que a gente ia fazer. Assim, de forma mais aprofundada, né, não teve (PROF 3).

Entendemos que a execução do PAE foi pautada pela realização de atividades esportivas carentes de estrutura e equipamentos e pelo cumprimento de obrigações técnicas e burocráticas. A reprodução de instruções a serem seguidas – do MEC para a secretaria municipal, da secretaria municipal para os gestores, dos gestores para os professores e destes para os alunos – é um dos aspectos da precarização da formação, entendida como uma categoria que revelou nuances importantes da forma como o PAE ganhou materialidade na realidade analisada.

Outra dimensão da precarização da formação esportiva foi a ausência de preocupação do PAE com algum tipo de formação específica, por mínima que fosse, para gestores e professores no que diz respeito aos elementos conceituais, operacionais e metodológicos para o desenvolvimento da formação humana, via trabalho pedagógico esportivo, como objetivo proposto pelo programa nas escolas do país. Sobre a preparação para a realização do programa nas escolas, os professores informaram o seguinte:

Só teve uma reunião dizendo que vinha dinheiro e o que era, como era pra proceder. Agora, dizer direitinho como fazer, não foi informado não (PROF 1).

Só fizeram algumas citações de como deveria ser, mas orientações mesmo não houve (PROF 2).

Nós recebemos as orientações né (sic) dadas pelo pessoal da secretaria de educação e como que a gente ia desenvolver as atividades que eram solicitadas no projeto (PROF 3).

Eu acho que devia ter tido uma formação mais adequada em relação a isso, chamar os professores e passar por uma formação séria, formação teórica e formação prática já que nós somos os próprios árbitros da etapa né (sic) então teria essa formação (PROF 4).

Não foi uma formação propriamente dita, mas foi uma reunião onde foram passadas as informações de como o programa iria acontecer. [...] Nós recebemos orientações e aí nós entrávamos no site, imprimia (sic) algumas orientações e aí ia seguindo por ela (PROF 5).

A falta de clareza quanto aos pressupostos filosóficos, educacionais, pedagógicos e conceituais e a fragilidade de informações técnico-operacionais se juntaram a outro elemento dificultador da implementação do PAE, que foi a precariedade na infraestrutura das escolas.

Todos os respondentes fizeram referência, em algum momento de suas entrevistas, ao fato de o programa ter sido executado em espaços inapropriados e precários para a prática esportiva tais como: CAETI⁶¹, quadra, campo, pracinha, caixa de areia e campo de futebol; além disso, os materiais e equipamentos esportivos eram limitados.

[...] o que tem no documento às vezes a gente não consegue fazer, não que é impossível fazer, mas por essa limitação de estrutura e de organização prévia da parceria do município com as escolas, de fazer tudo organizado desde o princípio, a gente não consegue fazer exatamente como está no documento (PROF 1).

[...] na escola não tem lugar adequado pra nós pular (sic), é, salto a distância, jogar peso, nem corrida. Teve que usar a praça com a caixa de areia e o campo (EST 5).

Apesar de todas as limitações infraestruturais, várias escolas foram capazes de concluir a etapa escolar do Programa Atleta na Escola, e o que parecia ser a ampliação de uma oportunidade de formação esportiva acabou sendo o término da experiência. O programa previa a realização de etapas subsequentes à escolar, da municipal à nacional. Como já ressaltado no capítulo anterior, a etapa municipal do programa não ocorreu em Arapiraca, sendo improvisada uma oficina de atletismo, experiência vivida por alguns estudantes que foram para a cidade de Maceió, no estádio Rei Pelé, onde a oficina ocorreu.

⁶¹ Centro de Apoio as Escolas de Tempo Integral

O destaque de aspectos do Programa Atleta na Escola considerados importantes por sujeitos que participaram de suas atividades em Arapiraca não diminui o fato de que as competições realizadas na etapa escolar acabaram por perder seu sentido, visto que ocorreram apenas para cumprir as exigências advindas de cima para baixo.

Segundo Reis (2015), estas questões apontam a necessidade de atenção para a Educação Física como também para a escola, visto que este tipo de programa requer a participação do professor de Educação Física, mas não possibilita condições estruturais, de formação técnica e, mais ainda, de garantias para a continuidade das políticas, programas, projetos, ações, como ficou claro com as condições de implementação do PAE em Arapiraca.

Outro elemento a ser destacado e que caracteriza a precarização da formação esportiva promovida pelo Programa Atleta na Escola é o fato de que, ao se propor este tipo de programa para as escolas brasileiras, não se levou em consideração a realidade das escolas públicas brasileiras. A maioria delas não dispõe de quadras, campos, pistas com condições de utilização para as práticas esportivas e, para além disso, a escolha das modalidades desenvolvidas no programa não consideraram a cultura esportiva de cada realidade (NASCIMENTO, 2016).

Além de não ter estrutura física adequada para a etapa escolar e municipal do programa e de não ter sido previsto recurso para isso, convém destacar que o programa ainda previa o encaminhamento de talentos para centros de iniciação esportiva, o que também não ocorreu. Como ressalta Nascimento (2016), o PAE havia projetado duas grandes ações: as competições escolares e a criação de centros de iniciação esportiva (CIE). Embora nosso estudo tenha tratado de apenas uma experiência do PAE, supomos que as dificuldades encontradas ocorreram em competições escolares em outros municípios também, considerando a realidade nacional e o fato de que o programa tenha sido suspenso em 2015. Quanto aos CIE, Nascimento (2016) informa que o Ministério do Esporte previa 39 projetos para tais centros, com meta de ampliação de infraestrutura e equipamento esportivo qualificado para a elevação da base nacional esportiva na promoção de atletas; porém, até 2016 tais projetos não tinham se concretizado e o que será feito deles, permanece uma “icógnita” (NASCIMENTO, 2016, p. 145).

É possível supor que este tipo de programa atrai escolas por via do recurso liberado visto que estas, em sua maioria, apresentam precariedade de espaços e recursos materiais para a prática esportiva escolar; nesse sentido, qualquer recurso que cair em sua conta bancária será bem-vindo. Na experiência do PAE que analisamos, constatamos que os recursos recebidos pelas escolas foi utilizado para compra de materiais esportivos – limitados a uma

lista de itens definidos pelos idealizadores do programa – e para provimento de lanche para a Oficina de Atletismo. Dessa forma, o recurso destinado para a realização do PAE nas escolas não possibilitou condição alguma de modificação de espaços físicos e de aquisição de materiais de ponta para possibilitar a formação esportiva de forma efetiva.

Os dados da realidade analisada evidenciam várias dimensões da precarização que caracterizou o PAE: cisão entre formulação e execução, fragilidade teórico-conceitual, descontinuidade das ações, precariedade de infraestrutura e insuficiência de recursos. Nesse contexto é que foi promovida a formação esportiva por meio do programa, uma formação marcada por etapas esvaziadas do sentido do esporte como elemento da cultura corporal, ou seja, uma formação esportiva que tomou o esporte pelo esporte.

Assim, constatamos que o PAE foi um programa de formação esportiva que não possibilitou a formação humana e educacional dos estudantes como previsto nos objetivos declarados. A precariedade da realização do programa, identificada na experiência de escolas públicas de Arapiraca, revelou, de certa forma, a precariedade da própria política de massificação da prática esportiva da qual ele foi um instrumento. Em simples palavras, o programa traduziu uma determinada concepção do Estado sobre a Educação Física.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Programa de Formação Esportiva na Escola – Atleta na Escola (PAE) – foi criado no bloco de programas de esporte orientados pela expectativa de projeção do país no cenário econômico e político mundial, por meio da realização de megaeventos esportivos (REIS, 2015; REIS, *et al*, 2015; NASCIMENTO, 2016; MASCARENHAS, 2012).

Este cenário dos megaeventos esportivos motivou a elaboração do Programa Atleta na Escola, que foi articulado às metas do Plano Decenal de Esporte e Lazer (PEDEL) e do Plano Brasil Medalhas (PBM) e que esteve sob a responsabilidade do Ministério da Educação, em parceria com o Ministério do Esporte (ME), Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento (SNEAR) e o Ministério da Defesa (MD). Por intermédio do PAE, a política de massificação da prática esportiva alcançou o ambiente escolar, por meio do envolvimento de secretarias de educação, escolas, gestores, professores e estudantes, prevendo a realização de etapas de competição esportiva: escolar, municipal, regional, estadual e nacional (BRASIL, 2014). Sua implementação buscou a massificação esportiva nas escolas do país, objetivando democratizar a prática esportiva, desenvolver valores olímpicos e paraolímpicos e identificar jovens talentos para formação educativa integral que contribuísse na elevação do desempenho escolar e esportivo (BRASIL, 2014). A duração do PAE, em nível nacional, ficou restrita aos anos de 2013 e 2014 (NASCIMENTO, 2016).

Na direção de compreender as possibilidades de contribuição de um programa desta natureza para gestores, professores e estudantes de escolas públicas, investigamos a materialidade do Programa Atleta na Escola no município de Arapiraca, considerando o ponto de vista da coordenação do programa junto à secretaria de educação e de sujeitos de cinco escolas públicas (5 professores de Educação Física e 8 estudantes), todos envolvidos com a realização da etapa escolar nos anos de 2013 e 2014. Estudos teóricos e documentais e conteúdos de entrevistas realizadas com aqueles sujeitos auxiliaram para o alcance do objetivo geral do estudo, o qual consistiu em conhecer a dinâmica de funcionamento do Programa Atleta na Escola na rede municipal de Arapiraca, de modo a identificar possibilidades, limites e contradições do programa.

Com a investigação, identificamos contradições, fragilidades e equívocos na materialidade do programa em análise que acabaram revelando não apenas problemáticas inerentes ao PAE, mas também inerentes à própria política de massificação da prática esportiva da qual ele foi expressão.

No capítulo 2, *Política do Esporte no BRASIL: do Estado Novo aos Megaeventos*

Esportivos, destacamos que, historicamente, o PAE apresentou proximidades e distâncias com os antecedentes da política de esporte no Brasil. Nota-se claramente, na linha histórica, que o direcionamento para o alto rendimento, por meio do Modelo Piramidal Esportivo, visando à identificação de potenciais atletas, foi o principal elemento de continuidade entre o PAE e as medidas oficiais voltadas para o esporte escolar que o antecederam.

Do ponto de vista macro, o programa integrou medidas articuladas a interesses políticos, econômicos e sociais de governos, como já ocorreu com a política esportiva em tempos anteriores, mas um diferencial importante marcou a implementação do PAE: a ocorrência de megaeventos esportivos no país. Tais eventos foram responsáveis pelo “[...] redirecionamento das prioridades da política esportiva nacional” (ATHAYDE, 2014, p. 39). Claramente influenciado pela realização das Olimpíadas no país, o programa teve sua existência motivada pelo evento (REIS, 2015; REIS, *et al*, 2015; NASCIMENTO, 2016; MASCARENHAS, 2012), o que não havia acontecido de forma tão clara no país com nenhum programa de formação esportiva escolar.

Do ponto de vista da prática esportiva, o Programa Atleta na Escola reforçou a importância do espaço da escola para a massificação esportiva, não no sentido de levar o esporte a todos como direto, mas utilizando a escola como um dos espaços da base do Modelo Piramidal Esportivo, orientado pela perspectiva de reforço do EAR. Assim, o PAE foi mais uma expressão da tendência histórica de instrumentalização do esporte na escola.

Nascimento (2016) afirma que o PAE se constituiu em um instrumento da política de massificação esportiva e se caracterizou como uma política de ocasião, que utilizou o esporte pelo esporte e não como uma prática social por direito. Isso foi reafirmado na investigação realizada, visto que foram identificadas inconsistências diversas, desde o marco teórico-conceitual, até seu desenho técnico-operacional. Essas inconsistências, marcadas por limites, possibilidades e contradições, foram identificadas desde a chegada do PAE na secretaria de educação, passando pela adesão da escola e financiamento do programa, até a realização da etapa escolar e da Oficina de Atletismo em Arapiraca, conforme discutido no capítulo 3 *O Programa de Formação Esportiva Atleta na Escola*.

O desenho técnico-operacional do PAE, conforme definido nos documentos do programa, não aconteceu efetivamente como previsto na realidade escolar arapiraquense, reproduzindo o que ocorreu em outros lugares do país como no Distrito Federal, conforme apontou Nascimento (2016).

As problemáticas relativas ao PAE emanaram desde a adesão, quando as escolas, principalmente do Nordeste, participaram para garantir os recursos federais para financiar

outras atividades, dado que esta região se destaca por ser a mais pobre do país (NASCIMENTO, 2016). Conforme o Relatório de Adesão do PAE em Arapiraca, das 54 escolas da rede municipal, 36 escolas aderiram ao programa e, após a etapa escolar, apenas 22 inseriram os dados no sistema do PDDE Interativo para a prestação de contas. Não foram encontradas, entretanto, explicações documentadas acerca da não prestação de contas.

No que tange à formação técnica para a realização da etapa escolar, os dados evidenciaram limitações de informações quer seja via portal, PDDE Interativo, Manual de orientações e inclusive da equipe responsável pelo programa na secretaria municipal de educação. Constatamos a fragilidade em possibilitar elementos teórico-metodológicos e técnicos referentes às modalidades das competições, uma vez que os professores só necessitavam realizar as competições, neste caso a etapa escolar, oferecendo “um lanche e medalha ao final do evento⁶²” e inserir os dados no PDDE Interativo para que os estudantes com as maiores marcas pudessem avançar para as etapas posteriores. A ênfase destacada principalmente pelo coordenador do programa na ocasião é que o PAE foi um programa instituído de cima para baixo sem se preocupar com as diversas realidades do país na tentativa de fazer acontecer a massificação da prática esportiva para descobrir talentos.

Pensando sobre o financiamento do programa, constatamos uma massificação de baixo custo, sem espaços adequados para a prática esportiva, materiais e instrumentalização teórico-metodológica por meio da formação técnica para os professores (NASCIMENTO, 2016). A brincadeira de esportivização é um reflexo da desvalorização da Educação Física e do esporte na escola, visto que os recursos não atendem a perspectiva do alto rendimento e seu desenvolvimento. O foco de programas como esse é a realização das competições sem considerar as realidades de cada escola, município, estado e país. O valor designado para tal não permitiu a nenhuma escola construir um ginásio ou espaço similar para a prática esportiva, mas o estudo revelou que a aquisição de material esportivo por algumas escolas foi valorizada por alguns professores.

A etapa Escolar foi realizada conforme a realidade de cada escola, de modo que foram encontradas diversas dificuldades decorrentes da frágil estrutura física e de materiais apropriados para a prática esportiva, conforme analisamos no capítulo 3. Concordamos com Taffarel (2012) que os recursos de financiamento para políticas e programas não asseguram espaços, equipamentos, profissionais para o desenvolvimento da cultura corporal, neste caso o esporte enquanto patrimônio histórico da humanidade.

⁶² Segundo as entrevistas das cinco escolas uma afirmam ter realizado a etapa escolar atribuindo medalhas e lanche para os estudantes.

Nitidamente a contradição da ideia do PAE com a materialidade nas escolas foi revelada. Além de não possibilitar condições para realizar a competição das modalidades, conforme exigido pelas confederações para que se caracterize enquanto esporte, a realização do PAE não se aproximou de modo algum ao esporte de alto rendimento, visto que não é sob essas condições que o universo do EAR se organiza.

Mesmo nestas condições, o programa revelou estudantes que se destacaram e hoje fazem parte de projeto de atletismo do município de Arapiraca, porém, mediante ao desenho técnico-operacional, estes estudantes não avançaram para a etapa estadual e nacional, uma vez que a etapa municipal não aconteceu em nenhum dos anos de execução (2013/2014), sendo apenas uma oficina de atletismo ofertada pela coordenação do programa na secretaria (2013). A oficina possibilitou aos estudantes uma vivência do atletismo num espaço e materiais apropriados para motivar os estudantes numa experiência concreta com esta modalidade. Os dados do Relatório de adesão e das entrevistas não nos permitiram identificar detalhes sobre a oficina, mas apresentaram elementos da seletividade na escolha das escolas e quantitativo de alunos para participar desta.

A partir da análise do conteúdo dos depoimentos dos entrevistados, foram destacadas três categorias que, segundo nosso ponto de vista, revelaram mais claramente como as inconsistências se manifestaram na especificidade do objeto como também na finalidade da investigação: *formação esportiva escolar, democratização da educação física e precarização da formação esportiva*.

O conceito de esporte encontrado no programa é o esporte de alto rendimento, justificado pela identificação de talentos esportivos no espaço da escola através da realização de competições esportivas, definidas como a primeira grande ação do programa. Fica clara a relação do PAE com a ambição do projeto olímpico do governo brasileiro para garantir melhores resultados nos megaeventos. Como Mascarenhas (2012) alerta, a massificação esportiva na escola com essa finalidade funciona como instrumento de seletividade, e não de democratização da prática esportiva (MASCARENHAS, 2012).

Em boa medida, isso se deveu ao fato de que o PAE se orientou pela lógica de identificação/produção de estudantes que potencialmente poderiam se tornar esportistas para o EAR. Isso é incompatível com a perspectiva do esporte como objeto a ser vivenciado na escola por meio da celebração, participação lúdica, criativa e crítica de professores e estudantes. A experiência do PAE, conforme ocorreu em Arapiraca, reproduziu o que prevalece na prática esportiva escolar no Brasil, como Bracht e Almeida (2003) já indicaram: uma pseudovalorização das políticas de esporte educacional e da Educação Física e,

consequentemente, dos professores, pois a massificação esportiva, especialmente no caso do PAE, esteve submissa a códigos, valores e regras do EAR.

Sobre a identificação e orientação de jovens talentos como um dos objetivos do programa, o que se traduz como talento e como se produzem talentos nessa lógica nos parece superficial, uma vez que não oportuniza a aprendizagem e o desenvolvimento de habilidades específicas dos sujeitos, surgindo do nada ou, no máximo, do seu DNA. Nessa direção questionamos: como tornar o país uma potência olímpica desta maneira, confiando no espontaneísmo e nas forças da natureza? Por exemplo, como é possível mensurar talentos esportivos em uma modalidade complexa como o vôlei, na qual os atletas têm diferentes posições e funções na quadra, uma técnica e um conhecimento específico que não se aprende nas ruas? Os resultados das Olimpíadas em 2016 respondem ao fracasso desta concepção. Fica clara a ilusão de ideal olímpico no país, submetendo professores e estudantes em função da realização das etapas escolares, dando a parecer que estes estão participando de um processo de transformação do país em uma potência olímpica.

A experiência em Arapiraca não se aproximou em hipótese alguma do esporte de alto rendimento, apenas possibilitou aos estudantes a vivência de uma prática esportiva massificada em espaços e materiais inadequados e inoperantes. Um programa que idealiza uma concepção de esporte diretamente conectada aos interesses dos megaeventos esportivos na tentativa da visibilidade no cenário internacional. Uma formação anacrônica contínua do Modelo Piramidal Esportivo.

Apesar de todos os problemas, os sujeitos entrevistados indicaram ganhos com a realização do PAE em Arapiraca: interesse e gosto pelo esporte; descoberta de talentos esportivos; participação em projeto de esporte do município e em competições locais, regionais e nacionais; a aquisição de materiais esportivos; o conhecimento sobre a modalidade Atletismo e melhoria do desempenho escolar no que diz respeito ao comportamento dos estudantes.

Entretanto, esses ganhos devem ser relativizados, pois eles não representam nem a democratização da prática esportiva, nem a concretização de uma perspectiva de formação integral para a elevação do desempenho escolar e esportivo dos estudantes. Ao contrário, a perspectiva de formação identificada revela uma formação unilateral, resultante de um processo educativo fragmentado do acesso ao esporte por todos.

Os dados obtidos revelaram que o programa não atingiu todos os estudantes das escolas da rede municipal de Arapiraca, uma vez que, além de determinar a faixa etária para

participação, somente 31 escolas aderiram em 2013 e 24 em 2014⁶³. Além desta informação, outros motivos foram constatados nas entrevistas como falta de orientação, falta de comunicação, inclusive nas escolas que aderiram ao PAE, e interesse pessoal dos estudantes.

Ressalta-se, ainda que os mesmos sujeitos entrevistados indicaram muitos limites da experiência que vivenciaram com o PAE em Arapiraca: a) caráter pontual do programa, com atividades sem sentidos, valores e significados, horizontalmente determinadas, numa prática de massificação esportiva verticalmente alinhada ao Modelo Piramidal Esportivo; b) caráter esporádico, ofertado num dado momento histórico motivado pelos megaeventos esportivos no Brasil; c) caráter emergencial, na tentativa de identificar talentos para formação de uma base esportiva nacional; d) prática sem continuidade, pois sua realização, limitada a dois anos, foi interrompida devido a razões econômicas (NASCIMENTO, 2016), além de não terem sido realizadas todas as etapas previstas conforme o desenho técnico-operacional, causando a falta de credibilidade no professor e frustração para estudantes; e) seletividade através do próprio programa e do direcionamento de estudantes para a participação no projeto de atletismo do município; f) ausência de estrutura física e de materiais para a prática esportiva; g) fragilidade de elementos teórico-metodológicos para o trabalho pedagógico do esporte, desde os documentos orientadores até a implantação e execução da etapa escolar, sendo o esporte oferecido aos estudantes a partir da lógica de competitividade, tecnicização, produtividade e individualismo (TAFFAREL, 2009), ao contrário de se orientar por fundamentos filosóficos, educacionais e inclusive pedagógicos no trato deste elemento da cultura corporal. É necessário garantir a presença do professor de Educação Física instrumentalizado de elementos teórico-metodológicos, condições estruturais para oferecer as competições e continuidade nas políticas esportivas (NASCIMENTO, 2016; REIS, 2015).

As contradições reveladas pelo estudo do Programa Atleta na Escola, conforme implementado em Arapiraca nos anos de 2013 e 2014, reforçam a necessidade de se ter atenção constante com a política de massificação de prática esportiva da qual o PAE foi expressão, visto que, de dentro de seus limites e possibilidades, o programa teve a potencialidade de “[...] impactar a Educação Física Escolar, por atribuir sentidos e significados que não são próprios da instituição educacional” (REIS et al, 2015, p. 194).

Programas como este necessitam ser repensados. Bojinkian e Silva (2007) já afirmavam a necessidade de um planejamento e uma estrutura para atletas no país, pois as entidades administrativas do esporte e as políticas públicas esportivas não partiam desse

⁶³ Dado disponível no mapa de adesão das escolas via SIMEC.

pressuposto. Como oferecer aos estudantes do país uma prática esportiva para a formação de atletas no valor de R\$ 3,00?, Esta foi a destinação de recursos públicos, reforçando o caráter emergencial e pontual do programa. Assim, consideramos o PAE um reflexo disso, uma vez que não foram apresentadas condições para sua execução conforme o previsto.

Com base em Taffarel et al (2013), entendemos que, para se alterar a formação dos estudantes, é necessária uma base teórica radical e de conjunto, que permita a reflexão filosófica necessária para enfrentar os problemas educacionais advindos da ação de forças econômicas e políticas contrárias ao fortalecimento da escola pública e para enfrentar apelos ideológicos, como foi o caso dos megaeventos, que acabam por legitimar projetos instrumentais de prática esportiva escolar.

Ainda há muitas contradições a serem exploradas; por isso, são necessários novos estudos que aprofundem a análise de programas como o PAE, que utilizam o espaço escolar para a massificação da prática esportiva como estratégia para atender demandas do EAR.

O estudo aqui realizado foi uma tentativa de contribuição com esse debate, necessário para a construção de políticas públicas de esporte que se comprometam com a superação dos elementos hegemônicos presentes em sua constituição, voltados para a legitimação social da hegemonia burguesa e não para a afirmação do esporte como direito social.

REFERÊNCIAS

- AGENCIA CÂMARA NOTÍCIAS. **Audiência discute financiamento do Programa Atleta na Escola**. Câmara dos Deputados, 2016. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/ESPORTES/509566-AUDIENCIA-DISCUTE-FINANCIAMENTO-DO-PROGRAMA-ATLETA-NA-ESCOLA.html>>. Acesso em: 23 out. 2017.
- ALVES, A. J. O planejamento de pesquisas qualitativas em educação. **Caderno de Pesquisa**, São Paulo, n. 77, p. 53-61, maio, 1991.
- _____. “Revisão da bibliografia” em teses e dissertações: meus tipos inesquecíveis. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 81, p. 53-60, 1992.
- ANDERY, Maria Amália Pie Abib; et al. **Para compreender a ciência: uma perspectiva histórica**. Rio de Janeiro: Gramond, 2012.
- ARAPIRACA. Secretaria de Educação. **Relatório de adesão do Programa Atleta na Escola (2013 – 2014)**. Arapiraca: Secretaria de Educação, 2015.
- ARANTES, A., MARTINS, F., SARMENTO, P. Jogos escolares brasileiros: reconstrução histórica. **Motricidade**, v. 8, n. 2, p. 916-924, 2012.
- _____. **O novo“ interesse esportivo pela escola e as políticas públicas nacionais**. 2009. Tese (Doutorado em Educação) - Centro de Educação, Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, Recife, 2009.
- ATHAYDE, P. F. A. **O ornitorrinco de chuteiras: determinantes da política de esporte do governo Lula e suas implicações sociais**. 2014. Tese (Doutorado em Política Social) - Departamento de Serviço Social, Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília - UnB, Brasília, 2014.
- BARBIERI, C. A. S.; BITTAR, A. F. (orgs). **Esporte educacional: uma proposta renovada**. Recife: Universidade de Pernambuco/UPE-ESEF: MEE/INDESP, 1996.
- BENITES, L. C.; DO NASCIMENTO, J. V.; MILISTED, M. FARIAS, G. Análise de conteúdo na investigação pedagógica em Educação Física: estudo sobre estagio curricular supervisionado. **Movimento**, Porto Alegre, v. 22, n. 1, 35-50, jan./mar. 2016.
- BETTI, M. **A educação física na escola brasileira de 1.º e 2.º graus: uma abordagem sociológica**. São Paulo: EDUSP, 1991.
- BOJIKIAN, C. M. et al. Talento esportivo no voleibol feminino do Brasil: maturação e iniciação esportiva. **Revista Mackenzie de Educação Física e Esporte**, v.6, n. 3, p. 179-187, 2007.
- BUENO, L. **Políticas públicas do esporte no Brasil: razões para o predomínio do alto rendimento**. 2008. Tese (Doutorado em Administração Pública e Governo) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2008.

BRACHT, V. **Educação física e aprendizagem social**. Porto Alegre: Magister, 1992.

_____. Esporte na escola e esporte rendimento. **Movimento**, Porto Alegre, ano VI, n. 12, 2000.

_____. **Sociologia crítica do esporte**: uma introdução. 3. ed. Ijuí: Unijui, 2005.

BRACHT, V.; ALMEIDA, F. Q. A política de esporte escolar no Brasil: a pseudovalorização da educação física. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas, v. 24, p. 87-101, 2003.

_____; _____. Esporte, escola e a tensão que os megaeventos trazem para a educação física escolar. **Em Aberto**, Brasília, v. 26, n. 89, p. 131-143, jan./jun. 2013.

BRASIL. **Decreto-lei nº 3.199, de 14 de abril de 1941**. Estabelece as bases de organização dos desportos em todo o país. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/De13199.htm>. Acesso em: 16 dez. 2016.

_____. **Decreto nº 43.177, de 05 de fevereiro de 1958**. Institui a Campanha Nacional de Educação Física. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/sicon/#/pesquisa/lista/documentos>>. Acesso em: 21 ago. 2017.

_____. **Decreto nº 53.820, de 24 de março de 1964**. Dispõe sobre a profissão de atleta de futebol, disciplina sua participação nas partidas e dá outras providências. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/sicon/#/pesquisa/lista/documentos>>. Acesso em: 21 ago. 2017.

_____. **Lei 5.525, 05 de novembro de 1968**. Dispõe sobre a destinação do Fundo Especial da Loteria Federal, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L5525.htm>. Acesso em: 24 ago. 2017.

_____. **Lei nº 6.251, de 08 de outubro de 1975**. Institui normas gerais sobre desportos, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www3.dataprev.gov.br/sislex/páginas/42/1975/6251.htm>>. Acesso em: 05 jan. 2016.

_____. **Plano Nacional de Educação Física e Desportos – PNED**. Brasília, DF: Ministério da Educação e Cultura, Departamento de Educação Física e Desportos, 1976.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 10 out. 2016.

_____. **Lei nº 8.672, de 06 de julho de 1993 (Lei Zico)**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18672.htm>. Acesso em: 10 set. 2016.

_____. **Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998 (Lei Pelé)**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19615consol.htm>. Acesso em: 12 set. 2013.

_____. **Lei nº 10.264, de 16 de julho de 2001 (Lei Agnelo-Piva)**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10264.htm>. Acesso em: 25 ago. 2016.

_____. **Lei nº 10.328, de 12 de dezembro de 2001.** Introduz a palavra "obrigatório" após a expressão "curricular", constante do § 3º do art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110328.htm>. Acesso em: 10 dez. 2016.

_____. Lei nº 9.394, de 2006. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB).** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: 20 set. 2017.

_____. Ministério do Esporte. **III Conferência Nacional de Esporte:** documento final. Brasília: Ministério do Esporte, 2010.

_____. Ministério da Educação. **Atleta na Escola mobiliza mais de 2 milhões de estudantes Educação.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/35714>
Acesso em 25 de out de 2017.

_____. Ministério do Esporte. **Plano Brasil Medalhas.** Disponível em: <<http://www.esporte.gov.br/index.php/institucional/alto-rendimento/plano-brasil-medalhas>>. Acesso em: 20 jun. 2016.

_____. IBGE. **Número de habitantes por município, 2011.**

_____. IBGE. **Censo escolar de 2015 do município de Arapiraca, 2015.**

_____. Decreto nº 7.984 de 08 de maio de 2013. Regulamenta a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Decreto/D7984.htm>. Acesso em: 12 set. 2016.

_____. FNDE. Resolução nº 10, de 18 de abril de 2013. Dispõe sobre os critérios de repasse e execução do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), em cumprimento ao disposto na Lei 11.947, de 16 de junho de 2009. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/ acessibilidade/item/4386-resolu%C3%A7%C3%A3o-cd-fnde-n%C2%BA-10,-de-18-de-abril-de-2013>>. Acesso em: 20 jun. 2013.

_____. FNDE. Resolução/CD/FNDE nº 11, de 7 de maio de 2013. Dispõe sobre a destinação de recursos financeiros, nos moldes operacionais e regulamentares do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE). Disponível em: <http://atletanaescola.mec.gov.br/anexos/resolucao_fnde.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2015.

_____. FNDE. **Relatório de Gestão do FNDE 2014.** Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Brasília: FNDE, 2015

_____. Ministério do esporte. **Manual de orientações esporte na escola, 2013b.** Disponível em: <http://www.esporte.gov.br/arquivos/snelis/segundotempo/maiseducacao/MANUAL_DE_ORIENTAES_-_ESPORTE_NA_ESCOLA_2013.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2016.

_____. Ministério do esporte. **Diretrizes Programa Segundo Tempo:** modalidades. 2013. Disponível em: <<http://www.esporte.gov.br/segundotempo>>. Acesso em: 24 ago. 2017.

_____. Decreto nº 7.984, de 8 de abril de 2013. Regulamenta a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2013/Decreto/D7984.htm>. Acesso em: 24 ago. 2017.

_____. **Manual do Programa Atleta na Escola**. Brasília: Sistema Eletrônico de Informação ao Cidadão. 2013. Disponível em: <<http://www.acaoainformacao.gov.br/>>. Acesso em: 23 abr. 2015.

_____. **Cartilha para fase escolar: competições atletismo**. 2014. Disponível em: <http://atletanaescola.mec.gov.br/anexos/cart_etapa_escolar_221013.pdf>. Acesso em 24 Ago. 2015.

_____. Ministério do Esporte. **Diagnóstico nacional do esporte – DIESPORTE, Caderno 2**. Brasília: Ministério do Esporte, 2016.

_____. Ministério do Esporte. Portal Eletrônico. 2017. Disponível em: <<http://www.esporte.gov.br/>> Acesso: 25 out de 2017.

BUENO, L. **Políticas públicas do esporte no Brasil: razões para o predomínio do alto rendimento**. 2008. Tese (Doutorado em Administração Pública e Governo) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2008.

CASTELLANI FILHO, L. O esporte na Nova República. **Corpo e Movimento**, n. 4, p. 7-10, abr.1985.

_____. **A educação física no sistema educacional brasileiro: percurso, paradoxos e perspectivas**. Campinas: UNICAMP - Faculdade de Educação Física, 1999.

_____. O estado brasileiro e os direitos sociais: o esporte. In: GARCIA, C. C. et al. (Orgs.). **Estado, política e emancipação humana: lazer, educação, esporte e saúde como direitos sociais**. Santo André: Alpharrabio, 2008.

_____. **Educação física no Brasil: a história que não se conta**. 17. ed. Campinas: Papyrus, 2010.

CASTELAN, Lia Polegato. **As conferências nacionais do esporte na configuração da política esportiva e de lazer no governo Lula (2003-2010)**. 2011. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.

CASTRO, A. **Planejamento da pesquisa**. São Paulo: AAC, 2001.

CHEPTULIN, A. **A dialética materialista: categorias e leis da dialética**. São Paulo: Alfa-Omega, 2004.

COLETIVO DE AUTORES. **Metodologia do ensino de educação física**. São Paulo: Cortez, 1992.

COSTA, L. P. **Diagnóstico de educação física e desportos no Brasil**. Rio de Janeiro: FENAME, 1971.

COSTA, V. O sonho olímpico de formar um campeão na vida: o papel dos educadores In: Moragas, Miguel; DaCosta, Lamartine . (Org.). **Universidad y estudios olímpicos: Seminarios España – Brasil 2006**. Bellaterra: Servei de Publicacions, 2006, v. 01, p. 249-257. Disponível em: <<http://cienciaparaeducacao.org/eng/publicacao/costa-v-l-m-o-sonho-olimpico-de-formar-um-campeao-na-vida-o-papel-dos-educadores-in-miguel-moragas-lamartine-dacosta-org-universidad-y-estudios-olimpicos-seminarios-espana-brasil-2006/>> Acesso em: 24 jun. 2016.

CUNHA, M. A.; SILVA, M. D.; da; SILVA, T. N. da. Megaeventos Esportivos no Brasil: de prática esportiva amadora a catalisadores de transformações nas cidades. In: VII JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, Maranhão. **Anais...**Maranhão: UFMA, 2015.

DE BOSSCHER, V.; BINGHAM, J. SHIBLI, S. **Sport Policy Factors Leading to International Sport Success**. [S1]: Meyer & Meyer, 2008.

DIGEL, H. The context of talent identification and promotion: a comparison of nations **New Studies in Athletics**, v 17, n 3/4, p.13-26, 2008.

ESCOBAR, M. O.; TAFFAREL, C. N. Z. **Cultura corporal e os dualismos necessários à ordem do capital**. Salvador, 2005. Disponível em: <www.faced.ufba.br/rascunhodigital>. Acesso em: 10 jan. 2015.

ESPÍRITO SANTO, Edson do. **O esporte no Brasil do século XXI: balanço crítico da política do Ministério do Esporte, 2003-2012**. 2013. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.

ESPORTE na escola. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p.1-35, 3 mar. 2002.

EVANGELISTA, O. Apontamentos para o trabalho com documentos de política educacional. In: COLÓQUIO A PESQUISA EM TRABALHO, EDUCAÇÃO E POLÍTICAS EDUCACIONAIS, 1, 2009, Belém, PA. **Anais...** Belém, PA: UFPA, 2009. p. 1-16.

FIGUEIREDO, E. S. A. **As arenas do esporte: a disputa dos rumos da política nas conferências nacionais e na produção do conhecimento em um período de transição**. 2013. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação da UFBA, Universidade Federal da Bahia – UFBA, Salvador, 2013.

FILGUEIRAS, Luiz; PINTO, Eduardo Costa. Governo Lula: contradições e impasses da política econômica. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 9., 2004, Uberlândia. **Anais...** Uberlândia, MG, 2004.

FIGUERÔA, K. M.; MEZZADRI, F. M.; SILVA, M. Morais e. Rio 2016 e os legados de esporte de lazer. **LICERE: Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer**, Belo Horizonte, v. 17, n. 3, p. 99-133, 2014.

FIGUERÔA, K. M.; MEZZADRI, F. M.; SILVA, M. Morais e. RIO 2016: possibilidades e desafios para o esporte brasileiro. **Motrivivência**, Santa Catarina, n. 41, p. 140-15, 2013.

- FLAUSINO, M. S. **Plano Decenal: as políticas públicas de esporte e lazer em jogo**. 2013. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Programa de Pós-graduação em Educação Física, Faculdade de Educação Física, Universidade de Brasília - UNB, Brasília, 2013.
- FRANCO, M. L. P. B. **Análise de conteúdo**. 3. ed. Brasília, DF: Liber Livro, 2008.
- FURTADA, F. M. Educação Olímpica: conceitos e modelos. In: RUBIO, K. (Org.) **Educação Olímpica e responsabilidade social**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- GOYAZ, M. D. **As possibilidades e limites da ginástica no campo do lazer**. Campinas: UNICAMP, 2003.
- KLEIN MEES, Gabriela. **Políticas Públicas de Alto Rendimento no Brasil: Fatores Políticos- Esportivos que influenciam e contribuem para o sucesso**. 2014. Dissertação (Mestrado em Ciências do Movimento Humano). Escola de Educação Física – UFRGS, Porto Alegre, 2014.
- KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. 7 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- KUENZER, A. Z. Desafios teórico-metodológicos da relação trabalho-educação e o trabalho social da escola. In: FRIGOTTO, G. (Org.). **Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998. p. 55-75. (Coleção Estudos Culturais em Educação).
- LINHALES, M. A. **A trajetória política do esporte no Brasil: interesses envolvidos, setores excluídos**. 1996. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, Belo Horizonte, 1996.
- MANACORDA, Mario Alighiero. **Marx e a pedagogia moderna**. Tradução: Newton Ramos de Oliveira. Campinas, SP: Alínea, 2007.
- MANHÃES, Eduardo Dias. **Política de esportes no Brasil**. São Paulo: Graal, 2002.
- MASCARENHAS, F. Megaeventos esportivos e educação física: alerta de tsunami. **Movimento**, Porto Alegre, v.18, n.1, p. 39-67, jan./mar. 2012.
- MARTINS, V. F.; PAIXÃO, J. A. Trato com o conteúdo esporte nas aulas de Educação Física Escolar: do discurso a prática atual. **Revista da Faculdade de Educação Física da UNICAMP**, Campinas, v. 12, n. 3, p. 18-33, jul./set. 2014.
- MATIAS, W. B. **O enigma olímpico: o controvertido percurso da agenda e políticas esportivas no governo Lula**. 2013. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Programa de Pós-graduação em Educação Física, Faculdade de Educação Física, Universidade de Brasília - UnB, Brasília, 2013.
- MEIRA, T. B.; BASTOS, F. C. Estrutura de Organização e de promoção esportiva. In: BOHME M.T. S. (Org.). **Esporte infante juvenil – treinamento a longo prazo – talento esportivo**. 1a. ed. São Paulo: Phorte, 2011.
- MINAYO, M.C. de S. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. In: MINAYO, M. C. de S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 22. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

NASCIMENTO, E. L. do. **Políticas públicas e esporte educacional: adeus ao atleta na escola?** .2016. 197 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) - Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

_____; et al. **Programa de Formação Esportiva na Escola/Atleta na Escola ou quando a ambição olímpica constrange a política esportiva educacional.** Disponível em:<
<http://congressos.cbce.org.br/index.php/conbrace2015/6conice/paper/view/7785/3412>. Acesso em: 23 jun. 2016.

OLIVEIRA, S. Assis de. **O novo “interesse esportivo pela escola e as políticas públicas nacionais.** 2009. Tese (Doutorado em Educação) - Centro de Educação, Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, Recife, 2009.

PAULO NETTO, José. **Introdução ao método na teoria social.** In: SERVIÇO Social: direitos e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

PIMENTEL, E. dos S. **O conceito de esporte no interior da legislação esportiva brasileira: de 1941 até 1998.** 2007. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Departamento de Educação Física, Universidade Federal do Paraná, 2007.

PIRES, M. F. C. Education and the historical and dialectical materialism. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, v.1, n.1, 1997.

PIRES, G. L.; SILVEIRA, J. Esporte educacional... existe? tarefa e compromisso da educação física com o esporte na escola. In: SILVA, M. R. (Org.) Esporte, educação, estado e sociedade: as políticas públicas em foco. Chapecó: Argos, 2007

REIS, N. S.; et al. Programa de Formação Esportiva na Escola - Atleta na Escola: fundamentos lógicos e circunstâncias históricas. **Motrivivência**, Florianópolis, v. 27, n. 44, p. 190-206, maio 2015.

REIS, N. S. **Políticas de esporte educacional nos governos Lula e Dilma:** avanços, limites e anacronismos. 2015. 200 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) - Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

REPPOLD FILHO, Alberto Reinaldo et al (Orgs.). **Olimpismo e educação olímpica no Brasil.** Porto Alegre: Editora da UFRGR, 2009.

SARMENTO, C. E. **A regra do jogo:** uma história institucional da CBF. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006.

SAVIANI, Demerval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações.** 9 ed. Campinas: Autores Associados, 2005.

SILVEIRA, J. Considerações sobre o esporte e o lazer: entre direitos sociais e projetos sociais. **LICERE**, Belo Horizonte, v.16, n.1, 2013.

SIMÕES, D. A produção de textos acadêmicos. In: CONGRESSO DA PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS DA FFP – UERJ, 2005. Disponível em: <http://www.aedi.ufpa.br/parfor/letras/images/documentos/ativ2_2014/abaetetuba/abaetetuba2013/minicurso%20leitura-produo%20_prof.%20paulo%20bruno.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2016.

SOUZA JÚNIOR, M. et al. A análise de conteúdo como forma de tratamento dos dados numa pesquisa qualitativa em educação física escolar. **Movimento**, Porto Alegre, v.16, n.03, p.31-49, 2010.

STAREPRAVO, F. A. **O esporte universitário paranaense e suas relações com o poder público**. 2005. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Departamento de Educação Física, Universidade Federal do Paraná, 2005.

_____. Fernando Augusto. **Políticas públicas de esporte e lazer no Brasil**: aproximações, intersecções, rupturas e distanciamentos entre os subcampos político/burocrático e científico/acadêmico. Curitiba: UFPR, 2011.

TAFFAREL, C. N. Z. Crítica às proposições pedagógicas da Educação Física. In: **Boletim Germinal** – on –line, n.6, 2009. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/germinal/n6-032009.htm#um>>. Acesso em: 24 ago. 2011.

_____. Espaços e equipamentos para a educação física escolar e não escolar. **Motrivivência**, Florianópolis, n 39, p. 66-75, dez. 2012.

_____. A formação profissional e as diretrizes curriculares do programa nacional de graduação: o assalto às consciências e o amoldamento subjetivo. **Revista da Educação Física/UEM**, Maringá, ano IX, n.1, p.13-23, 1998.

TAFFAREL, C. N. Z.; SANTOS JÚNIOR, C. L.; SILVA, W. A. Megaeventos esportivos: determinações da economia política, implicações didático-pedagógicas e rumos da formação humana nas aulas de educação física. **Em Aberto**, v. 1, p. 59-68, 2013.

TANI, Go. Manoel José Gomes Tubino: Biografia e Legado. **Rev. Bras. Educ. Fís. Esporte**, São Paulo, v.23, n.2, p.183-84, abr./jun. 2009.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

TUBINO, M. J. G. **O esporte no Brasil, do período colonial aos nossos dias**. São Paulo: Ibrasa, 1996.

VERONEZ, L. F. C. **Quando o Estado joga a favor do privado**: as políticas de esporte após a Constituição Federal de 1988. 2005. Tese (Doutorado em Educação Física) – Universidade de Campinas, Campinas, 2005.

APÊNDICE A - Detalhamento da Revisão de Literatura



	Localizamos através das referências bibliográficas citadas na literatura encontrada sobre o tema “Políticas Públicas de Esporte” como também através do Google
	<p>Utilizamos a expressão “PROGRAMA DE FORMAÇÃO ESPORTIVA ATLETA NA ESCOLA” nenhum resultado foi encontrado. Para afunilar ainda mais nossa pesquisa, utilizamos a expressão “PROGRAMA ATLETA NA ESCOLA” localizou-se dois resultados.</p> <p>Para ampliar as referencias que se relacionam com nosso objeto de estudo, utilizamos a expressão “POLÍTICAS DO ESPORTE NO BRASIL” e foram encontrados 44 resultados. Escolhemos aqueles que no tema destacavam termos como (organismos internacionais, mega-eventos no Brasil, governo).</p>
	Utilizamos a expressão “PROGRAMA DEFORMAÇÃO ESPORTIVA - ATLETA NA ESCOLA” nenhum documento foi encontrado na busca. Para filtrar a pesquisa, utilizamos a expressão “ATELTA NA ESCOLA” onde encontramos três estudos, os quais não tratam sobre o programa em questão. Não encontramos resultados com a expressão “PROGRAMA ATLETA NA ESCOLA”.
	Utilizamos a expressão “Programa de Formação esportiva - Atleta na Escola”, encontramos 52 resultados, estes porém não utilizavam o programa como objeto

	<p>de estudo</p> <p>Para melhor filtragem, utilizamos a expressão “Programa Atleta na Escola e foi encontrado um resultado.</p>
	<p>No Google Acadêmico, utilizamos a expressões todas aspeadas pra melhor filtragem, a primeira delas foi “<i>PROGRAMA DE FORMAÇÃO ESPORTIVA ATLETA NA ESCOLA</i>”, não houve resultados para esta busca. A mesma expressão foi utilizada sem as aspas, localizamos 13.000 resultados, para melhor filtragem, selecionamos publicações a partir de 2013 (ano de lançamento do programa), encontramos 3.980 resultados, destas localizamos dois textos onde apareceu as primeira publicação sobre o Programa de formação esportiva Atleta na Escola. Utilizamos a expressão “PROGRAMA ATLETA NA ESCOLA” aspeado para filtrar ainda mais nossa pesquisa em janeiro de 2017, encontramos um dissertação publicada em setembro de 2016.</p> <p>Para ampliar as referências que se relacionam com nosso objeto de estudo, utilizamos a expressão “POLÍTICAS DO ESPORTE NO BRASIL”, escolhemos o que discutem os megaeventos esportivos.</p>
	<p>Utilizamos para pesquisar nos anais do COMBRACE de 2015 a expressão “PROGRAMA DE FORMAÇÃO ESPORTIVA ATLETA NA ESCOLA”. Localizamos no GTT de Políticas Públicas um resultados que apresentam o Programa Atleta na escola como objeto.</p> <p>No GTT Escola, não foi localizado nenhum resultado através desta expressão.</p>
	<p>. Através da Literatura encontrada, apreciamos várias dissertações que foram importantes para a construção desta dissertação,</p>

APÊNDICE B – Documentos do Comitê de Ética



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DAS NORMAS DA RESOLUÇÃO 466/12, DE
PUBLICIZAÇÃO DOS RESULTADOS E SOBRE O USO E DESTINAÇÃO DO
MATERIAL/DADOS COLETADOS

Declaramos para os fins que se fizeram necessários, que o material e/ou dados coletados será/serão mantidos em absoluto sigilo de acordo com a Resolução do Conselho Nacional de Saúde "Resolução CNS nº 466/12", que trata da pesquisa envolvendo Seres Humanos. Ainda Salientamos que tais dados serão utilizados tão somente para realização da pesquisa intitulada: "**Programa de Formação Esportiva Atleta na Escola: uma análise da massificação da prática esportiva**", cujo objetivo é investigar o Programa de Formação Esportiva Atleta na Escola como um programa do governo federal de democratização o acesso ao esporte bem como promover valores olímpicos e paraolímpicos em estudantes de 12 a 17 anos matriculados nas escolas no município de Arapiraca, tendo como foco de análise, além da pesquisa documental, os olhares dos sujeitos envolvidos diretamente com implementação do Programa: coordenador, professores e estudantes envolvidos.

Sob a responsabilidade da mestrandia Petra Schnneider Lima dos Santos, da orientadora da pesquisa profa. Dra. Georgia Sobreira dos Santos Cêa e da co-orientadora Profa. Dra. Sandra Regina Paz da Silva. Enfatizamos que tais dados serão publicados sejam eles favoráveis ou não, com a finalidade estritamente acadêmica.

Profª. Dra. Georgia Sobreira dos Santos Cêa
Orientadora
Docente no Programa de Pós-Graduação em Educação – PFGE-UFAL

Sandra Regina Paz da Silva
Profª. Dra. Sandra Regina Paz da Silva
Co-orientadora
Docente no Programa de Pós-Graduação em Educação – PFGE-UFAL

Petra Schneider Lima dos Santos
Petra Schneider Lima dos Santos
Discente no Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE-UFAL

Macció, Agosto de 2016



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL

Eu, *Maria Gorete Correia de Queiroz Carvalho*, Secretária Municipal de Educação, autorizo a pesquisadora Petra Schneider Lima dos Santos, do Centro de Educação (CEDU) da Universidade Federal de Alagoas - UFAL, a realizar a pesquisa intitulada "**Programa de Formação Esportiva Atleta na Escola: uma análise da massificação da prática esportiva**", sob a orientação da profa. Dra. Georgia Sobreira dos Santos Cêa e Co-orientação da profa. Dra Sandra Regina Paz da Silva. Como instituição co-participante do presente projeto de pesquisa essa autorização pode ser revogada a qualquer momento, para o resguardo da segurança e bem-estar dos sujeitos participantes da pesquisa.

Maria Gorete Correia de Queiroz Carvalho

Secretária de Educação

Secretaria Municipal de Educação de Arapiraca

Maria Gorete C. de Q. Carvalho
Secretária Municipal de Educação

Maria Gorete C. de Q. Carvalho

Profa. Dra. Georgia Sobreira dos Santos Cêa
Orientadora

Docente no Programa de Pós-Graduação em Educação – PFGE-UFAL

Sandra Regina Paz da Silva

Profa. Dra. Sandra Regina Paz da Silva
Co-orientadora

Docente no Programa de Pós-Graduação em Educação – PFGE-UFAL

Petra Schneider Lima dos Santos

Petra Schneider Lima dos Santos
Discente no Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE-UFAL

Maceió, Agosto de 2016



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL

Eu, **Karla Emanuelle Ferreira Lima Paiva**, responsável pela coordenação do Programa Atleta na Escola em 2013 e 2014 na Secretaria Municipal de Educação de Arapiraca, autorizo a pesquisadora Petra Schneider Lima dos Santos, do Centro de Educação (CEDU) da Universidade Federal de Alagoas - UFAL, a realizar a pesquisa intitulada "**Programa de Formação Esportiva Atleta na Escola: uma análise da massificação da prática esportiva**", sob a orientação da profa. Dra. Georgia Sobreira dos Santos Cêa e Co-orientação da profa. Dra Sandra Regina Paz da Silva. Como instituição co-participante do presente projeto de pesquisa essa autorização pode ser revogada a qualquer momento, para o resguardo da segurança e bem-estar dos sujeitos participantes da pesquisa.

Karla Emanuelle Ferreira Lima Paiva

Coordenadora do Programa Atleta na Escola em 2013 e 2014
Secretaria Municipal de Educação de Arapiraca

Profa. Dra. Georgia Sobreira dos Santos Cêa
Orientadora
Docente no Programa de Pós-Graduação em Educação – PFGE-UFAL

Sandra Regina Paz da Silva

Profa. Dra. Sandra Regina Paz da Silva
Co-orientadora
Docente no Programa de Pós-Graduação em Educação – PFGE-UFAL

Petra Schneider Lima dos Santos

Petra Schneider Lima dos Santos
Discente no Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE-UFAL

Maceió, Agosto de 2016



CNPJ: 01.928.890/0001-691

ESCOLA DE ENSINO FUNDAMENTAL
31 DE MARÇO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Rua Brasília, 455 - B Brasília
CEP 57313-130 - Fone (82) 3530-1410
Arapiraca - Alagoas

AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL

Eu, *Advânia Lúcia A. F. Araújo*, diretor(a) da Escola de Ensino Fundamental 31 de Março, autorizo a pesquisadora Petra Schneider Lima dos Santos, do Centro de Educação (CEDU) da Universidade Federal de Alagoas - UFAL, a realizar a pesquisa intitulada **“Programa de Formação Esportiva Atleta na Escola: uma análise da massificação da prática esportiva”**, sob a orientação da profa. Dra. Georgia Sobreira dos Santos Cêa e Co-orientação da profa. Dra Sandra Regina Paz da Silva. Como instituição co-participante do presente projeto de pesquisa essa autorização pode ser revogada a qualquer momento, para o resguardo da segurança e bem-estar dos sujeitos participantes da pesquisa.

Advânia Lúcia A. F. Araújo

Advânia Lúcia de A. F. Araújo
Diretor(a)

Escola de Ensino Fundamental 31 de Março

Profa. Dra. Georgia Sobreira dos Santos Cêa
Orientadora

Docente no Programa de Pós-Graduação em Educação – PFGE-UFAL

Sandra Regina Paz da Silva

Profa. Dra. Sandra Regina Paz da Silva
Co-orientadora

Docente no Programa de Pós-Graduação em Educação – PFGE-UFAL

Petra Schneider Lima dos Santos

Petra Schneider Lima dos Santos
Discente no Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE-UFAL

Maceió, Agosto de 2016



ESCOLA DE ENSINO FUNDAMENTAL
 GOV. FERNANDO COLLOR DE MELLO
 Rua Vereador José Tertuliano S/N
 Vila Canaã - Arapiraca - Alagoas
 CNPJ: 01.930.442/0001-08

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
 CENTRO DE EDUCAÇÃO
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL

Eu, *Rafael Calista Neto*, diretor(a) da Escola de Ensino Fundamental Gov. Fernando Collor de Mello, autorizo a pesquisadora Petra Schneider Lima dos Santos, do Centro de Educação (CEDU) da Universidade Federal de Alagoas - UFAL, a realizar a pesquisa intitulada "**Programa de Formação Esportiva Atleta na Escola: uma análise da massificação da prática esportiva**", sob a orientação da profa. Dra. Georgia Sobreira dos Santos Cêa e Co-orientação da profa. Dra Sandra Regina Paz da Silva. Como instituição co-participante do presente projeto de pesquisa essa autorização pode ser revogada a qualquer momento, para o resguardo da segurança e bem-estar dos sujeitos participantes da pesquisa.

Rafael Calista Neto

Rafael Calista Neto
 Diretor Geral
 Port. 2.610

Escola de Ensino Fundamental Gov. Fernando Collor de Mello

Profa. Dra. Georgia Sobreira dos Santos Cêa
 Orientadora

Docente no Programa de Pós-Graduação em Educação – PFGE-UFAL

Sandra Regina Paz da Silva

Profa. Dra. Sandra Regina Paz da Silva
 Co-orientadora

Docente no Programa de Pós-Graduação em Educação – PFGE-UFAL

Petra Schneider Lima dos Santos

Petra Schneider Lima dos Santos
 Discente no Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE-UFAL

Maceió, Agosto de 2016



ESCOLA DE ENSINO FUNDAMENTAL
CRISPINIANO FERREIRA DE BRITO
CNPJ: 01.930.471/0001-61
Rua Manoel Leal, S/N - B. Cacimbas
Arapiraca - Alagoas

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL

Eu, *Maria José Vitorio dos Santos*, diretor(a) da Escola de Ensino Fundamental Crispiniano Ferreira de Brito, autorizo a pesquisadora Petra Schneider Lima dos Santos, do Centro de Educação (CEDU) da Universidade Federal de Alagoas - UFAL, a realizar a pesquisa intitulada "**Programa de Formação Esportiva Atleta na Escola: uma análise da massificação da prática esportiva**", sob a orientação da profa. Dra. Georgia Sobreira dos Santos Cêa e Co-orientação da profa. Dra. Sandra Regina Paz da Silva. Como instituição co-participante do presente projeto de pesquisa essa autorização pode ser revogada a qualquer momento, para o resguardo da segurança e bem-estar dos sujeitos participantes da pesquisa.

Maria José Vitorio dos Santos
Diretor(a)
Maceió - 1942-3

Diretor (a)
Escola de Ensino Fundamental Crispiniano Ferreira de Brito

Profa. Dra. Georgia Sobreira dos Santos Cêa
Orientadora
Docente no Programa de Pós-Graduação em Educação – PFGE-UFAL

Sandra Regina Paz da Silva

Profa. Dra. Sandra Regina Paz da Silva
Co-orientadora
Docente no Programa de Pós-Graduação em Educação – PFGE-UFAL

Petra Schneider Lima dos Santos

Petra Schneider Lima dos Santos
Discente no Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE-UFAL

Maceió, Agosto de 2016



CNPJ: 01.928.843/0001-15

ESCOLA DE ENS. FUND. PROF.
LUIZ ALBERTO DE MELO

Vila Pau D'Arco, S/N - Zona Rural
CEP 57.319-100 - Arapiraca - Alagoas

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL

Eu, *Claudia Cicera Barbosa da Silva*, diretor(a) da Escola de Ensino Fundamental Professor Luiz Alberto de Melo, autorizo a pesquisadora Petra Schneider Lima dos Santos, do Centro de Educação (CEDU) da Universidade Federal de Alagoas - UFAL, a realizar a pesquisa intitulada "Programa de Formação Esportiva Atleta na Escola: uma análise da massificação da prática esportiva", sob a orientação da profa. Dra. Georgia Sobreira dos Santos Cêa e Co-orientação da profa. Dra Sandra Regina Paz da Silva. Como instituição co-participante do presente projeto de pesquisa essa autorização pode ser revogada a qualquer momento, para o resguardo da segurança e bem-estar dos sujeitos participantes da pesquisa.

Claudia Cicera Barbosa da Silva

Diretor (a)

Escola de Ensino Fundamental Professor Luiz Alberto de Melo

Profa. Dra. Georgia Sobreira dos Santos Cêa
Orientadora

Docente no Programa de Pós-Graduação em Educação – PFGE-UFAL

Sandra Regina Paz da Silva

Profa. Dra. Sandra Regina Paz da Silva
Co-orientadora

Docente no Programa de Pós-Graduação em Educação – PFGE-UFAL

Petra Schneider Lima dos Santos

Petra Schneider Lima dos Santos

Discente no Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE-UFAL

Maceió, Agosto de 2016



Escola de Ensino Fundamental
Pedro Correia das Graças
CNPJ: 01.930.464/0001-80
Av. Vicente de Albuquerque, s/n - Caiçás
CEP: 57311-250 - Arapiraca - Alagoas

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL

Eu, *Magna Cristina de Carvalho Gonçalves*, diretor(a) da Escola de Ensino Fundamental Pedro Correia das Graças, autorizo a pesquisadora Petra Schneider Lima dos Santos, do Centro de Educação (CEDU) da Universidade Federal de Alagoas - UFAL, a realizar a pesquisa intitulada “Programa de Formação Esportiva Atleta na Escola: uma análise da massificação da prática esportiva”, sob a orientação da profa. Dra. Georgia Sobreira dos Santos Cêa e Co-orientação da profa. Dra Sandra Regina Paz da Silva. Como instituição co-participante do presente projeto de pesquisa essa autorização pode ser revogada a qualquer momento, para o resguardo da segurança e bem-estar dos sujeitos participantes da pesquisa.

Magna Cristina de Carvalho Gonçalves

Diretor (a)

Escola de Ensino Fundamental Pedro Correia das Graças

Magna Cristina de C. Gonçalves

Diretora

Profª. Dra. Georgia Sobreira dos Santos Cêa

Orientadora

Docente no Programa de Pós-Graduação em Educação – PFGE-UFAL

Sandra Regina Paz da Silva

Profª. Dra. Sandra Regina Paz da Silva

Co-orientadora

Docente no Programa de Pós-Graduação em Educação – PFGE-UFAL

Petra Schneider Lima dos Santos

Petra Schneider Lima dos Santos

Discente no Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE-UFAL

Maceió, Agosto de 2016

APÊNDICE C – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido dos Entrevistados

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (T.C.L.E.)

(Em 2 vias, firmado por cada participante-voluntári(o,a) da pesquisa e pelo responsável)

COORDENADOR(A) DO PROGRAMA

Eu, tendo sido convidad(o,a) a participar como voluntári(o,a) do estudo **O Programa de Formação Esportiva Atleta na Escola: uma análise da massificação da prática esportiva**, recebi d(o,a) Sr(a). Petra Schnneider Lima dos Santos, sob a orientação da Prof^a Dra. Georgia Sobreira dos Santos Cêa e Co-orientação da Prof^a Dra. Sandra Regina Paz da Silva do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Alagoas responsável por sua execução, as seguintes informações que me fizeram entender sem dificuldades e sem dúvidas os seguintes aspectos:

- Que o estudo se destina a investigar o Programa de Formação Esportiva Atleta na Escola: uma análise da massificação da prática esportiva, cujo objetivo é investigar o Programa de Formação Esportiva Atleta na Escola como um programa do governo federal de democratização o acesso ao esporte bem como promover valores olímpicos e paraolímpicos em estudantes de 12 a 17 anos matriculados nas escolas no município de Arapiraca, tendo como foco de análise, além da pesquisa documental, os olhares dos sujeitos envolvidos diretamente com implementação do Programa: coordenador, professores e estudantes envolvidos

- Que a importância deste estudo consiste em compreender como vem sendo implementado, executado e avaliado o Programa de Formação Esportiva Atleta na Escola no município de Arapiraca, enquanto política pública de democratização do esporte para estudantes da educação básica.

- Que os resultados que se desejam alcançar são os seguintes: reflexão sobre a política pública de democratização do esporte para alunos da educação básica através do Programa de Formação Esportiva Atleta na Escola; compreensão das fundamentações teóricas que se baseiam o Programa de Formação Esportiva Atleta na Escola, bem como sobre os olhares dos sujeitos (coordenador, professores e estudantes) do programa; identificação das contradições e limites existentes na proposta deste programa.

- Que esse estudo (pesquisa de campo) começará em 20/09/2016 e terminará em 30/10/2016.

- Que o estudo será feito da seguinte maneira: realizar-se-á primeiramente a revisão da literatura sobre o tema, seguido de pesquisa documental com os documentos oficiais do programa, posteriormente haverá a entrevista com os sujeitos envolvidos diretamente no processo de implementação do programa (coordenador, professores e estudantes) em Arapiraca que realizaram as etapas escolar em 2013 e 2014, em seguida dar-se-á a análise dos dados, e por fim o relatório dos dados por meio da escrita da dissertação.

- Que eu participarei das seguintes etapas: disponibilização de documentos e dados sobre o Programa de Formação Esportiva Atleta na Escola e da entrevista realizada pela pesquisadora.

- Que os incômodos que poderei sentir com a minha participação são os seguintes: perda de tempo, não saber o que responder e etc, será respeitado deixando esclarecido que a minha identidade será mantida em sigilo caso eu concorde em realizar a entrevista e minha disponibilidade de tempo será respeitada.

- Que os possíveis riscos à minha saúde física e mental são: insegurança sobre críticas infundadas aos encaminhamentos do programa dentro das instituições; armazenamento e utilização dos dados da entrevista; publicação e divulgação dos resultados. Para garantir segurança ao entrevistado, a pesquisadora assegurará: liberdade em responder ou não às perguntas; compromisso de uso exclusivo dos dados e análise para fins acadêmicos e científico. Ainda será salvaguardado o direito de desistir da decisão voluntária em participar da pesquisa.

- Que deverei contar com a seguinte assistência: qualquer informação sobre a pesquisa, sendo responsável(is) por ela as pesquisadoras: Georgia Sobreira Cêa, Petra Schneider Lima dos Santos e Sandra Regina Paz da Silva.

- Que os benefícios que deverei esperar com a minha participação, mesmo que não diretamente são: compreensão e colaboração crítica sobre o Programa de Formação Esportiva Atleta na Escola no município de Arapiraca, como uma política pública do governo federal na democratização do esporte.

- Que eu serei informado(a) sobre o resultado final desta pesquisa, e sempre que eu desejar será fornecido esclarecimentos sobre qualquer etapa da mesma.

- Que, a qualquer momento, eu poderei recusar a continuar participando do estudo e, também, que eu poderei retirar este meu consentimento, sem que isso me traga qualquer penalidade ou prejuízo.

- Que as informações conseguidas através da minha participação não permitirão a identificação da minha pessoa, exceto aos responsáveis pelo estudo, e que a divulgação das mencionadas informações só será feita entre os profissionais estudiosos do assunto.

- Que a minha participação não acarretará custos e não será disponível nenhuma compensação financeira adicional.

- Que eu serei indenizado por qualquer dano que venha a sofrer com a participação na pesquisa.

- Que eu receberei uma via do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Finalmente, tendo eu compreendido perfeitamente tudo o que me foi informado sobre a minha participação no mencionado estudo e estando consciente dos meus direitos, das minhas responsabilidades, dos riscos e dos benefícios que a minha participação implicam, concordo em dele participar e para isso eu DOU O MEU CONSENTIMENTO SEM QUE PARA ISSO EU TENHA SIDO FORÇADO OU OBRIGADO.

Endereço d(o,a) participante-voluntári(o,a)

Domicílio: (rua, praça, conjunto):

Bloco: /Nº: /Complemento:

Bairro: /CEP/Cidade: /Telefone:

Ponto de referência:

Contato de urgência: Sr(a).

Domicílio: (rua, praça, conjunto)

Bloco: /Nº: /Complemento:

Bairro: /CEP/Cidade: /Telefone:

Ponto de referência:

Endereço d(os,as) responsável(eis) pela pesquisa (OBRIGATÓRIO):

Nome: Georgia Sobreira dos Santos Cêa

Endereço: Rua José Correia Filho, 186, Bloco: nº/ Complemento: ED. Araguaia, apto 804.

Bairro:/CEP/Cidade: Ponta Verde - Maceió – CEP. 57035-285

Telefones p/contato: 82 99993 4155

Instituição: UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL/CEDU

Nome: Sandra Regina Paz da Silva

Endereço: Rua São Domingos, 340. Bloco: nº/ Complemento: Ed. Miramar, Bloco Aurora, apto 608.

Bairro:/CEP/Cidade: Mangabeiras – Maceió – CEP. 57037-538

Telefones p/contato: 82 9 96445046 – 82 9 88502045

Instituição: UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL/CEDU

Nome: Petra Schneider Lima dos Santos

Endereço: Rua Expedicionários Brasileiro Bloco: nº/Complemento: apto 509

Bairro:/CEP/Cidade: Baixa Grande – Arapiraca- CEP. 57 307 295

Telefones p/contato: 82 9 96434458

Instituição: UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL/CEDU

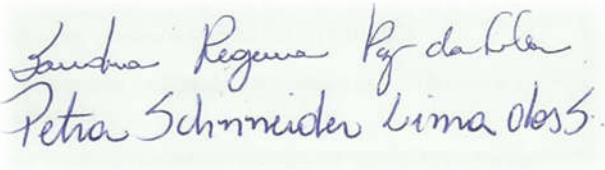
ATENÇÃO: Para informar ocorrências irregulares ou danosas durante a sua participação no estudo, dirija-se ao:

Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Alagoas

Prédio da Reitoria, 1º Andar , Campus A. C. Simões, Cidade Universitária

Telefone: 3214-1041

Maceió, 2016

<p>Assinatura ou impressão datiloscópica d(o,a) voluntári(o,a) ou responsável legal e rubricar as demais folhas</p>	 <p>Nome e Assinatura do(s) responsável(eis) pelo estudo (Rubricar as demais páginas)</p>
---	---

Termo de Assentimento Livre Esclarecido (T.A.L.E.)

(Em 2 vias, firmado por cada participante-voluntári(o,a) da pesquisa e pelo responsável)

ESTUDANTE

Eu, tendo sido convidad(o,a) a participar como voluntári(o,a) do estudo **O Programa de Formação Esportiva Atleta na Escola: uma análise da massificação da prática esportiva**, recebi d(o,a) Sr(a). Petra Schnneider Lima dos Santos, sob a orientação da Prof^ª Georgia Sobreira dos Santos Cêa e Co-Orientação da Prof^ª Sandra Regina Paz da Silva do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Alagoas responsável por sua execução, as seguintes informações que me fizeram entender sem dificuldades e sem dúvidas os seguintes aspectos:

- Que o estudo se destina a investigar o Programa de Formação Esportiva Atleta na Escola: uma análise da massificação da prática esportiva, cujo objetivo é investigar o Programa de Formação Esportiva Atleta na Escola como um programa do governo federal de democratização o acesso ao esporte bem como promover valores olímpicos e paraolímpicos em estudantes de 12 a 17 anos matriculados nas escolas no município de Arapiraca, tendo como foco de análise, além da pesquisa documental, os olhares dos sujeitos envolvidos diretamente com implementação do Programa: coordenador, professores e estudantes envolvidos
- Que a importância deste estudo consiste em compreender como vem sendo implementado, executado e avaliado o Programa de Formação Esportiva Atleta na Escola no município de Arapiraca, enquanto política pública de democratização do esporte para estudantes da educação básica dentro dos moldes da sociedade capitalista.
- Que os resultados que desejamos alcançar são os seguintes: refletir sobre este programa enquanto uma política pública que promove o esporte para estudantes na escola, compreender como o programa está organizado através do coordenador, professores e estudantes que participaram do programa e identificar se existe contradições na proposta deste programa.
- Que esse estudo (pesquisa de campo) começará em 20/09/2016 e terminará em 30/10/2016.
- Que o estudo será feito da seguinte maneira: 1. Uma revisão de literatura sobre o tema; 2. Uma pesquisa nos documentos oficiais do programa; 3. Entrevista com coordenador, professores e estudantes de Arapiraca que realizaram as etapas escolar em 2013 e 2014; 4. Análise dos dados e 5. Relatório dos dados por meio da escrita da dissertação.
- Que eu participarei das seguinte etapa: entrevista realizada pela pesquisadora sobre o Programa de Formação Esportiva Atleta na Escola.
- Que os incômodos que poderei sentir com a minha participação são os seguintes: perda de tempo, não saber o que responder e etc, será respeitado deixando esclarecido que a minha identidade será mantida em sigilo caso eu concorde em realizar a entrevista e minha disponibilidade de tempo será respeitada.

Sandra Regina Paz da Silva

- Que os possíveis riscos à minha saúde física e mental são: críticas sem fundamentos sobre o que eu mencionar sobre o programa; armazenamento e utilização dos dados da entrevista; publicação e divulgação dos resultados. Para garantir sua segurança, a pesquisadora assegurará: liberdade em responder ou não às perguntas; compromisso de uso exclusivo dos dados e análise para fins acadêmicos e científico. Ainda será salvaguardado o direito de desistir da decisão voluntária em participar da pesquisa.
- Que as responsáveis pela entrevista e que posso contar para qualquer informação sobre a pesquisa, sendo responsável(is) por ela são as pesquisadoras: Petra Schneider Lima dos Santos e Georgia Sobreira dos Santos Cêa e Sandra Regina Paz da Silva.
- Que os benefícios que deverei esperar com a minha participação, mesmo que não diretamente são: compreensão e colaboração crítica sobre Programa de Formação Esportiva Atleta na Escola no município de Arapiraca, como uma política pública do governo federal na democratização do esporte.
- Que eu serei informado(a) sobre o resultado final desta pesquisa, e sempre que eu desejar será fornecido esclarecimentos sobre qualquer etapa da mesma.
- Que, a qualquer momento, eu poderei recusar a continuar participando do estudo e, também, que eu poderei retirar este meu consentimento, sem que isso me traga qualquer penalidade ou prejuízo.
- Que as informações conseguidas através da minha participação não permitirão a identificação da minha pessoa, exceto aos responsáveis pelo estudo, e que a divulgação das mencionadas informações só será feita entre os profissionais estudiosos do assunto.
- Que para a minha participação não será cobrado nenhum valor como também não haverá nenhum pagamento pela entrevista.
- Que eu serei indenizado por qualquer dano que venha a sofrer com a participação na pesquisa.
- Que eu receberei uma via do Termo de Assentimento Livre e Esclarecido.

Finalmente, tendo eu compreendido perfeitamente tudo o que me foi informado sobre a minha participação no mencionado estudo e estando consciente dos meus direitos, das minhas responsabilidades, dos riscos e dos benefícios que a minha participação implicam, concordo em dele participar e para isso eu DOU O MEU CONSENTIMENTO SEM QUE PARA ISSO EU TENHA SIDO FORÇADO OU OBRIGADO.

Endereço d(o,a) participante-voluntári(o,a)

Domicílio: (rua, praça, conjunto):

Bloco: /Nº: /Complemento:

Bairro: /CEP/Cidade: /Telefone:

Ponto de referência:

Contato de urgência: Sr(a).

Domicílio: (rua, praça, conjunto)

Bloco: /Nº: /Complemento:

Bairro: /CEP/Cidade: /Telefone:

Ponto de referência:

Endereço d(os,as) responsável(eis) pela pesquisa (OBRIGATÓRIO):

Nome: Georgia Sobreira dos Santos Cêa

Endereço: Rua José Correia Filho, 186, Bloco: nº/ Complemento: ED. Araguaia, apto 804.

Bairro:/CEP/Cidade: Ponta Verde - Maceió – CEP. 57035-285

Telefones p/contato: 82 9 9993 4155

Instituição: UNIVESIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL/CEDU

Nome: Sandra Regina Paz da Silva

Endereço: Rua São Domingos, 340. Bloco: nº/ Complemento: Ed. Miramar, Bloco Aurora, apto 608.

Bairro:/CEP/Cidade: Mangabeiras – Maceió – CEP. 57037-538

Telefones p/contato: 82 9 96445046 – 82 9 88502045

Instituição: UNIVESIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL/CEDU

Nome: Petra Schnneider Lima dos Santos

Endereço: Rua Expedicionários Brasileiro Bloco: nº/Complemento: apto 509

Bairro:/CEP/Cidade: Baixa Grande – Arapiraca- CEP. 57 307 295

Telefones p/contato: 82 9 96434458

Instituição: UNIVESIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL/CEDU

ATENÇÃO: Para informar ocorrências irregulares ou danosas durante a sua participação no estudo, dirija-se ao:

Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Alagoas
Prédio da Reitoria, 1º Andar, Campus A. C. Simões, Cidade Universitária
Telefone: 3214-1041
 Maceió, 2016

<p>Assinatura ou impressão datiloscópica d(o,a) voluntári(o,a) ou responsável legal e rubricar as demais folhas</p>	<p><i>Sandra Regina Paz da Silva</i> <i>Petra Schnneider Lima dos S.</i></p> <p>Nome e Assinatura do(s) responsável(eis) pelo estudo (Rubricar as demais páginas)</p>
---	---

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (T.C.L.E.)

(Em 2 vias, firmado por cada participante-voluntári(o,a) da pesquisa e pelo responsável)

PROFESSOR

Eu, tendo sido convidad(o,a) a participar como voluntári(o,a) do estudo **O Programa de Formação Esportiva Atleta na Escola: uma análise da massificação da prática esportiva**, recebi d(o,a) Sr(a). Petra Schnneider Lima dos Santos, sob a orientação da Prof^a Dra. Georgia Sobreira dos Santos Cêa e Co-orientação da Prof^a Dra. Sandra Regina Paz da Silva do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Alagoas responsável por sua execução, as seguintes informações que me fizeram entender sem dificuldades e sem dúvidas os seguintes aspectos:

- Que o estudo se destina a investigar o Programa de Formação Esportiva Atleta na Escola: uma análise da massificação da prática esportiva, cujo objetivo é investigar o Programa de Formação Esportiva Atleta na Escola como um programa do governo federal de democratização o acesso ao esporte bem como promover valores olímpicos e paraolímpicos em estudantes de 12 a 17 anos matriculados nas escolas no município de Arapiraca, tendo como foco de análise, além da pesquisa documental, os olhares dos sujeitos envolvidos diretamente com implementação do Programa: coordenador, professores e estudantes envolvidos
- Que a importância deste estudo consiste em compreender como vem sendo implementado, executado e avaliado o Programa de Formação Esportiva Atleta na Escola no município de Arapiraca, enquanto política pública de democratização do esporte para estudantes da educação básica.
- Que os resultados que se desejam alcançar são os seguintes: reflexão sobre a política pública de democratização do esporte para alunos da educação básica através do Programa de Formação Esportiva Atleta na Escola; compreensão das fundamentações teóricas que se baseiam o Programa de Formação Esportiva Atleta na Escola, bem como sobre os olhares dos sujeitos (coordenador, professores e estudantes) do programa; identificação das contradições e limites existentes na proposta deste programa.
- Que esse estudo (pesquisa de campo) começará em 20/09/2016 e terminará em 30/10/2016.
- Que o estudo será feito da seguinte maneira: realizar-se-á primeiramente a revisão da literatura sobre o tema, seguido de pesquisa documental com os documentos oficiais do programa, posteriormente haverá a entrevista com os sujeitos envolvidos diretamente no processo de implementação do programa (coordenador, professores e estudantes) em Arapiraca que realizaram as etapas escolar em 2013 e 2014, em seguida dar-se-á a análise dos dados, e por fim o relatório dos dados por meio da escrita da dissertação.
- Que eu participarei das seguintes etapas: disponibilização de documentos e dados sobre o Programa de Formação Esportiva Atleta na Escola e da entrevista realizada pela pesquisadora.
- Que os incômodos que poderei sentir com a minha participação são os seguintes: perda de tempo, não saber o que responder e etc, será respeitado deixando esclarecido que a minha identidade será mantida em sigilo caso eu concorde em realizar a entrevista e minha disponibilidade de tempo será respeitada.

- Que os possíveis riscos à minha saúde física e mental são: insegurança sobre críticas infundadas aos encaminhamentos do programa dentro das instituições; armazenamento e utilização dos dados da entrevista; publicação e divulgação dos resultados. Para garantir segurança ao entrevistado, a pesquisadora assegurará: liberdade em responder ou não às perguntas; compromisso de uso exclusivo dos dados e análise para fins acadêmicos e científico. Ainda será salvaguardado o direito de desistir da decisão voluntária em participar da pesquisa.

- Que deverei contar com a seguinte assistência: qualquer informação sobre a pesquisa, sendo responsável(is) por ela as pesquisadoras: Georgia Sobreira dos Santos Cêa, Petra Schneider Lima dos Santos e Sandra Regina Paz da Silva.

- Que os benefícios que deverei esperar com a minha participação, mesmo que não diretamente são: compreensão e colaboração crítica sobre o Programa de Formação Esportiva Atleta na Escola no município de Arapiraca, como uma política pública do governo federal na democratização do esporte.

- Que eu serei informado(a) sobre o resultado final desta pesquisa, e sempre que eu desejar será fornecido esclarecimentos sobre qualquer etapa da mesma.

- Que, a qualquer momento, eu poderei recusar a continuar participando do estudo e, também, que eu poderei retirar este meu consentimento, sem que isso me traga qualquer penalidade ou prejuízo.

- Que as informações conseguidas através da minha participação não permitirão a identificação da minha pessoa, exceto aos responsáveis pelo estudo, e que a divulgação das mencionadas informações só será feita entre os profissionais estudiosos do assunto.

- Que a minha participação não acarretará custos e não será disponível nenhuma compensação financeira adicional.

- Que eu serei indenizado por qualquer dano que venha a sofrer com a participação na pesquisa.

- Que eu receberei uma via do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Finalmente, tendo eu compreendido perfeitamente tudo o que me foi informado sobre a minha participação no mencionado estudo e estando consciente dos meus direitos, das minhas responsabilidades, dos riscos e dos benefícios que a minha participação implicam, concordo em dele participar e para isso eu DOU O MEU CONSENTIMENTO SEM QUE PARA ISSO EU TENHA SIDO FORÇADO OU OBRIGADO.

Endereço d(o,a) participante-voluntári(o,a)

Domicílio: (rua, praça, conjunto):

Bloco: /Nº: /Complemento:

Bairro: /CEP/Cidade: /Telefone:

Ponto de referência:

Contato de urgência: Sr(a).

Domicílio: (rua, praça, conjunto)

Bloco: /Nº: /Complemento:

Bairro: /CEP/Cidade: /Telefone:

Ponto de referência:

Endereço d(os,as) responsável(eis) pela pesquisa (OBRIGATÓRIO):

Nome: Georgia Sobreira dos Santos Cêa

Endereço: Rua José Correia Filho, 186, Bloco: nº/ Complemento: ED. Araguaia, apto 804.

Bairro:/CEP/Cidade: Ponta Verde - Maceió – CEP. 57035-285

Telefones p/contato: 82 9 9993 4155

Instituição: UNIVESIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL/CEDU

Nome: Sandra Regina Paz da Silva

Endereço: Rua São Domingos, 340. Bloco: nº/ Complemento: Ed. Miramar, Bloco Aurora, apto 608.

Bairro:/CEP/Cidade: Mangabeiras – Maceió – CEP. 57037-538

Telefones p/contato: 82 9 96445046 – 82 9 88502045

Instituição: UNIVESIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL/CEDU

Nome: Petra Schnneider Lima dos Santos

Endereço: Rua Expedicionários Brasileiro Bloco: nº/Complemento: apto 509

Bairro:/CEP/Cidade: Baixa Grande – Arapiraca- CEP. 57 307 295

Telefones p/contato: 82 9 96434458

Instituição: UNIVESIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL/CEDU

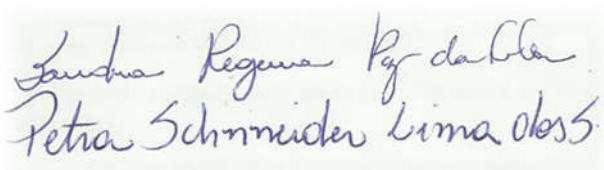
ATENÇÃO: Para informar ocorrências irregulares ou danosas durante a sua participação no estudo, dirija-se ao:

Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Alagoas

Prédio da Reitoria, 1º Andar , Campus A. C. Simões, Cidade Universitária

Telefone: 3214-1041

Maceió, 2016

<p>Assinatura ou impressão datiloscópica d(o,a) voluntári(o,a) ou responsável legal e rubricar as demais folhas</p>	 <p>Nome e Assinatura do(s) responsável(eis) pelo estudo (Rubricar as demais páginas)</p>
---	---

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (T.C.L.E.)

(Em 2 vias, firmado por cada participante-voluntári(o,a) da pesquisa e pelo responsável)

PAI/RESPONSÁVEL

Eu, responsável pelo menor que foi convidado(o,a) a participar como voluntário(o,a) do estudo **O Programa de Formação Esportiva Atleta na Escola: uma análise da massificação da prática esportiva**, recebi do(a) Sr(a). Petra Schneider Lima dos Santos, sob a orientação da Profª Dra. Georgia Sobreira dos Santos Cêa e Co-Orientação da Profª Dra. Sandra Regina Paz da Silva do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Alagoas responsável por sua execução, as seguintes informações que me fizeram entender sem dificuldades e sem dúvidas os seguintes aspectos:

- Que o estudo se destina a investigar o Programa de Formação Esportiva Atleta na Escola: uma análise da massificação da prática esportiva, cujo objetivo é investigar o Programa de Formação Esportiva Atleta na Escola como um programa do governo federal de democratização o acesso ao esporte bem como promover valores olímpicos e paraolímpicos em estudantes de 12 á 17 anos matriculados nas escolas no município de Arapiraca, tendo como foco de análise, além da pesquisa documental, os olhares dos sujeitos envolvidos diretamente com implementação do Programa: coordenador, professores e estudantes envolvidos

- Que a importância deste estudo consiste em compreender como vem sendo implementado, executado e avaliado o Programa de Formação Esportiva Atleta na Escola no município de Arapiraca, enquanto política pública de democratização do esporte para estudantes da educação básica dentro dos moldes da sociedade capitalista.

- Que os resultados que se desejam alcançar são os seguintes: reflexão sobre a política pública de democratização do esporte para alunos da educação básica através do Programa de Formação Esportiva Atleta na Escola; compreensão das fundamentações teóricas que baseiam o Programa de Formação Esportiva Atleta na Escola, bem como sobre os olhares dos sujeitos (coordenador, professores e estudantes) do programa; identificação das contradições e limites existentes na proposta deste programa.

- Que esse estudo (pesquisa de campo) começará em 20/09/2016 e terminará em 30/10/2016.

- Que o estudo será feito da seguinte maneira: Realizar-se-á primeiramente a revisão da literatura sobre o tema, seguido de pesquisa documental com os documentos oficiais do programa, posteriormente haverá a entrevista com os sujeitos envolvidos diretamente no processo de implementação do programa (coordenador, professores e estudantes) em Arapiraca que realizaram as etapas escolar em 2013 e 2014, em seguida dar-se-á a análise dos dados, e por fim o relatório dos dados por meio da escrita da dissertação.

- Que eu participarei das seguinte etapa: entrevista realizada pela pesquisadora sobre o Programa de Formação Esportiva Atleta na Escola.

- Que os incômodos que poderei sentir com a minha participação são os seguintes: perda de tempo, não saber o que responder e etc, será respeitado deixando esclarecido que a minha identidade será mantida em sigilo caso eu concorde em realizar a entrevista e minha disponibilidade de tempo será respeitada.

- Que os possíveis riscos à minha saúde física e mental são: insegurança sobre críticas infundadas aos encaminhamentos do programa dentro das instituições; armazenamento e utilização dos dados da entrevista; publicação e divulgação dos resultados. Para garantir segurança ao entrevistado, a pesquisadora assegurará: liberdade em responder ou não às perguntas; compromisso de uso exclusivo dos dados e análise para fins acadêmicos e

científico. Ainda será salvaguardado o direito de desistir da decisão voluntária em participar da pesquisa.

- Que deverei contar com a seguinte assistência: qualquer informação sobre a pesquisa, sendo responsável(is) por ela as pesquisadoras: Petra Schneider Lima dos Santos, Georgia Sobreira dos Santos Cêa e Sandra Regina Paz da Silva.

- Que os benefícios que deverei esperar com a minha participação, mesmo que não diretamente são: compreensão e colaboração crítica sobre Programa de Formação Esportiva Atleta na Escola no município de Arapiraca, como uma política pública do governo federal na democratização do esporte.

- Que eu serei informado(a) sobre o resultado final desta pesquisa, e sempre que eu desejar será fornecido esclarecimentos sobre qualquer etapa da mesma.

- Que, a qualquer momento, eu poderei recusar a continuar participando do estudo e, também, que eu poderei retirar este meu consentimento, sem que isso me traga qualquer penalidade ou prejuízo.

- Que as informações conseguidas através da minha participação não permitirão a identificação da minha pessoa, exceto aos responsáveis pelo estudo, e que a divulgação das mencionadas informações só será feita entre os profissionais estudiosos do assunto.

- Que a minha participação não acarretará custos e não será disponível nenhuma compensação financeira adicional.

- Que eu serei indenizado por qualquer dano que venha a sofrer com a participação na pesquisa.

- Que eu receberei uma via do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Finalmente, tendo eu compreendido perfeitamente tudo o que me foi informado sobre a minha participação no mencionado estudo e estando consciente dos meus direitos, das minhas responsabilidades, dos riscos e dos benefícios que a minha participação implicam, concordo em dele participar e para isso eu DOU O MEU CONSENTIMENTO SEM QUE PARA ISSO EU TENHA SIDO FORÇADO OU OBRIGADO.

Endereço d(o,a) participante-voluntári(o,a)

Domicílio: (rua, praça, conjunto):

Bloco: /Nº: /Complemento:

Bairro: /CEP/Cidade: /Telefone:

Ponto de referência:

Contato de urgência: Sr(a).

Domicílio: (rua, praça, conjunto)

Bloco: /Nº: /Complemento:

Bairro: /CEP/Cidade: /Telefone:

Ponto de referência:

Endereço d(os,as) responsável(is) pela pesquisa (OBRIGATÓRIO):

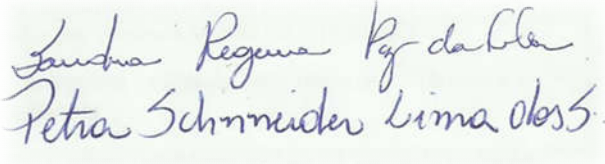
Nome: Georgia Sobreira dos Santos Cêa
 Endereço: Rua José Correia Filho, 186, Bloco: n°/ Complemento: ED. Araguaia, apto 804.
 Bairro:/CEP/Cidade: Ponta Verde - Maceió – CEP. 57035-285
 Telefones p/contato: 82 9 9993 4155
 Instituição: UNIVESIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL/CEDU

Nome: Sandra Regina Paz da Silva
 Endereço: Rua São Domingos, 340. Bloco: n°/ Complemento: Ed. Miramar, Bloco Aurora, apto 608.
 Bairro:/CEP/Cidade: Mangabeiras – Maceió – CEP. 57037-538
 Telefones p/contato: 82 9 96445046 – 82 9 88502045
 Instituição: UNIVESIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL/CEDU

Nome: Petra Schnneider Lima dos Santos
 Endereço: Rua Expedicionários Brasileiro Bloco: n°/Complemento: apto 509
 Bairro:/CEP/Cidade: Baixa Grande – Arapiraca- CEP. 57 307 295
 Telefones p/contato: 82 9 96434458
 Instituição: UNIVESIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL/CEDU

ATENÇÃO: Para informar ocorrências irregulares ou danosas durante a sua participação no estudo, dirija-se ao:

Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Alagoas
Prédio da Reitoria, 1º Andar , Campus A. C. Simões, Cidade Universitária
Telefone: 3214-1041
 Maceió, 2016

<p>Assinatura ou impressão datiloscópica d(o,a) voluntári(o,a) ou responsável legal e rubricar as demais folhas</p>	 <p>Nome e Assinatura do(s) responsável(eis) pelo estudo (Rubricar as demais páginas)</p>
---	---

APÊNDICE D - Instrumento A –Coordenador do Programa de Formação Esportiva Atleta na
Escola



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
LINHA DE PESQUISA: HISTÓRIA E POLÍTICA DA EDUCAÇÃO

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

ENTIDADE EXECUTORA: _____
CURSO: _____

Instrumento A –Coordenador do Programa de Formação Esportiva Atleta na Escola

CARACTERIZAÇÃO

Formação: _____

Tempo de trabalho com Programa Atleta na Escola: _____

QUESTÕES

1. Na sua opinião como foi realizada a implementação do Programa de Formação Esportiva Atleta na Escola nos anos de 2013 e 2014 no Município de Arapiraca?
2. Houve formação e/ou orientações para a realização da etapa escolar e municipal para gestores e professores? Você participou? Como se deu o processo formativo?
3. Como você avalia os pontos positivos e negativos do Programa de Formação Esportiva Atleta na Escola considerando os documentos oficiais e sua realização no município?
4. Quais os limites podem ser identificados na realização da etapa municipal?
5. Como você avalia o Programa de Formação Esportiva Atleta na Escola no Município de Arapiraca?
6. Você considera que as escolas cumpriram com o que foi solicitado após a adesão?
7. Você considera que o programa garante o desenvolvimento de atividades educativas e esportivas que concorram para a elevação do desempenho escolar e esportivo dos alunos? Explique.
8. Em sua opinião você considera que o programa amplia as possibilidades e a democratização da prática de educação física nas escolas?
9. Em sua opinião o que você considera que deve ser melhorado no programa para que seja mais efetivo como uma política pública?

APÊNDICE E - Instrumento B –Professor



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
LINHA DE PESQUISA: HISTÓRIA E POLÍTICA DA EDUCAÇÃO

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

ESCOLA: _____

Instrumento B – Professor**CARACTERIZAÇÃO**

Formação: _____

Ano(s) que realizou a etapa escolar do Programa Atleta na Escola: _____

QUESTÕES

1. Você participou do Programa de Formação Esportiva Atleta na Escola nos anos de 2013 e 2014 em sua escola? Como foi realizada a etapa escolar?
2. Houve formação e/ou orientações para a realização da etapa escolar para gestores e professores por meio da secretaria municipal de educação? Como se deu o processo formativo?
3. O programa tem oferecido aos professores de educação física nas escolas elementos conceituais, operacionais e metodológicos para o desenvolvimento da formação humana, via trabalho pedagógico esportivo?
4. Quais pontos importantes você considera da adesão do Programa para a sua escola? Considera que foram importantes e viáveis a escola aderir ao Programa?
5. Algum de seus alunos e/ou equipes avançaram para a etapa municipal? Se sim, em qual modalidade e categoria?
6. Houve a realização da etapa municipal em 2013 e 2014? Se não houve, qual o motivo foi apresentado para não realização?
7. Quais os limites podem ser identificados na realização da etapa escolar?
8. Quais os pontos positivos e negativos você identifica no Programa de Formação Esportiva Atleta na Escola considerando os documentos oficiais e sua realização na escola?
9. Como você avalia o Programa de Formação Esportiva Atleta na Escola no Município de Arapiraca?
10. Considera que o programa garante o desenvolvimento de atividades educativas e esportivas que concorram para a elevação do desempenho escolar e esportivo dos alunos? Explique.
11. Em sua opinião você considera que o programa amplia as possibilidades e a democratização da prática de educação física nas escolas?

APÊNDICE F - Instrumento C – Estudante



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
LINHA DE PESQUISA: HISTÓRIA E POLÍTICA DA EDUCAÇÃO

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

ESCOLA: _____
SÉRIE: _____ **TURMA:** _____ **TURNO:** _____

Instrumento C - Estudante**CARACTERIZAÇÃO**

Idade: _____
Ano de participação na etapa escolar: _____

QUESTÕES

1. Você participou da etapa escolar do Programa de Formação Esportiva Atleta na Escola nos anos de 2013 e 2014 em sua escola?
2. Como foi realizada a etapa escolar do Programa de Formação Esportiva Atleta na Escola nos anos de 2013 e 2014 em sua escola?
3. Qual(is) modalidade(s) você participou na etapa escolar?
4. Você considera que foi importante sua escola participar do Programa? Por quê?
5. Alguém de sua escola ou equipes conseguiram passar para a fase da etapa municipal? Qual modalidade e categoria?
6. Quais os pontos positivos e negativos você consegue perceber no Programa de Formação Esportiva Atleta na Escola quando ele foi realizado na sua escola?
7. Você considera que sua participação no Programa de Formação Esportiva Atleta na Escola, ajudou a melhorar seu desempenho na escola e nos esportes que você participa? Nos explique como ajudou a melhorar.
8. Em sua opinião o que você considera que deve ser melhorado no programa na sua escola?